

The background of the entire page is a repeating pattern of small, stylized orange icons representing various food items and kitchen tools, such as fruits, vegetables, fish, bread, and cooking utensils. The icons are arranged in a grid-like fashion, creating a textured, food-related background.

MAPASAN

2014

Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME | MDS

BRASÍLIA, 2015

Expediente

PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | DILMA ROUSSEFF

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | MICHEL TEMER

MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME | TEREZA CAMPELLO

SECRETÁRIO EXECUTIVO | MARCELO CARDONA

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO | PAULO JANNUZZI

SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | IEDA CASTRO

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL | ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS

SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA | HELMUT SCHWARZER

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA | TIAGO FALCÃO

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI

SECRETÁRIA ADJUNTA | PAULA MONTAGNER

DIRETOR DE MONITORAMENTO | MARCONI FERNANDES DE SOUSA

DIRETOR DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO | CAIO NAKASHIMA

DIRETORA DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO | PATRÍCIA VILAS BOAS

DIRETOR DE AVALIAÇÃO | ALEXANDRO RODRIGUES PINTO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SESAN

SECRETÁRIA ADJUNTA | LILIAN DOS SANTOS RAHAL

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS PÚBLICOS
AGROALIMENTARES | PATRÍCIA CHAVES GENTIL

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO À PRODUÇÃO E À ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA | FRANCISCA
ROCICLEIDE FERREIRA DA SILVA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE APOIO À AQUISIÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR |
ANDRÉ GROSSI

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS PÚBLICOS
AGROALIMENTARES | MICHELE LESSA DE OLIVEIRA



MAPASAN

2014

Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional

PUBLICAÇÃO DA SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL: KÁTIA OZÓRIO

PROJETO GRÁFICO: KÁTIA OZÓRIO

DIAGRAMAÇÃO: TARCÍSIO SILVA

REVISÃO: TIKINET E 909 PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO

BIBLIOTECÁRIA: TATIANE DE OLIVEIRA DIAS

APOIO: ROBERTA CORTIZO, VALÉRIA BRITO, VICTOR LIMA E ELISEU CALISTO

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.
MAPASAN 2014: MAPEAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.
-- BRASÍLIA, DF: MDS; SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO;
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2015.

124 P. ; 26 CM.

ISBN:

1. POLÍTICA SOCIAL, BRASIL. 2. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, MAPEAMENTO, BRASIL. I. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

CDU 304:641-047.34(81Z)

TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES

© 2015 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

QUALQUER PARTE DESTA PUBLICAÇÃO PODE SER REPRODUZIDA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

WWW.MDS.GOV.BR

CENTRAL DE RELACIONAMENTO DO MDS: 0800 707 2003

SOLICITE EXEMPLARES DESTA PUBLICAÇÃO PELO E-MAIL: SAGI.DFD@MDS.GOV.BR

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO C – 4º ANDAR – SALA 407

CEP: 70.046-900 BRASÍLIA | DF

TELEFONES: (61) 2030-1079 / 2030-1119 / 2030-1120

WWW.MDS.GOV.BR/SEGURANCAALIMENTAR

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO A – 3º ANDAR - SALA 323

CEP: 70.054-906 BRASÍLIA | DF

TELEFONES: (61) 2030-1501 | FAX: 2030-1529

WWW.MDS.GOV.BR/SAGI

UNIDADES RESPONSÁVEIS

SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Arnoldo de Campos

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS PÚBLICOS
AGROALIMENTARES – DEISP

Michele Lessa de Oliveira- Diretora

COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO À IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DO SISAN – CGSIS

Patrícia Chaves Gentil- Coordenadora

SECRETÁRIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Paulo de Martino Jannuzzi

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Caio Nakashima

DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO

Alexandro Rodrigues Pinto

COORDENAÇÃO GERAL DE AVALIAÇÃO DE DEMANDA

Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha

COORDENAÇÃO-GERAL DO MAPASAN 2014

Patrícia Gentil, Elcio de Souza Magalhães, Ricardo S. Kaminski.

CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO

Michele Lessa de Oliveira, Patrícia Chaves Gentil, Elcio de Souza Magalhães, Alexandro Rodrigues Pinto, Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha e Caio Nakashima.

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVOS INFORMATIZADOS E COLETA DE DADOS

Caio Nakashima, Davi Lopes Carvalho.

EXECUÇÃO DA PESQUISA

Ricardo S. Kaminski - Sociólogo - Consultor das Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

ANÁLISE, TRATAMENTO E VALIDAÇÃO DOS DADOS

Ricardo S. Kaminski, Etel Matielo, João Réus do Nascimento e Elcio de Souza Magalhães

CONCEPÇÃO, ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Arnoldo de Campos, Paulo Jannuzzi, Michele Lessa de Oliveira, Patrícia Gentil, Elcio de Souza Magalhães e Ricardo S. Kaminski.

REVISÃO

Patrícia Gentil, Elcio de Souza Magalhães, Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha e Ana Karine Pereira, Erick Brigante Del Porto, Mariana Schievano Danelon e Silvia Pollyana Araujo de Sousa, Hétel Leepkaln dos Santos e Denise Reif Kroeff.

Prefácio

Dentre as várias conquistas no campo social que o Brasil alcançou nos últimos doze anos, a superação da fome e da extrema pobreza é uma das mais significativas. Como apontou a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, em relatório lançado no ano passado, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, pela combinação virtuosa de forte expansão da produção agrícola e ampliação do acesso ao alimento, seja pelo aumento do poder aquisitivo domiciliar, seja pela alimentação escolar. No mesmo sentido apontou o levantamento sobre Segurança Alimentar da população brasileira, realizado pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2013, revelando, comparativamente a levantamento similar em 2004, forte redução da parcela de famílias com preocupação de não dispor de recursos para aquisição de alimentos ou de vivenciar situações de restrição alimentar, tendências observadas em todos os estados brasileiros, situação de residência urbana ou rural, grupos etários e segmentos populacionais por raça/cor. Entre crianças, essas tendências são corroboradas por estudo de base longitudinal elaborado pelo Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em que se evidencia redução expressiva da desnutrição crônica e grave de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhadas pelos serviços de saúde de 2008 a 2012. Outros estudos, com diferentes fontes de dados, elaborados por diversas instituições nacionais e internacionais, atestam a essas conquistas na superação da fome, da pobreza e em outras dimensões da realidade social brasileira.

Estes avanços sociais não foram resultados do acaso, de tendências inerciais do passado, mas dos efeitos diretos das Políticas Sociais, do Plano Brasil Sem Miséria e, em particular, da institucionalização crescente da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ao longo dos últimos dez anos, a Política de SAN criou um ambiente institucional de maior cooperação federativa, de coordenação interministerial e de participação da sociedade civil, estruturando seu arranjo operativo na forma de um sistema, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A determinação polí-

tica de aportar recursos crescentes na área e a maior articulação de esforços de estados, municípios e dos vários Ministérios operadores de programas de SAN, produziram efeitos expressivos na produção e diversidade de alimentos da agricultura familiar.

A continuidade desses avanços demanda maior capacidade de gestão de programas, controle social e de coordenação de esforços entre os diversos atores do SISAN. Foi com o objetivo de levantar informações acerca de diferentes aspectos do SISAN que a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS propuseram e realizaram o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional – MapaSan - no país em 2014. Gestores de estados e municípios responderam questionários eletrônicos para identificação e caracterização dos órgãos gestores da Política de SAN, das institucionalidades do Controle Social estabelecido, e da disponibilidade de equipamentos públicos de SAN.

Este retrato fornecido pelo MapaSan, em 2014, evidencia como os avanços institucionais da Política de SAN estão se concretizando em termos operacionais pelo país e os desafios necessários para sua consolidação. Novos levantamentos, nos próximos anos, nos permitirão acompanhar esse processo de estruturação e identificar as necessidades de ajustes, aprimoramentos e inovações.

A todos aqueles que responderam o levantamento, nosso agradecimento. A todos os nossos parceiros, gestores, técnicos e conselheiros, nas esferas federal, estadual e municipal esperamos que as informações aqui apresentadas possam ser úteis para o fortalecimento de nossas iniciativas de garantir um Brasil mais nutrido e mais saudável!

ARNOLDO DE CAMPOS
SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PAULO JANNUZZI
SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E
GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Apresentação

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) é um sistema público legalmente instituído pela Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan. O Sisan reúne diversos setores de governo e da sociedade civil com o propósito de promover, em todo o território nacional, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por meio da promoção, da formulação e da articulação de ações e programas da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) em âmbito nacional, estadual e municipal, bem como o monitoramento e a avaliação das mudanças relacionadas à situação alimentar e nutricional da população brasileira.

O Sisan está baseado em dois importantes princípios que são a participação social e a intersetorialidade. Em seu marco legal, abriga arranjos institucionais que visam à garantia desses princípios. O Sisan é composto por:

- CONFERÊNCIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, EM ÂMBITO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL;
- CONSELHOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – (CONSEA) EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL;
- CÂMARA INTERMINISTERIAL (ÂMBITO NACIONAL) E CÂMARAS INTERSETORIAIS (NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS) DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN);
- ÓRGÃOS E ENTIDADES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS;
- INSTITUIÇÕES PRIVADAS, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, QUE MANIFESTEM INTERESSE NA ADESÃO E QUE RESPEITEM OS CRITÉRIOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SISAN.

Os órgãos dos três âmbitos de governo (federal, estadual e municipal) e as organizações da sociedade civil devem atuar conjuntamente na formulação e implementação de programas e ações da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Existem muitas informações disponíveis (em bases de dados, sistemas de informações, pesquisas e outros) que têm o potencial de mostrar a realidade dos sistemas de produção, abastecimento e consumo de alimentos nos municípios, porém há algumas lacunas relacionadas à gestão da política de SAN e a alguns equipamentos públicos de SAN na esfera local. Isso é particularmente importante em um país como o Brasil, no qual há grandes diferenças entre os municípios (macroregionais, econômicas e de porte populacional), na execução e na capacidade de gestão e operação das políticas públicas.

É neste contexto que a Secretaria Executiva da Caisan Nacional, em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) e com a colaboração dos estados (Caisans e Conseas estaduais), tomou a iniciativa de propor o primeiro Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), com o objetivo de coletar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, informações sobre a gestão da Política Nacional de SAN e dos componentes do Sisan, incluindo as ações e equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

A expectativa é que a partir destes dados consolidados seja possível identificar os principais entraves, dificuldades e os avanços na implementação do Sisan e da Política de SAN, proporcionando a revisão e a formulação de novas políticas e estratégias voltadas à garantia da SAN e do DHAA à população brasileira.

Apresentamos neste documento os resultados do MapaSAN 2014 e esperamos que sirvam para suscitar um debate que contribua com a consolidação do Sisan.

	INTRODUÇÃO	13
1	METODOLOGIA	17
1.1.	Mapeamento de SAN nos Estados	18
1.1	Mapeamento de SAN nos Municípios	19
2	MAPASAN DOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL	23
2.1	Dados Gerais - Abrangência	24
2.2	Gestão da Política de SAN	24
	A. Espaço institucional	25
	B. Leis estaduais de SAN	25
	C. Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans estaduais)	25
	D. Conferências estaduais de SAN	30
	E. Planos estaduais de SAN	30
	F. Orçamento para ações de Segurança Alimentar e Nutricional	33
	G. Relação entre Caisan e Consea estadual	34
	H. Implantação do Sisan	34

3 MAPASAN DOS MUNICÍPIOS 37

3.1	GESTÃO DA POLÍTICA DE SAN E CONTROLE SOCIAL	41
	A. Espaço institucional	42
	B. Leis Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional	45
	C. Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans Municipais)	47
	D. Conselhos Municipais de SAN – (Comseas)	52
	E. Conferência de SAN	62
	F. Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	64
	G. Financiamento	64
	H. Quanto às ações de SAN desenvolvidas nos municípios	68
3.2	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAN - EPSAN	81
	A. Quanto aos EPSAN de acesso à alimentação saudável e adequada	82
	B. Quanto aos EPSANs de abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos	95

CONCLUSÃO 107

ANEXO I - DADOS AGREGADOS POR ESTADO E REGIÃO 109

Na última década, o Brasil alcançou importantes avanços na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a partir da institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN, Lei 11.346/2006) e da definição da alimentação como um direito fundamental na constituição nacional (Emenda Constitucional N° 64/2010). O Estado brasileiro, a partir da participação social e do planejamento intersetorial, tem caminhado para a universalização de políticas públicas de combate à pobreza e para a garantia de acesso à alimentação adequada e saudável.

A prioridade política estabelecida para o combate à fome e à miséria nos últimos anos tem resultado na melhoria expressiva nas condições sociais da população brasileira, gerando impactos positivos na segurança alimentar e nutricional de todos. Os resultados alcançados se devem a um conjunto de medidas em diferentes setores, como a ampliação do poder de compra do salário mínimo, o aumento do acesso ao emprego, o fortalecimento dos programas de transferência de renda às famílias de baixa renda, a consolidação dos sistemas universais de educação e saúde, a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e ao fortalecimento dos programas de agricultura familiar no país. Este contexto se reafirma com a informação de que o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo o relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), denominado "O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil (SOFI na sigla em inglês)¹.

O relatório produzido pela FAO em 2014, mostra que o Indicador de prevalência de subalimentação, medida empregada há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, alcançou no Brasil valor menor que 5%, considerado pela organização que o país superou o problema da fome de forma estrutural. O Brasil conquistou este importante avanço com demonstração de capacidade de governança e gestão intersetorial, transparência e participação da sociedade civil, com destaque à recriação e fortalecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) desde 2003.

A fome, que persistiu durante séculos no Brasil, deixou de ser um problema estrutural. No entanto, é importante destacar que mesmo diante de resultados tão positivos no combate à extrema pobreza e à fome, na perspectiva da Seguran-

1 FAO, IFAD AND WFP. 2014. THE STATE OF FOOD INSECURITY IN THE WORLD 2014. STRENGTHENING THE ENABLING ENVIRONMENT FOR FOOD SECURITY AND NUTRITION. ROME, FAO. VERSÃO DIGITAL DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.FAO.ORG/3/A-I4030E.PDF](http://www.fao.org/3/A-I4030E.pdf)

ça Alimentar e Nutricional, há a necessidade de fortalecer o Sisan para evitar retrocessos e por que ainda há resultados por serem alcançados. Por exemplo, hoje, ainda há situação de insegurança alimentar localizada, principalmente, em povos e comunidades tradicionais e população em situação de rua, além disso se faz necessário avançar na qualidade da alimentação ofertada e promover práticas alimentares mais saudáveis e sustentáveis para a população brasileira.

Diante da mudança do perfil epidemiológico nutricional da população brasileira, o alto teor de sódio, açúcar e gordura, encontrados especialmente em produtos ultraprocessados, são apenas alguns dos “vilões” que pairam sobre os consumidores em geral. Em 2013², 50% da população adulta no Brasil estava acima do peso ideal. Entre as crianças o índice alcançou 30%. Portanto, cada vez mais é necessário avançar na prevenção e o controle da obesidade.

Para garantir a complexidade de promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) em 2006 (Lei 11.346/2006), com o objetivo coordenar a PNSAN, de forma intersetorial e garantindo a participação social. Por este motivo, foram definidos como componentes do Sistema: as Conferências e os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) para garantir a participação da sociedade civil na construção de diretrizes para execução da política, e as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) para coordenar os órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas.

A proposição de um sistema intersetorial e participativo de formulação, implementação e controle social de políticas públicas enquanto estratégia central do Estado para respeitar, proteger, promover e prover o DHAA, bem como gerar a soberania alimentar no Brasil é uma inovação que requer forte engajamento de todos os setores envolvidos neste processo. Do ponto de vista da gestão governamental, trata-se de um desafio, uma vez que exige quebra de paradigmas.

Na esfera nacional, há um Consea atuante no seu papel de aconselhar sobre os programas e ações relacionados às diretrizes da PNSAN, bem como, no controle social das ações realizadas. Também há uma Caisan estruturada para coordenar

2 FONTE: PESQUISA VIGILÂNCIA DE FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA DOENÇAS CRÔNICAS POR INQUÉRITO TELEFÔNICO (VIGITEL, 2013) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

de forma intersetorial e descentralizada, o que se expressa principalmente por meio da elaboração e monitoramento do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan, 2012-2015).

Entre 2011 e 2014, se efetivou a adesão de todos os estados e o Distrito Federal, indicando que todos estes já possuem os seus respectivos conselhos e câmaras intersetoriais e estão em processo de implementação do Sistema, com destaque aos Conseas Estaduais que já existem há mais de 10 anos em todos os Estados. A partir de 2013, se iniciou o processo de adesão municipal que já consta com a inclusão de 89 municípios em Março de 2015.

Na perspectiva de evitar retrocessos à situação de fome e enfrentar a complexidade da obesidade e da alimentação não saudável, se reafirma a necessidade de fortalecer a construção do Sisan, a partir do aprimoramento da gestão do sistema, da consolidação dos componentes na esfera estadual e do Distrito Federal e da ampliação da adesão dos municípios.

Entre as estratégias para aprimorar a gestão do SISAN, se considera fundamental ter diagnósticos sobre a existência e a condição de funcionamento das estruturas e políticas de SAN estaduais e municipais para subsidiar o planejamento de estratégias para seu fortalecimento. E é nesse contexto que surge o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), como uma pesquisa de resposta autodeclarada e voluntária dos gestores municipais e estaduais, com o objetivo de coletar informações, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, sobre a gestão da Política Nacional de SAN e os componentes do Sisan.

Ao instituir mecanismos sistemáticos de pesquisa sobre a gestão da política e os equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Nacional), visa dar insumos para ampliação das possibilidades de monitoramento, avaliação, sistematização e divulgação de informações relevantes no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e da Política Nacional de SAN. O desafio vai além de organizar estas informações de forma que cada município, estado e União tenha um diagnóstico preciso das lacunas para o planejamento de suas políticas públicas, mas também implementar um processo sistemático de pesquisa anual que responda duas grandes lacunas de informação: a gestão da política de SAN e os equipamentos públicos de SAN na esfera local.

METODOLOGIA

1

O processo de concepção e desenvolvimento da metodologia e dos instrumentais que foram materializados no MapaSAN 2014 é o resultado de um esforço institucional conjunto da Secretaria de Segurança Alimentar e nutricional – SE-SAN/MDS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/MDS, que teve início com a realização de estudos preliminares sobre as questões mais relevantes e os objetivos do mapeamento nos municípios e estados.

As etapas de desenvolvimento do questionário aplicado pelo MapaSAN foram realizadas com base em levantamentos de estudos similares existentes, a exemplo do Censo SUAS. O banco de dados e formulário eletrônico utilizados para a realização do MapaSAN foram os mesmos do Censo SUAS, porém com a implementação das especificidades do MapaSAN tendo o mesmo padrão de qualidade e confiabilidade de coleta de dados já existente no Censo SUAS. A metodologia foi discutida previamente com o CONSEA Nacional e com as CAISANS e CONSEAS estaduais, com as devidas pactuações. O público alvo da iniciativa são os gestores que coordenam as ações de SAN nos entes federativos.

Esta primeira edição do MapaSAN, além levantar dados sobre a gestão da Política de SAN nos estados e municípios, inclui também algumas ações e equipamentos públicos de SAN, com a finalidade de reunir informações sobre as estruturas existentes, relacionadas à garantia do DHAA, possibilitando o monitoramento da implantação do Sisan, bem como de sua gestão participativa e intersetorial. Nesta versão foram utilizadas metodologias diferenciadas para os estados e municípios, conforme será descrito a seguir:

1.1. MAPEAMENTO DE SAN NOS ESTADOS

O processo de elaboração, validação e implementação do MapaSAN nos estados foi organizado pela Secretaria Executiva da Caisan Nacional, em conjunto com o Consea Nacional, em dois Eixos de questões:

Eixo 1: Identificação do Órgão Gestor

Eixo 2: Gestão da Política de SAN

O Eixo 1 teve como objetivo atualizar as informações de identificação das Câmaras Intersectoriais de SAN (Caisans estaduais), identificando as referências estaduais que respondem pela gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Eixo 2 objetivou levantar as estruturas de gestão do Sisan nos estados e a relação entre Caisan e Consea estadual, sob o ponto de vista governamental.

O Mapeamento foi preenchido de forma voluntária pelos estados e, para esta versão de 2014, foi utilizada a ferramenta google form. O formulário foi enviado para todas as Caisans estaduais, que tiveram prazo de aproximadamente 40 dias para preenchê-lo, entre outubro e novembro de 2014.

Nesta versão, optou-se por desenvolver o módulo de controle social nos estados em separado, o qual foi conduzido pelo Consea Nacional, motivo pelo qual os dados relativos a esta temática, não foram incorporados neste documento.

Para análise de dados, todas as informações prestadas pelos estados foram consideradas, excluindo-se apenas aquelas que tinham inconsistências no próprio banco de dados. Ainda, ressalta-se que os resultados apresentados não foram confrontados com outras bases de dados. Ou seja, as informações aqui apresentadas foram auto-declaradas pelos estados respondentes.

1.1 MAPEAMENTO DE SAN NOS MUNICÍPIOS

O processo de elaboração, validação e implementação do MapaSAN 2014 nos municípios foi operado em conjunto com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS (SAGI). O questionário foi organizado em três eixos de questões, a saber:

Eixo 1: Identificação do Órgão Gestor

Eixo 2: Gestão da Política de SAN e Controle Social

Eixo 3: Equipamentos Públicos de SAN.

O Eixo 1 objetivou identificar a referência local para as ações de SAN; o Eixo 2 teve como foco o levantamento das estruturas de gestão e controle social do município para as ações de SAN; e o Eixo 3 se propôs a mapear os equipamentos públicos de SAN³ existentes nos municípios. Mais precisamente, foram mapeados: Restaurantes Populares, cozinhas comunitárias, feiras, centrais de abastecimento (Ceasas), mercados públicos e sacolões.

A participação dos municípios no mapeamento é voluntária. No entanto, para garantir uma adesão de preenchimento razoável (por região e estado), foi realizado um amplo processo de mobilização, desenvolvido pela Secretaria Executiva da Caisan Nacional, qual seja: envio de ofício aos municípios, ligações, envio de boletim eletrônico da Caisan Nacional, e-mail semanal, imprensa (rádio e televisão) e equipe de suporte operacional. Em todo o processo de mobilização, os estados (Caisans e Conseqs estaduais) participaram ativamente junto aos municípios e na identificação das referências municipais, que ficaram responsáveis pelo preenchimento do MapaSAN.

Neste processo foram identificados e validados, pelas Caisans Estaduais, 1.000 municípios prioritários, a partir de determinados critérios, a saber: municípios com adesão ou em processo de adesão ao Sisan, municípios com equipamentos públicos de SAN e/ou programas financiados pelo MDS e municípios acima de 200 mil habitantes.

Ressalta-se que foi considerada referência municipal aquele servidor/funcionário com atuação estratégica na política de SAN local, com capacidade de responder as informações necessárias para o preenchimento do mapeamento. Foi gerado um mailing com os usuários cadastrados no sistema online do MapaSAN, por meio do qual foram repassadas todas as informações necessárias durante o período de preenchimento, associado ao suporte via telefone e mobilização via call center.

O preenchimento do MapaSAN foi realizado em aplicativo online disponibilizado pela SAGI (<http://www.mds.gov.br/sagicenso/mapeamentosan2014/>), o qual somente as referências municipais tiveram acesso, após um cadastro prévio realizado pela Caisan Nacional com os municípios que entraram em contato, declarando interesse em habilitar-se para responder o questionário eletrônico. Todas as orientações foram disponibilizadas por meio de um manual operacional de acesso ao sistema. O MapaSAN ficou disponível para preenchimento entre 15 de agosto e 10 de outubro de 2014.

Todas as informações prestadas pelos municípios foram utilizadas na análise dos dados descritivos apresentados neste documento, excluindo-se apenas aquelas que foram identificadas inconsistências no banco de dados. Ainda, ressalta-se que os resultados apresentados não foram confrontados com outras bases de dados. Ou seja, as informações aqui apresentadas são de responsabilidade dos próprios municípios.

O MapaSAN 2014 consistiu em uma pesquisa inédita, realizada em âmbito nacional. Apesar de ter sido realizada a partir da mobilização e adesão voluntária dos municípios, sem prévio planejamento amostral que indicaria os municípios por sorteio, garantindo margem de erro e intervalo de confiança pré-estabelecidos, o resultado expressivo com a participação de 1.628 municípios⁴, apresentou índices de representatividade e cobertura bastante significativos, especialmente em determinadas funções de agregação de dados.

A quantidade e a distribuição de municípios respondentes do MapaSAN 2014 é bastante representativa para determinados níveis de agregação, tanto em relação ao número de municípios em cada estrato analisado, quanto em relação à distribuição geográfica e por porte populacional, garantindo participação significativa de estados e municípios respondentes em vários estratos e níveis de agregação. Assim, a pesquisa representa satisfatoriamente o Brasil, tanto por porte de município, quanto por região. Também é relevante a participação de municípios do Semiárido e entre as regiões metropolitanas e não metropolitanas, rurais e urbanas.

3 OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EPSANS) SÃO ESTRUTURAS FÍSICAS E ESPAÇOS DESTINADOS, NO TODO OU EM PARTE, À PROVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS AO CIDADÃO COM VISTAS À GARANTIA DO DHAA E DA SAN, DESTINADOS À OFERTA, À DISTRIBUIÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES OU DE ALIMENTOS. DIVIDEM-SE OS EPSANS EM EQUIPAMENTOS DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA E DE APOIO AO ABASTECIMENTO, À DISTRIBUIÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS.

4 RESSALTA-SE QUE FORAM HABILITADOS 1.934 MUNICÍPIOS NA FASE DE CADASTRO, DOS QUAIS 1.628 FINALIZARAM EFETIVAMENTE O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DIGITAL. EM UM PROCESSO DE VALIDAÇÃO POSTERIOR, MAIS 24 MUNICÍPIOS TIVERAM SEUS DADOS INCORPORADOS À BASE DE DADOS, TOTALIZANDO 1.652 MUNICÍPIOS. CONTUDO, NESTE DOCUMENTO, PARA EFEITO DE ANÁLISE, ESTES DADOS FORAM DESCONSIDERADOS, JÁ QUE OS MESMOS NÃO CONCLUÍRAM O PREENCHIMENTO DE TODAS AS QUESTÕES NOS TRÊS EIXOS DA PESQUISA. A BASE DE DADOS DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA APRESENTA OS DADOS DE TODOS OS 1.652 MUNICÍPIOS, COM A VARIÁVEL ADICIONAL INDICANDO A VALIDADE DE CADA REGISTRO CONSIDERADO EM FUNÇÃO DESTE CRITÉRIO.

MAPASAN DOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL

3

2.1 DADOS GERAIS - ABRANGÊNCIA

A maioria dos estados participou do MapaSAN 2014 (23 estados e Distrito Federal), com exceção dos estados do Amapá, Goiás e Rio Grande do Norte, conforme o Mapa a seguir (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: ESTADOS QUE RESPONDERAM O MAPASAN 2014



2.2 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAN

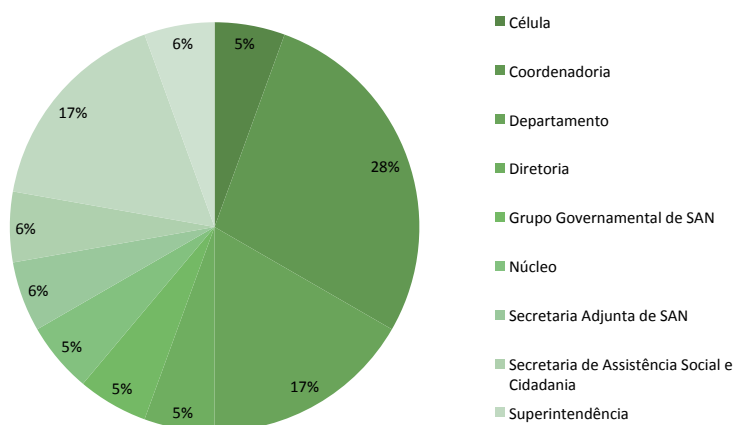
Atualmente, todos os estados e o Distrito Federal já aderiram ao Sisan. Um dos desafios para a implementação deste Sistema está relacionado à capacidade de gestão dos programas públicos nos estados e municípios brasileiros. Aderir ao Sistema implica numa reorganização da governança das ações de SAN nos estados. Ou seja, desenvolver políticas intersetoriais que respondam a diferentes realidades locais, às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, ao fortalecimento dos circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, às ações de SAN na saúde, na assistência social, na educação, entre outros.

Este bloco de informações tem como objetivo levantar as estruturas de gestão estadual para as ações de SAN. Os dados mais relevantes estão destacados a seguir:

A. ESPAÇO INSTITUCIONAL

Cada estado ou município, de acordo com as especificidades do Sistema de SAN e da Política de SAN no âmbito local, irá constituir espaços institucionais para coordenar as relações intersetoriais e federativas. Dos 23 estados e o DF que preencheram o mapeamento, 75% informaram ter um espaço institucional específico para coordenar a Política de SAN (secretaria executiva, secretaria, superintendência, departamento, coordenação, superintendência, diretoria, grupo governamental, célula, núcleo), definidos conforme o Gráfico 2.

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO O TIPO DE ESPAÇO INSTITUCIONAL QUE RESPONDE PELA GESTÃO DAS AÇÕES DE SAN.



B. LEIS ESTADUAIS DE SAN

As leis de Segurança Alimentar e Nutricional formalizam e instituem o Sistema de SAN no âmbito estadual. A maioria dos estados e o Distrito Federal já formalizaram o SISAN por meio de lei, apenas os estados do Acre, Mato Grosso e São Paulo ainda não publicaram suas leis estaduais de SAN.

C. CÂMARAS INTERSETORIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISANS ESTADUAIS)

Todos os estados que preencheram o MapaSAN informaram que têm Caisans estruturadas. A grande maioria (75%) realizou pelo menos uma reunião nos últi-

mos três meses em relação a data de preenchimento do questionário (Gráfico 3) e quanto à periodicidade das reuniões (Gráfico 4) 37% tiveram periodicidade mensal e 21% estabeleceram a periodicidade trimestral para as reuniões.

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO SEGUNDO A REALIZAÇÃO DA ÚLTIMA REUNIÃO DA CAISAN ESTADUAL

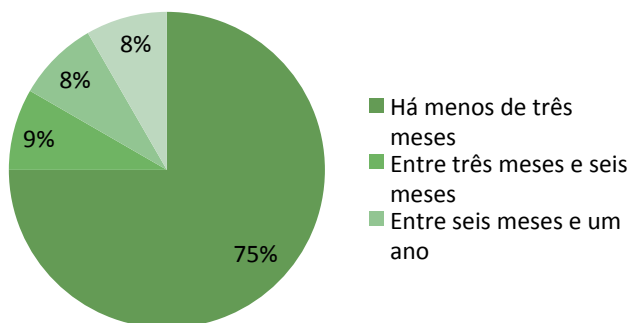
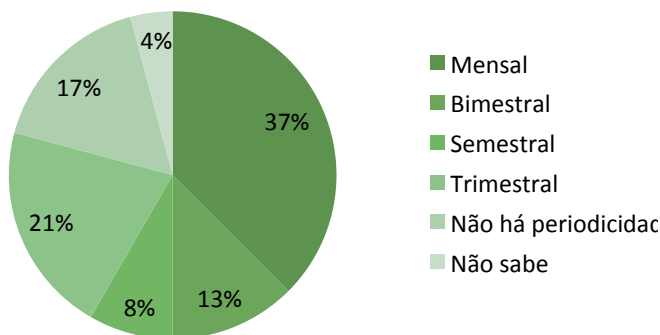
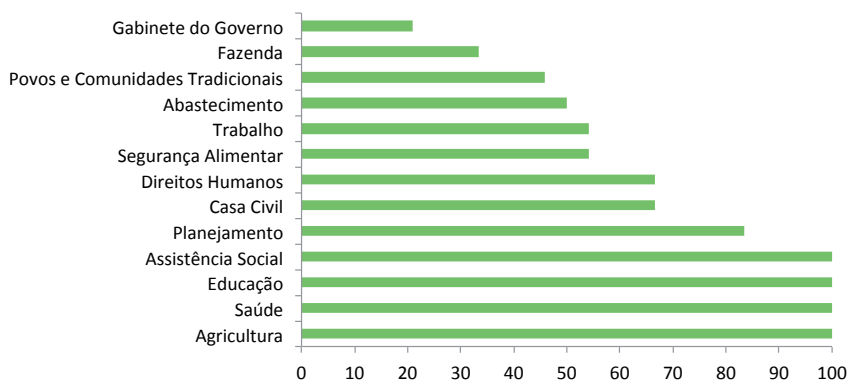


GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO SEGUNDO A PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DA CAISAN ESTADUAL



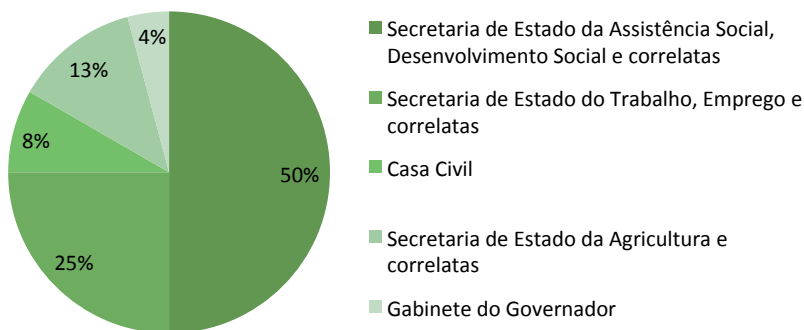
Os setores de Agricultura, Assistência Social, Saúde e Educação estão representados em todas as Caisans estaduais. Enquanto que Casa Civil, Direitos Humanos, Abastecimento, Fazenda e Planejamento compõem parte das Caisans estaduais. Destaca-se que em 13 estados (54,2%), há um órgão governamental específico de Segurança Alimentar e Nutricional participando das Caisans estaduais. O Gráfico 5 apresenta a representatividade de cada setor governamental nas Caisans estaduais:

GRÁFICO 5: SETORES DE GOVERNO REPRESENTADOS NAS CAISANS ESTADUAIS (EM P.P.)



As Caisans estaduais estão vinculadas administrativamente a diferentes setores. A metade delas junto às Secretarias de Assistência Social, Desenvolvimento Social ou correlatas; 25% vinculam-se às Secretarias de Trabalho, Emprego ou correlatas; 13% com as Secretarias de Agricultura e afins; 8% com a Casa Civil; e 4% com o Gabinete do Governador (Gráfico 6).

GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO SEGUNDO A VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL DA CAISANS



As funções das Secretarias Executivas das Caisans estaduais foram detalhadas por 75% das Caisans e estão respaldadas nas suas respectivas legislações (decretos ou leis de criação das Caisans estaduais), podendo ser agrupadas nos seguintes eixos:

- APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL AO FUNCIONAMENTO DA CAISAN E AO SEU PRESIDENTE;
- AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DA CAISAN ESTADUAL, CONSEA ESTADUAL E MUNICÍPIOS;
- ASSESSORAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA CAISAN ESTADUAL;
- INSTALAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO TRABALHO DOS COMITÊS TÉCNICOS DA CAISAN ESTADUAL; E
- APOIO À IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISAN NOS MUNICÍPIOS.

O Gráfico 7 apresenta a lista das principais áreas temáticas que são objeto de atuação das Caisans estaduais. Destacam-se as ações relacionadas ao (i) Plano estadual de SAN (elaboração, aprovação, revisão, avaliação e/ou monitoramento, mencionadas por 79,2% dos estados); (ii) monitoramento de ações, programas e políticas de SAN, tanto nacionais como estaduais, como por exemplo: agricultura familiar (compras institucionais e Programa de Aquisição de Alimentos); convivência com o Semiárido – acesso à água; equipamentos públicos de SAN - Restaurante Popular; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; modernização das Centrais de recebimento e distribuição de alimentos; SAN no Sistema Prisional e SAN nas instituições de longa permanência), ação mencionada por 54,2% dos respondentes.

Em relação aos recursos humanos à disposição das Caisans estaduais (Gráfico 8), observa-se que: 37% dispõem de 2 a 4 pessoas; 25% apenas uma pessoa; 17% 5 pessoas ou mais; e 21% não responderam. Quanto à estrutura física, observa-se que os itens mais disponíveis nas Caisans estaduais são: veículos compartilhados, material de escritório, acesso à internet, apoio logístico e computadores (Gráfico 9).

GRÁFICO 7: ÁREAS TEMÁTICAS TRABALHADAS PELAS CAISANS ESTADUAIS (EM P.P.)

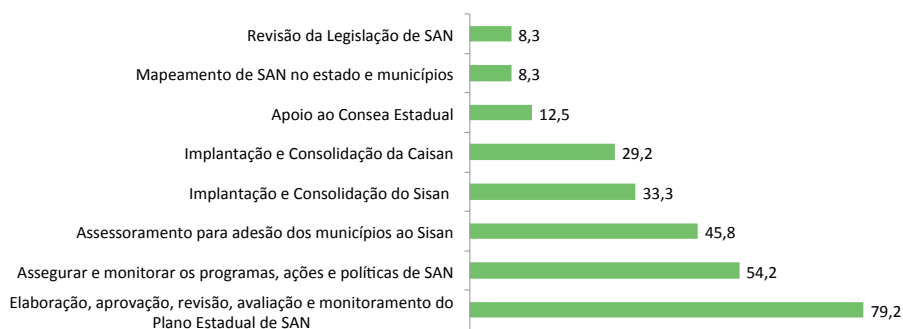


GRÁFICO 8: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM NA SECRETARIA EXECUTIVA DA CAISAN ESTADUAL

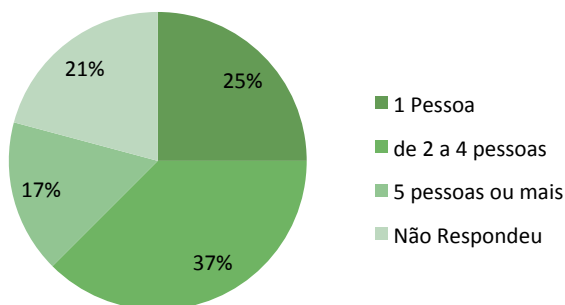
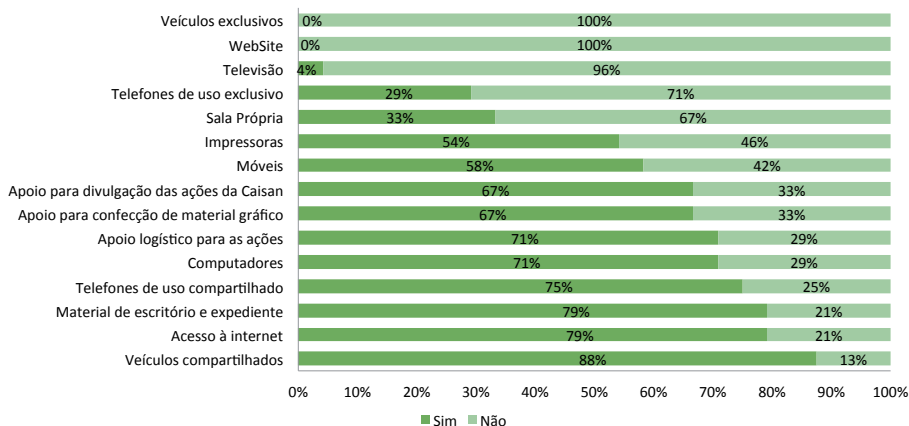


GRÁFICO 9: DISPONIBILIDADE DE ESTRUTURA PARA AS CAISANS ESTADUAIS



D. CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE SAN

Todos os estados e DF que responderam ao mapeamento já realizaram Conferências de SAN. A maioria (92%) realizou a última conferência em 2011 e 8% realizaram no ano de 2013, destacando: 52% já realizaram três Conferências de SAN; 26% realizaram quatro Conferências de SAN; 19% realizaram cinco Conferências de SAN; e um estado realizou apenas uma Conferência de SAN.

E. PLANOS ESTADUAIS DE SAN

Uma proporção de 29% (n = 7) dos respondentes têm planos de SAN e iniciaram o monitoramento, são eles: DF, MG, PE, CE, PR, SC e MA. A maioria destes estados conduziu o processo de elaboração em consonância com o Plano Plurianual. Em relação à elaboração do Plano de SAN, foram apresentadas algumas dificuldades por problemas de ordem política, técnica e de recursos financeiros, com destaque para:

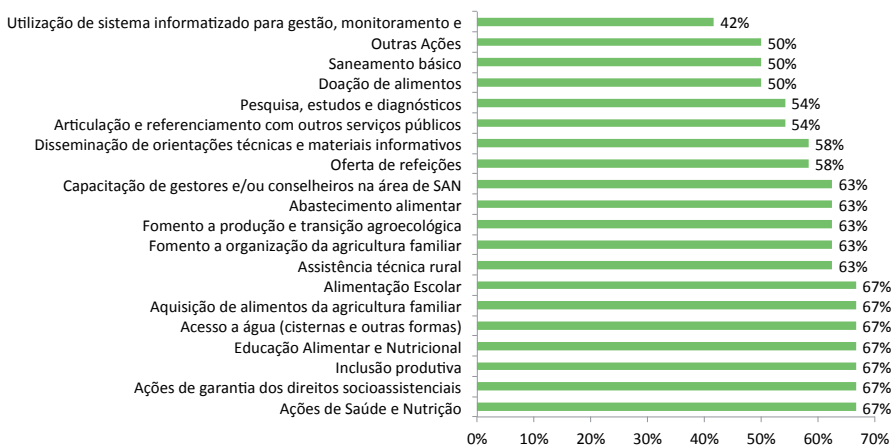
- FALTA DE ENTENDIMENTO E CONCILIAÇÃO DE AGENDAS DOS GESTORES QUANTO À IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO DO PLANO E DELIBERAÇÃO DAS AÇÕES;
- NÃO PARTICIPAÇÃO E BAIXA PRIORIZAÇÃO DOS DIVERSOS GESTORES ENVOLVIDOS NA CAISAN;
- NÃO CONSOLIDAÇÃO DO PAPEL DA CAISAN ESTADUAL;
- POUCO TEMPO DISPONÍVEL PARA OS ENVOLVIDOS ATUAREM NA ELABORAÇÃO DO PLANO;
- CORPO TÉCNICO INSUFICIENTE;
- DEMORA NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS OFICINAS REGIONAIS, FÓRUM E SEMINÁRIO, QUE IRÃO SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO PLANO DE SAN, E DIFICULDADE NA CONTRATAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM SAN;
- DIFICULDADE DE REUNIR AS INFORMAÇÕES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E AUSÊNCIA DE DIAGNÓSTICO DE SAN NO ESTADO;
- FORMAÇÃO EM SAN INSUFICIENTE DE GRANDE PARTE DOS ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO;
- DIFICULDADE NA DEFINIÇÃO DO ESCOPO DO PLANO ESTADUAL E EM SEGUIR O PLANO NACIONAL DE SAN.

- ATRASO NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DEVIDO AO PERÍODO ELEITORAL;
- BUROCRACIAS RELACIONADAS AOS AJUSTES NO PLANO DE TRABALHO DOS CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MDS.

Em relação às ações contempladas no Plano estadual de SAN, as mais frequentemente mencionadas estão listadas no Gráfico 10, com destaque para ações de saúde e nutrição, de garantia de direitos socioassistenciais, inclusão produtiva, educação alimentar e nutricional, acesso à água, aquisição de alimentos da agricultura familiar e alimentação escolar, entre outras.

Ainda, uma série de outras ações foi mencionada, demonstrando a diversidade de ações necessárias à garantia da SAN no território brasileiro:

GRÁFICO 10: PERCENTUAL DE AÇÕES CONTEMPLADAS NOS PLANOS ESTADUAIS DE SAN

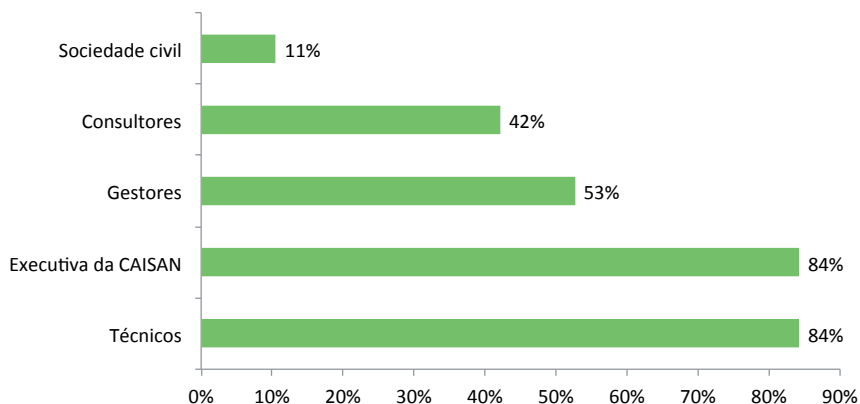


- AÇÕES DE DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA;
- AÇÕES RELACIONADAS À PARTICIPAÇÃO: FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL, SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ DO ESTADO;
- AÇÕES RELACIONADAS À AGRICULTURA: JOVENS RURAIS, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ASSENTAMENTOS, CONTROLE DE AGROTÓXICOS;
- AÇÕES RELACIONADAS A QUESTÕES AMBIENTAIS: PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS;

- AÇÕES RELACIONADAS AO SISAN: FORTALECIMENTO DA ARTICULAÇÃO INTER-SETORIAL, FORTALECIMENTO DOS COMPONENTES DO SISAN;
- AÇÕES RELACIONADAS ÀS POPULAÇÕES ESPECÍFICAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: GERAÇÃO DE RENDA, MORADORES DE RUA, QUEBRADORES DE COCO BABAÇU, POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, PESCADORES ARTESANAIS, DEMAIS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, FOMENTO E PROMOÇÃO ÀS AÇÕES DE GÊNERO;
- AÇÕES RELACIONADAS À ÁGUA: ACESSO À ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, PESCA E AQUICULTURA;
- AÇÕES RELACIONADAS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: CERTIFICAÇÃO DE ALIMENTOS, INSPEÇÃO SANITÁRIA, TRIBUTAÇÃO DE ALIMENTOS, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, INVESTIMENTO EM ESTRADAS PARA ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E TRANSPORTES, CONTROLE E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS PRODUZIDOS E DISPONIBILIZADOS NO DF; E
- AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DISTRITAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, PROGRAMAS DE PROVIMENTO ALIMENTAR, ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR, VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR.

Diferentes atores sociais têm participado dos processos de elaboração dos Planos estaduais de SAN. A maioria dos estados (79%,) respondeu sobre o perfil desses atores, destacando os técnicos da Secretaria Executiva da Caisan; técnicos e gestores; consultores e sociedade civil conforme Gráfico 11.

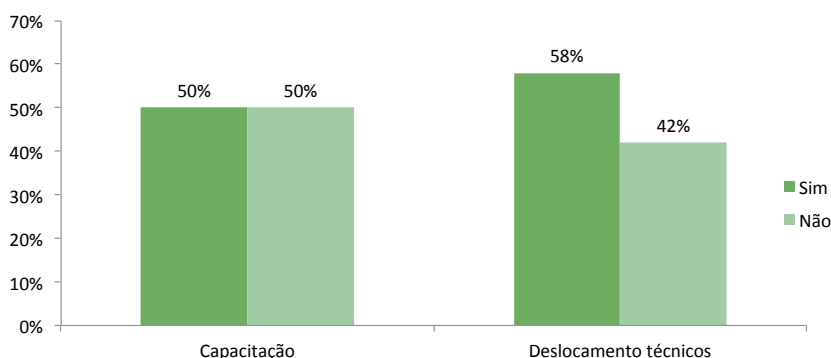
GRÁFICO 11: PARTICIPAÇÃO DE ATORES NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SAN NOS ESTADOS, SEGUNDO O PERFIL DOS ATORES (EM P.P.)



F. ORÇAMENTO PARA AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

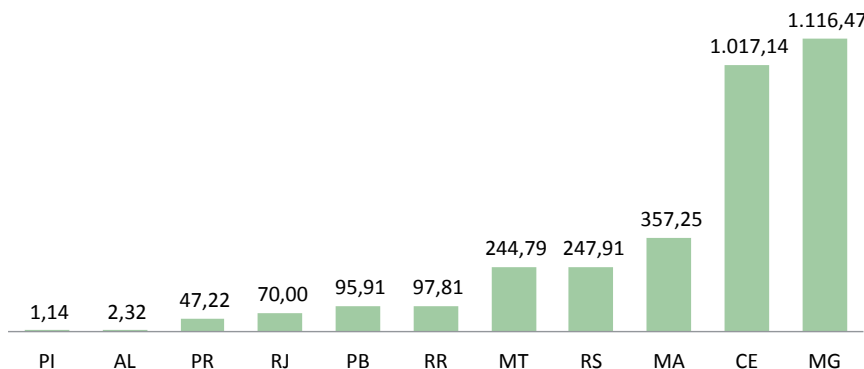
Em relação aos recursos orçamentários para a gestão das ações da Caisan, 25% dos UFs que responderam ao questionário (BA, DF, ES, MG, MS, DF) dispõem de recursos exclusivos para a gestão de suas ações, com os valores variando de R\$100 mil a R\$700 mil. Dentre as destinações orçamentárias disponíveis para financiamento ações das Caisans estaduais, 50% dos estados garantem recursos para capacitação e 58% para deslocamento dos técnicos, conforme Gráfico 12.

GRÁFICO 12: PERCENTUAL DE DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS CAISANS



Com relação ao orçamento estadual para o financiamento de políticas de SAN, 41% (n = 10) dos estados informaram aplicar um montante (média dos quatro anos – 2011 a 2014) de recursos, que varia entre R\$ 1,9 milhão a R\$ 1,1 bilhão (Gráfico 13).

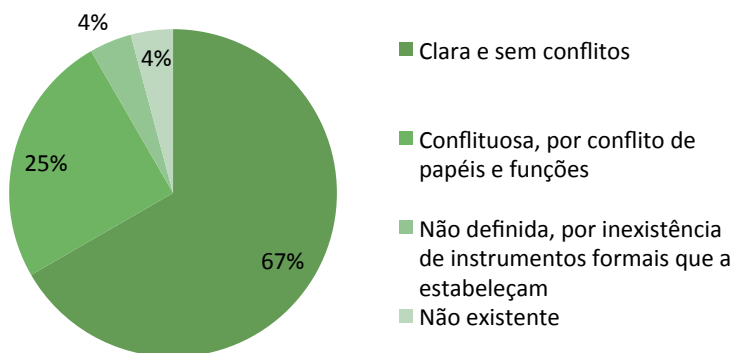
GRÁFICO 13: MÉDIA DO ORÇAMENTO APORTADOS EM SAN NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS DE PPA (EM MILHÕES DE R\$)



G. RELAÇÃO ENTRE CAISAN E CONSEA ESTADUAL

Quanto à Caisan e Consea estadual, 67% responderam que a relação entre Caisan e Consea é clara e sem conflitos, a saber: AL, AM, BA, CE, DF, ES, MA, MS, MT, PA, PE, PI, RJ, RR, SC e SP). Enquanto que para 25% das Caisans estaduais há conflitos e confusão de papéis e funções e 8% não há relação definida.

GRÁFICO 14: RELAÇÃO ENTRE CAISAN E CONSEA NOS ESTADOS



H. IMPLANTAÇÃO DO SISAN

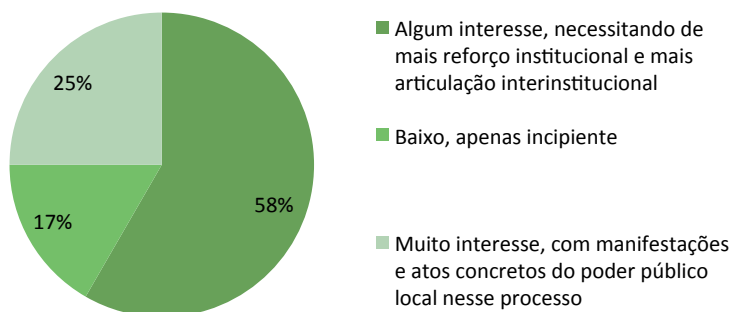
As Caisans estaduais informaram que a estratégia de aproximação/parceria com as universidades públicas, com o objetivo de apoiá-las na implantação do Sisan, é percebida de forma muito positiva. Alguns aspectos foram destacados:

- EM ALGUNS ESTADOS, JÁ EXISTE APROXIMAÇÃO COM UNIVERSIDADES, SEJAM COMO CONVIDADAS PELA CAISAN ESTADUAL, OU COMO MEMBROS DO CONSEA;
- HÁ UMA PERCEPÇÃO DE COMPLEMENTARIEDADE DOS PROJETOS ELABORADOS PELAS CAISANS ESTADUAIS E PELAS UNIVERSIDADES, CONSIDERANDO QUE HOVEU A OPORTUNIDADE DE ESTABELECEM CONSENSOS ANTES DA FORMALIZAÇÃO;
- FOI CONSIDERADA QUE A APROXIMAÇÃO DAS UNIVERSIDADES COM OS ESTADOS (CAISANS ESTADUAIS) E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA POSSIBILITARÁ O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, A FORMAÇÃO DE ATORES ENVOLVIDOS NA PROMOÇÃO DO DHAA E SAN, ALÉM DO DIAGNÓSTICO, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PESQUISAS EM SAN NOS ESTADOS;

— O APOIO TÉCNICO DAS UNIVERSIDADES É VISTO COMO UMA OPORTUNIDADE DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS ATORES, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE, ALÉM DE ELABORAÇÃO DE MATERIAIS E APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA ADESÃO AO SISAN. ALÉM DO APOIO NA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO ESTADUAL DE SAN, PLANEJAMENTO DE AÇÕES EM SAN EM NÍVEL MUNICIPAL E ESTADUAL, NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SAN), E NA REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS E ENCONTROS DE SAN.

Em relação ao grau de interesse político do estado para implantação do Sisan, 58% (n = 14) estados e Distrito Federal informaram algum interesse, necessitando de mais reforço institucional e articulação interinstitucional; 25% (n = 6) informaram muito interesse do estado, com manifestações e atos concretos do poder público local; e 17% (n = 4) baixo interesse do estado (Gráfico 15).

GRÁFICO 15: PERCEPÇÃO SOBRE O GRAU DE INTERESSE POLÍTICO DOS ESTADOS E DF NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISAN



O estágio atual de implantação do Sisan nos estados traz aspectos que para alguns representam fragilidades; e para os demais, potencialidades.

— A MOBILIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISAN NOS MUNICÍPIOS FOI RECONHECIDA COMO UMA GRANDE POTENCIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DO SISAN PELAS CAISANS NOS ESTADOS DE AL, CE, MA, MG, PB, PI, RO, RS, SE E TO, AS QUAIS ESTÃO ESTRUTURANDO EQUIPES DE ACESSORAMENTO AOS MUNICÍPIOS. AINDA ASSIM PARA ALGUNS ESTADOS (BA, PB, RS), ESTE PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA AS AÇÕES DE SAN E ADESÃO AO SISAN NOS MUNICÍPIOS AINDA É UM DESAFIO.

— EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO, ALGUMAS CAISANS REFERIRAM BAIXA PARTICIPAÇÃO DE GESTORES, TÉCNICOS E SOCIEDADE CIVIL TANTO NA CAISAN QUANTO NO CONSEA. PORÉM, EM AL, ES, MA, PB, RS, SE, SP E TO VERIFICOU-SE AVANÇOS NESTA PARTICIPAÇÃO.

— QUANTO À ARTICULAÇÃO POLÍTICA, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS GESTORES NO SÍSAN, PARA ALGUNS ESTADOS (AL, MT, PA, RR, SP) HÁ AVANÇOS TANTO EM RELAÇÃO À DISSEMINAÇÃO DA POLÍTICA DE SAN QUANTO AO ENVOLVIMENTO DOS GESTORES NA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA. PARA OUTROS ESTADOS ESSA QUESTÃO FOI APONTADA COMO UMA FRAGILIDADE A SER SUPERADA, HÁ UMA BAIXA SENSIBILIZAÇÃO DOS GESTORES (GOVERNADORES, SECRETÁRIOS DE ESTADO) EM RELAÇÃO AO SÍSAN. ALGUNS ESTADOS (SE, RS) REFERIRAM QUE NO ANO DE 2014, COM A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO E O PERÍODO ELEITORAL, A PAUTA DE SAN FICOU COMPROMETIDA.

— A ELABORAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS DE SAN REPRESENTA UMA POTENCIALIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO SÍSAN PARA ALGUMAS CAISANS ESTADUAIS (PA, PE E SC), SENDO QUE EM ALGUNS CASOS TAIS PLANOS JÁ ESTÃO EM FASE DE EXECUÇÃO E MONITORAMENTO. ENTRETANTO, A BA E AL REFEREM O ATRASO NA ELABORAÇÃO DO PLANO COMO UMA FRAGILIDADE À IMPLANTAÇÃO DO SÍSAN.

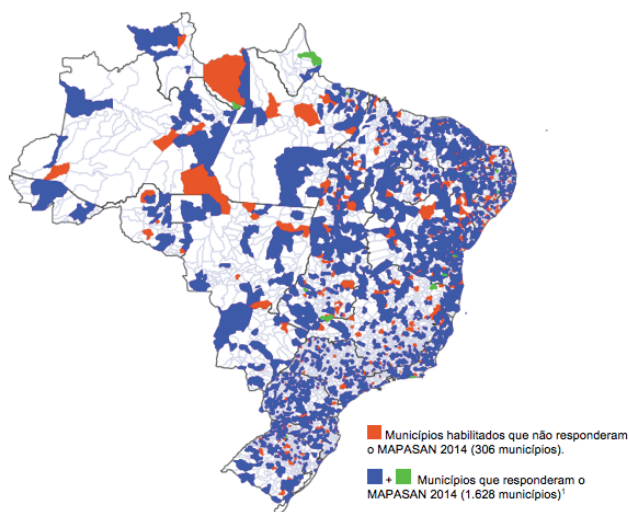
— O APORTE DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL E O APOIO DA CAISAN NACIONAL AOS ESTADOS SÃO PERCEBIDOS PELAS CAISANS ESTADUAIS (AC, MA, MT E PR) COMO UMA POTENCIALIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO SÍSAN; CONTUDO A INEXISTÊNCIA DE FINANCIAMENTO ESTADUAL TANTO PARA AS AÇÕES DE SAN QUANTO PARA GESTÃO DO SISTEMA FOI APONTADA COMO FRAGILIDADE POR ALGUNS ESTADOS (AC, AM, CE, MA, MG, MT E PR).

MAPASAN DOS MUNICÍPIOS

3

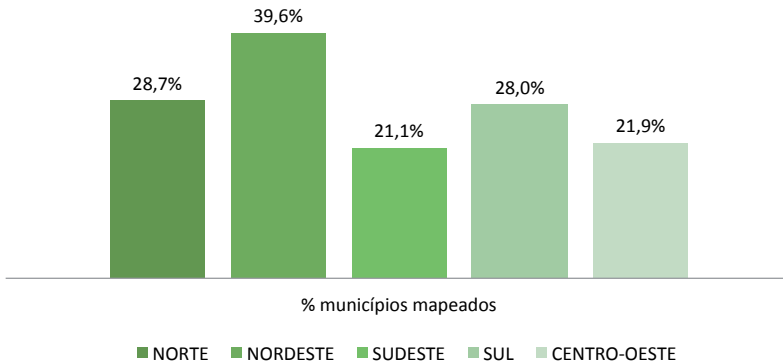
Habilitaram-se voluntariamente 1.934 municípios para responder o MapaSAN 2014. Destes municípios, 1.628 (84%) finalizaram o preenchimento do formulário eletrônico e 306 (16%) municípios apenas identificaram as referências, mas não evoluíram com as demais informações, conforme mostra o mapa abaixo. Desta forma, foram consideradas, para as análises apresentadas na sequência, as informações referentes aos 1.628 municípios.

GRÁFICO 16: MUNICÍPIOS QUE RESPONDERAM O MAPASAN 2014



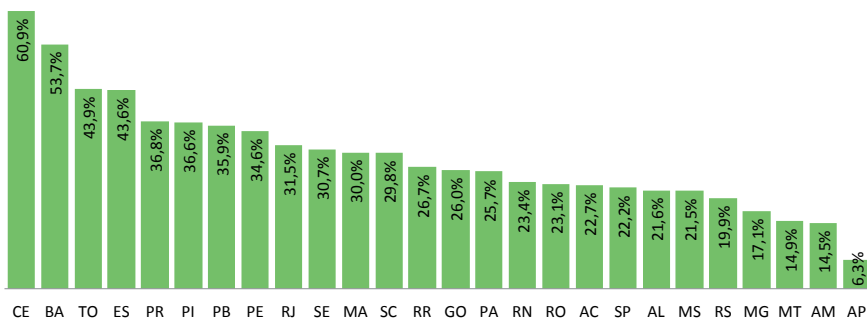
Levando-se em conta o número de municípios segundo as grandes regiões, constata-se que a região Nordeste teve uma participação maior na pesquisa, com 39,6% dos municípios respondentes, seguida da região Norte, com 28,7%, e das regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, respectivamente com 28,0%, 21,9% e 21,1% (Gráfico 17).

GRÁFICO 17: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES DO MAPASAN 2014, EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA REGIÃO



Em todo o país, 1.628 municípios dos 26 estados da Federação responderam ao MapaSAN 2014. O Gráfico 18 demonstra o percentual de cobertura dos respondentes do MapaSAN 2014 em relação ao percentual de municípios existentes por estado. No Estado do Ceará, 61% (n = 112) dos municípios do estado responderam ao MapaSAN; já no estado do Amapá, apenas um dos 16 municípios respondeu, o que corresponde a 6,3%.

GRÁFICO 18: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES DO MAPASAN 2014, POR ESTADO, EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA ESTADO

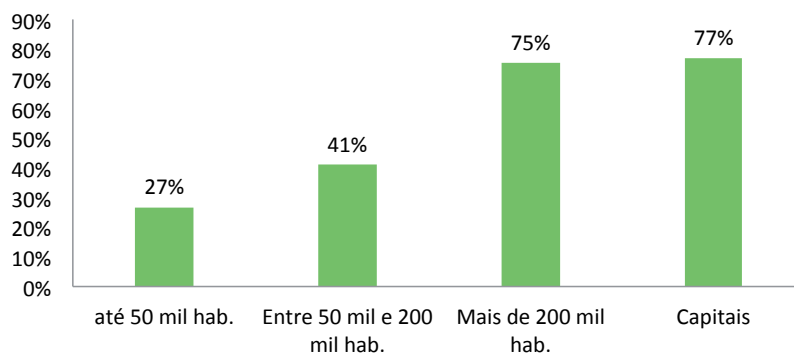


Outra forma de agregação de dados foi utilizada para a análise dos resultados do MapaSAN, 2014 levando-se em conta o porte populacional dos municípios. Para esta forma de agregação, foram consideradas quatro portes populacionais para os municípios:

- MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES;
- MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 50.001 ATÉ 200 MIL HABITANTES;
- MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ACIMA DE 200 MIL HABITANTES; E,
- CAPITALS DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

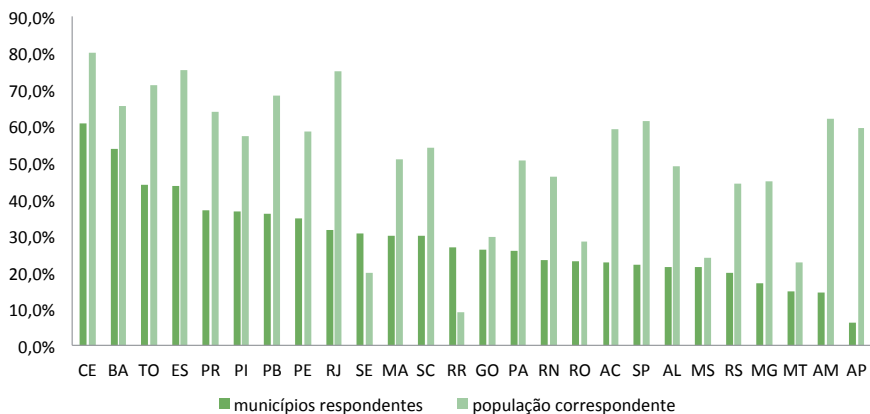
Segundo este critério, observou-se o seguinte resultado de representatividade em relação ao número total de municípios por porte populacional que responderam ao mapeamento: 27% dos municípios com população até 50 mil habitantes; 41% dos municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes; 75% dos municípios com mais de 200 mil habitantes; e 77% das capitais.

GRÁFICO 19: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES DO MAPASAN 2014, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE MESMO PORTE POPULACIONAL EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Ao se considerar a população que estes municípios representam, pode-se constatar que 56,8% da população brasileira residem nos municípios que responderam o mapeamento, sendo os dados, agregados por estado, apresentados no Gráfico 20.

GRÁFICO 20: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES DO MAPASAN 2014, COMPARADO AO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ESTADUAL, POR ESTADO.



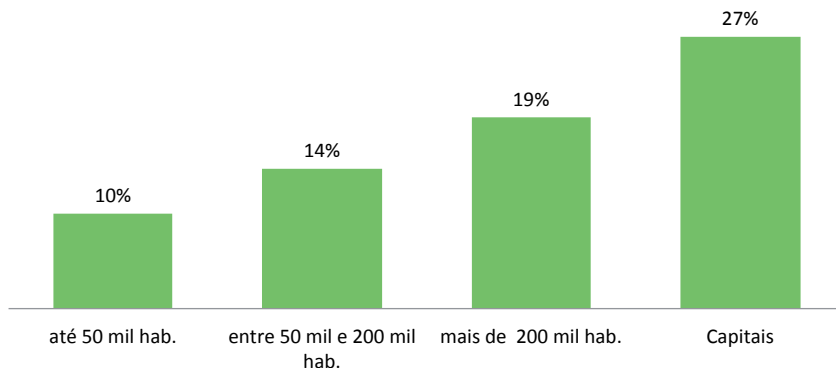
3.1 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAN E CONTROLE SOCIAL

Todos os estados e o Distrito Federal já aderiram ao Sisan e os municípios fizeram a adesão a partir de 2013. O processo de adesão municipal requer uma reorganização da governança das ações de SAN nos municípios para criar os componentes deste Sistema (Câmara Intersetorial de SAN e Conselho Municipal de SAN), além de assumir o compromisso de realização de conferências de SAN e de elaboração do Plano de SAN em até um ano. Isso requer a publicação de normativas (leis e/ou decretos) e assinatura do termo de adesão pelo gestor local.

Até o momento (outubro de 2014), segundo os dados do MapaSAN 2014, 177 municípios (11% do total respondentes) já teriam cumprido os pré-requisitos para a adesão ao Sistema. Ou seja, informaram que tem Caisans e Conseas instituídos, os quais podem ser estimulados à formalização da adesão junto à Caisan Nacional. Esses municípios representam, comparando aos municípios respondentes do MapaSAN, 15,2% na região Sul; 13,8% no Nordeste; 8,7% na região Norte; 4,3% no Sudeste; e 1,2% no Centro-Oeste.

Ao se considerar o porte populacional destes municípios, a maior proporção se deu entre as capitais e municípios com mais de 200 mil habitantes (Gráfico 21).

GRÁFICO 21: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS APTOS À ADEÇÃO AO SISAN, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL (ENTRE MUNICÍPIOS DO MESMO PORTE)



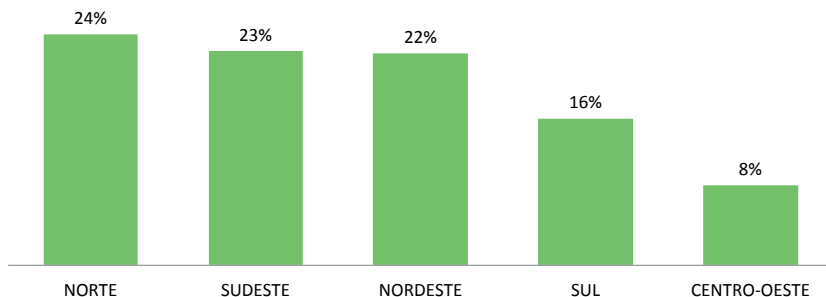
O bloco a seguir de informações tem como objetivo levantar as estruturas de gestão e controle social para as ações de SAN nos municípios.

A. ESPAÇO INSTITUCIONAL

Observou-se que entre os respondentes do MapaSAN que dispõem de um espaço institucional (secretaria, departamento, coordenação, superintendência ou uma estrutura correspondente) responsável pela gestão das ações de SAN na esfera local entre os 1.628 municípios foram 20,3% (total de 330).

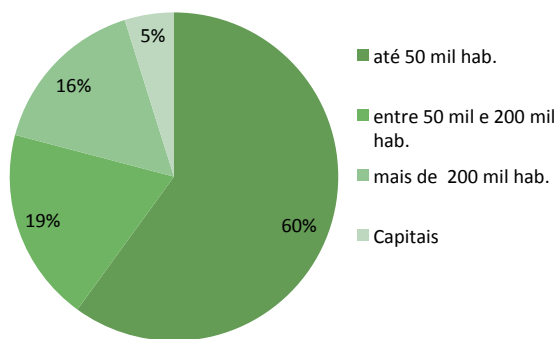
Ao se analisar o percentual por região (Gráfico 22), observou-se que 24% dos municípios da região Norte que responderam ao MapaSAN possuíam espaço institucional específico; 22% entre os da região Nordeste; 23% entre os do Sudeste; 16% entre os da região Sul, 16%; e 8% entre os do Centro-Oeste.

GRÁFICO 22: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM ESPAÇO INSTITUCIONAL ESPECÍFICO PARA A GESTÃO DAS AÇÕES DE SAN POR REGIÃO



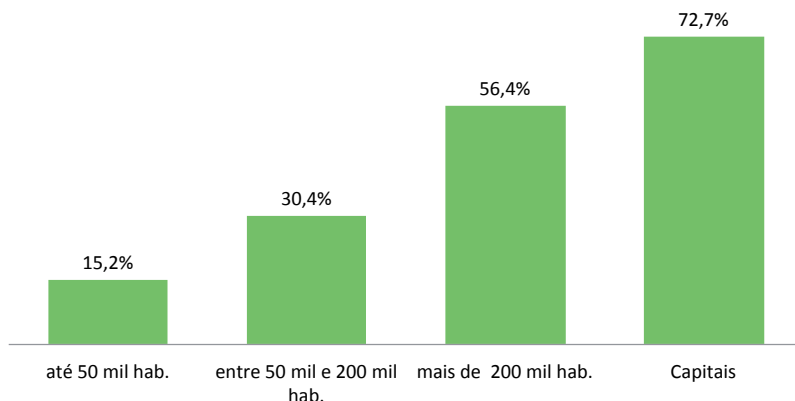
Se analisarmos por porte populacional dos municípios respondentes que declararam dispor de um espaço institucional específico para a gestão das ações de SAN, 60% possuem menos de 50 mil habitantes (Gráfico 23).

GRÁFICO 23: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM ESPAÇO INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO DAS AÇÕES DE SAN



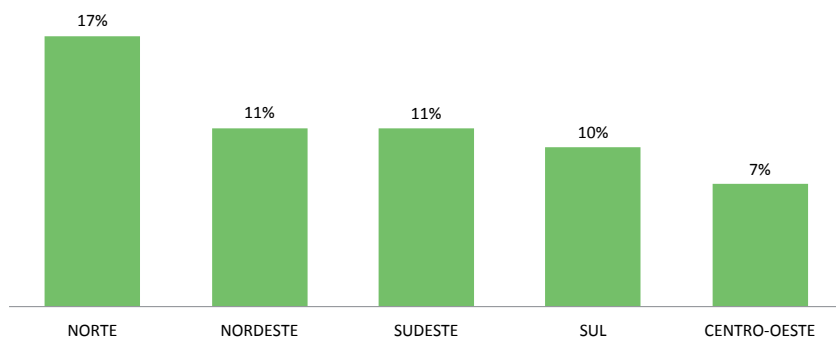
Comparando os municípios de mesmo porte populacional, a distribuição percentual se altera, onde 73% das capitais e 56% dos municípios com mais de 200 mil habitantes dispõem de um espaço institucional responsável pela gestão das ações de SAN (Gráfico 24).

GRÁFICO 24: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM ESPAÇO INSTITUCIONAL ESPECÍFICO PARA A GESTÃO DAS AÇÕES DE SAN, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL



Ressalta-se, ainda, que 11% (n = 177) dos municípios respondentes informaram ter uma secretaria de abastecimento alimentar. Se considerarmos o porte populacional, isso equivale a 36% das capitais, 19% dos municípios com mais de 200 mil habitantes, 12% entre 50 e 200 mil habitantes e 10% dos municípios de pequeno porte.

GRÁFICO 25: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM SECRETARIA

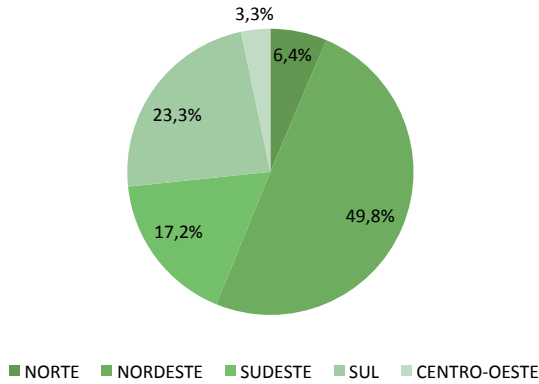


O Gráfico 25 representa o percentual de municípios respondentes, por região, que possuem uma secretaria exclusiva para a área de abastecimento alimentar.

B. LEIS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

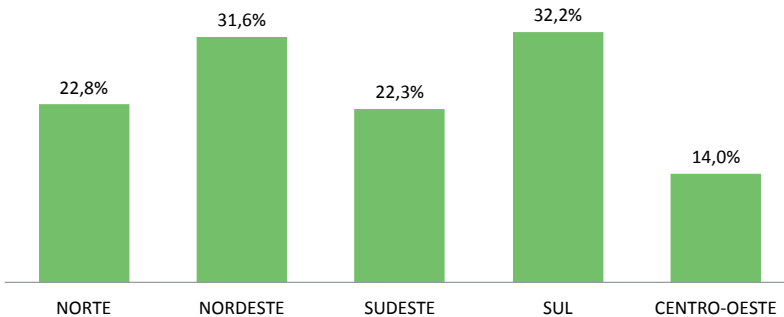
Observou-se que 27,8% (total de 454) dos municípios têm Leis Municipais de SAN. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de municípios com leis, 50% e 17% respectivamente (Gráfico 26).

GRÁFICO 26: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM LEI DE SAN, POR REGIÃO.



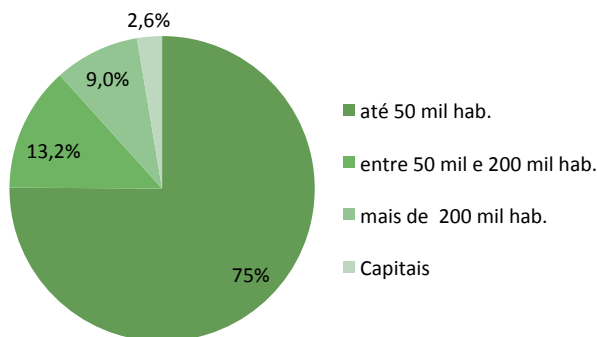
Ao se levar em conta a representação dos municípios respondentes em cada região, com Lei Municipal de SAN, destacam-se as regiões Nordeste e Sul, com 32%, Norte e Sudeste, respectivamente com 23% e 22%, seguidos da região Centro-Oeste, com 14%.

GRÁFICO 27: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES QUE POSSUEM LEI MUNICIPAL DE SAN EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES EM CADA REGIÃO.



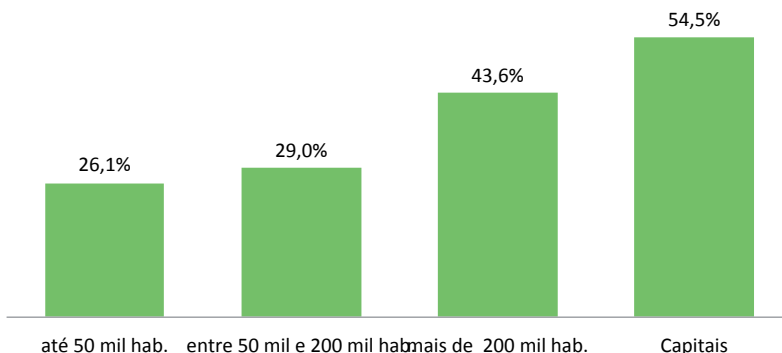
Dentre os municípios que têm Lei Municipal de SAN, a maioria é de pequeno porte (75%), totalizando 341 dos 454 municípios que responderam afirmativamente no mapeamento. Ao se considerar o total de municípios e o porte populacional, e a distribuição dos municípios que têm Lei de SAN, temos o seguinte cenário:

GRÁFICO 28: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES QUE POSSUEM LEI MUNICIPAL DE SAN EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES EM CADA REGIÃO



Contudo, este cenário se altera se for analisada a representatividade dos municípios por porte populacional: entre os municípios de mesmo porte, observa-se que as leis municipais de SAN estão mais concentradas em municípios grandes e nas capitais, conforme o Gráfico 29:

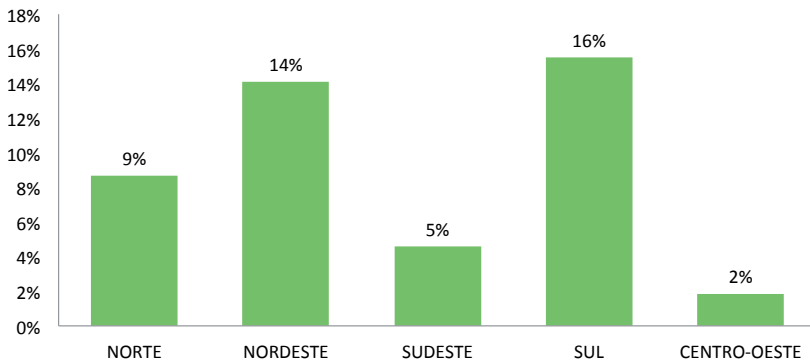
GRÁFICO 29: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES QUE POSSUEM LEI MUNICIPAL DE SAN EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DE MESMO PORTE POPULACIONAL.



C. CÂMARAS INTERSETORIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISANS MUNICIPAIS)

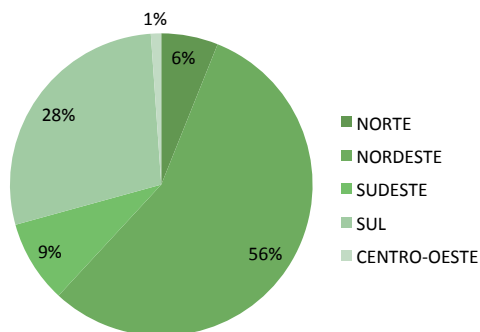
As Caisans são espaços de articulação, formulação e monitoramento das ações de SAN. Sua criação é um pré-requisito para a adesão municipal ao Sisan. Verificou-se que 11,1% dos municípios respondentes (n = 181) já criaram suas instâncias intersetoriais. A seguir a representação gráfica dos dados sobre a representatividade de municípios com Caisan, por região (Gráfico 30).

GRÁFICO 30: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM CAISAN MUNICIPAL, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES EM CADA REGIÃO



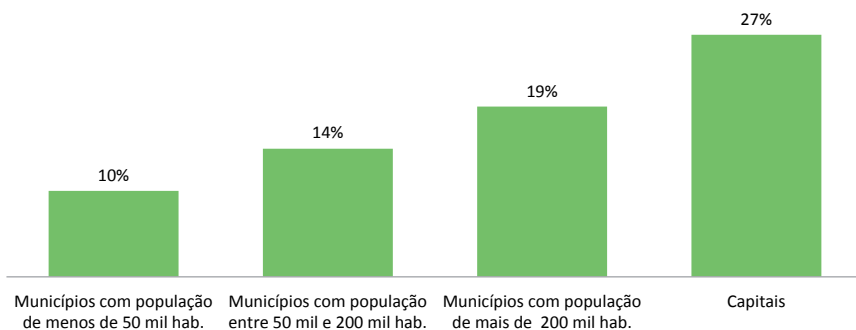
Os municípios respondentes que possuem Caisan Municipal estão, em maior proporção no Nordeste (56%), seguidos pelo Sul (28%). O Sudeste apresenta 9% do total de municípios com Caisan Municipal e o Norte e Centro-Oeste, respectivamente, com 6% e 1%.

GRÁFICO 31: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM CAISAN MUNICIPAL SEGUNDO REGIÃO.



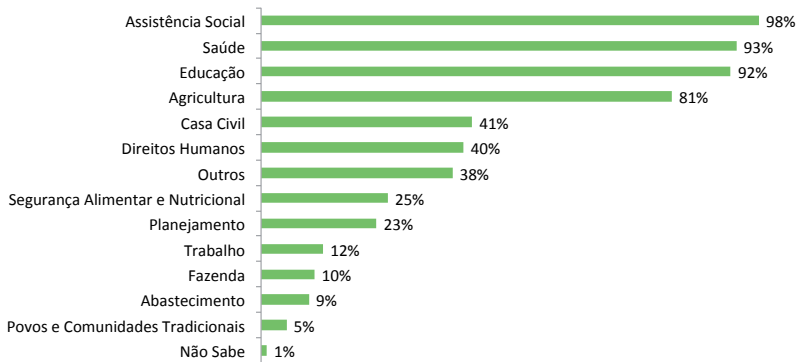
A maioria dos municípios que possui Caisan municipal é de pequeno porte populacional (70%). Porém, em termos de representatividade por porte populacional, as Caisans estão mais concentradas nos municípios grandes e nas capitais (Gráfico 32).

GRÁFICO 32: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM CAISAN MUNICIPAL, EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DE MESMO PORTE POPULACIONAL.



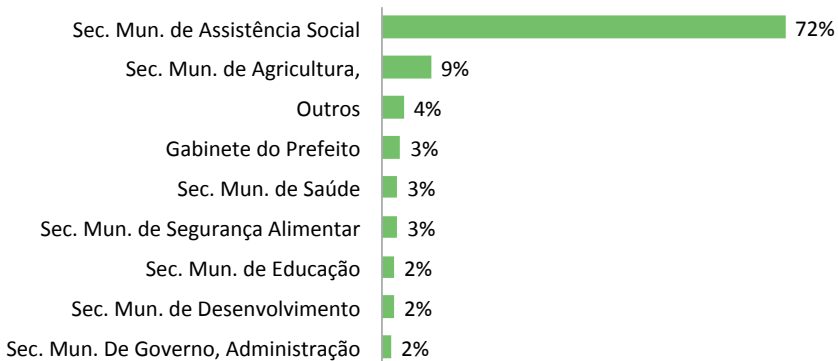
No que se refere à composição das Caisans municipais, em relação às áreas de governo com representatividade destacam-se: Assistência Social (98%), Saúde (93%), Educação (92%) e Agricultura (81%) (Gráfico 33).

GRÁFICO 33: ÁREAS DE GOVERNO COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE NAS CAISANS MUNICIPAIS



As Caisans estão vinculadas administrativamente a órgãos municipais. Na maioria (72%) à Secretaria Municipal de Assistência Social e similares, seguida da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e/ou similares (9%), conforme o Gráfico 34.

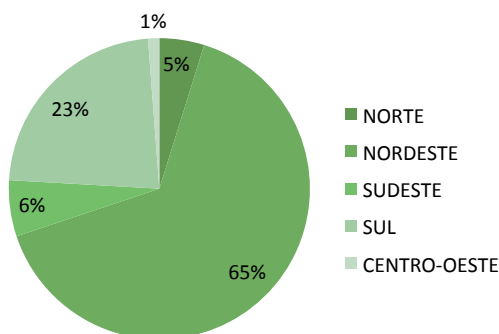
GRÁFICO 34: ÓRGÃO ADMINISTRATIVO AO QUAL A CAISAN ESTÁ VINCULADA, EM PERCENTUAL



Dentre os 181 municípios que têm Caisan, apenas 10% declararam que dispõem de recursos orçamentários para a gestão das suas ações; 81% não dispõem e 9% não souberam responder. Nesses municípios com Caisans, 46% dispõem de secretaria executiva para desempenhar suas atribuições. Os municípios que dis-

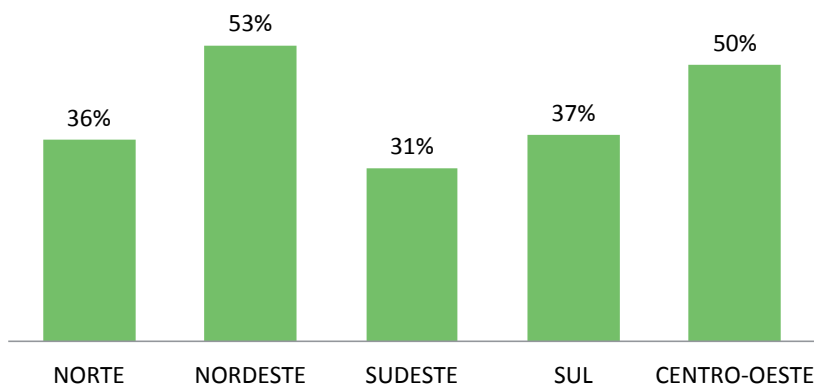
ões de secretaria executiva estão distribuídos da seguinte maneira: 65% (n = 54) estão no Nordeste, 23% (n = 19) no Sul, 6% (n = 5) no Sudeste, 5% (n = 4) no Norte e 1% (n = 1) no Centro-Oeste (Gráfico 35).

GRÁFICO 35: DISTRIBUIÇÃO DE CAISANS QUE DISPÕEM DE UMA SECRETARIA EXECUTIVA, POR REGIÃO



Ao se levar em conta a representatividade dos municípios respondentes da mesma região cujas Caisans dispõem de uma secretaria executiva, as regiões Nordeste possuem 53%, Centro-Oeste 50% Sul 37%, Norte 36% e Sudeste 31%, conforme apresenta o Gráfico 36.

GRÁFICO 36: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS CUJA CAISAN QUE DISPÕE DE UMA SECRETARIA EXECUTIVA ENTRE MUNICÍPIOS RESPONDENTES, POR REGIÃO



Observou-se uma média de 1,7 pessoas que trabalha nas Secretarias Executivas das Caisans municipais, ocorrendo alguma variação de acordo com a região e o porte populacional (Gráfico 37 e 38). Sendo observado que os municípios com população maior possuem uma média de trabalhadores maior que os municípios de menor porte populacional.

GRÁFICO 37: QUANTIDADE MÉDIA DE PESSOAS QUE TRABALHAM NA SECRETARIA EXECUTIVA DA CAISAN, POR REGIÃO

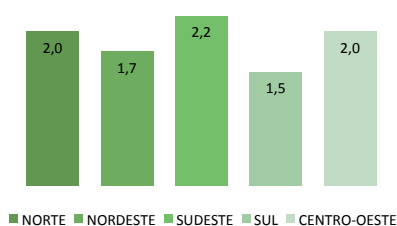
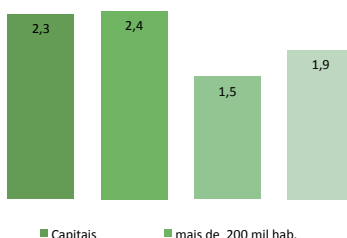


GRÁFICO 38: QUANTIDADE MÉDIA DE PESSOAS QUE TRABALHAM NA SECRETARIA EXECUTIVA DA CAISAN, SEGUNDO PORTE POPUCACIONAL



Entre os municípios que possuem Caisan, quando questionados sobre a estrutura física da mesma, a maioria afirmou dispor de apoio para ações de comunicação e divulgação (72%), apoio logístico (69%) e apoio para confecção de material gráfico (67%). Já no que se refere ao acesso à internet, 67% das Caisans estão conectadas e 64% delas dispõem de material de escritório ou de expediente. Ainda, 53% das Caisans dispõem de impressora e 47% de computadores (Gráfico 39).

GRÁFICO 39: ESTRUTURA FÍSICA DAS CAISANS MUNICIPAIS.

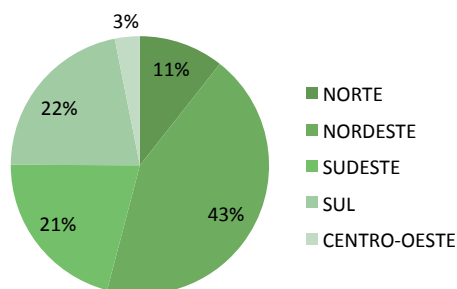


D. CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAN – (COMSEAS)

Os Comseas são instâncias de participação e controle social das ações, programas e políticas de SAN. Sua criação é, também, um pré-requisito para a adesão municipal ao Sisan. De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006) - Losan, a composição deve ser de 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de governo, e a presidência deve ser, obrigatoriamente, da sociedade civil.

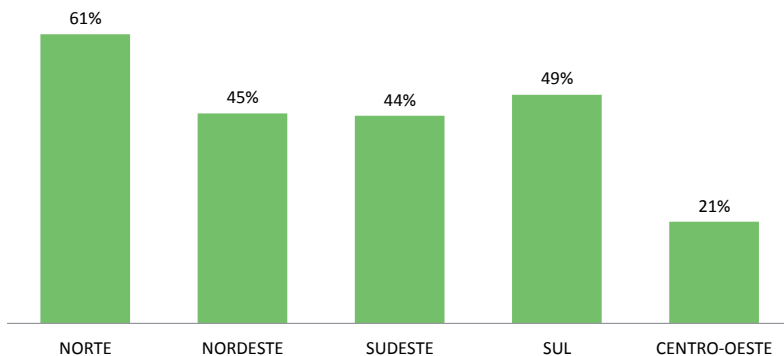
Identificou-se que 45% (total de 734) dos municípios que responderam ao levantamento têm Comseas, com destaque para a região Nordeste (43%), seguido das regiões Sul e Sudeste, respectivamente com 22% e 21% (Gráfico 40).

GRÁFICO 40: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM COMSEA MUNICIPAL, POR REGIÃO



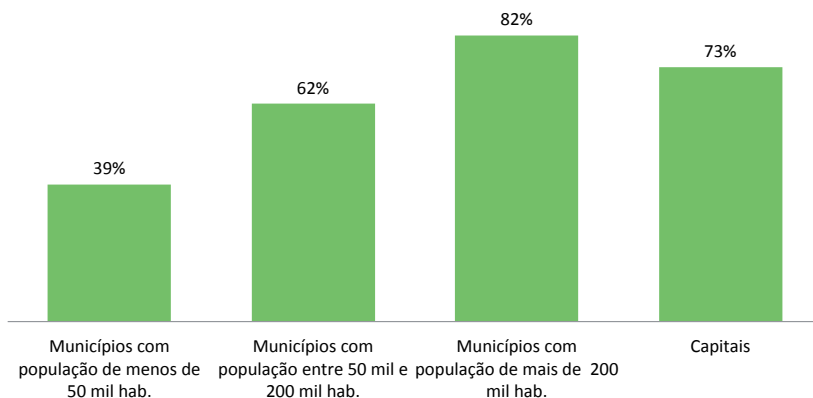
Quando se leva em conta a quantidade de municípios que possuem Comsea em relação ao total de municípios da mesma região, verifica-se que 61% dos municípios do Norte, que responderam ao MapaSAN 2014, têm Comsea Municipal. A região Sul conta com 49% e o nordeste com 45%; Sudeste com 44% e Centro Oeste com 21% (Gráfico 41).

GRÁFICO 41: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM COMSEA MUNICIPAL POR REGIÃO (ENTRE MUNICÍPIOS RESPONDENTES DA MESMA REGIÃO)



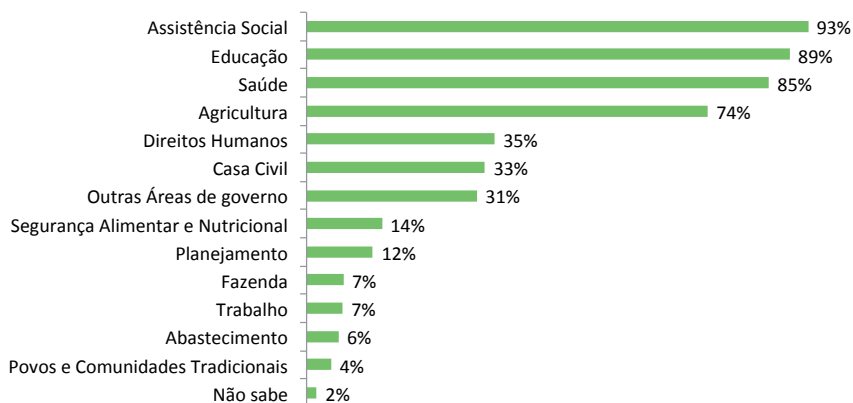
Porém, em termos de quantidade de Comseas municipais em relação ao porte populacional, os percentuais mais significativos apresentam-se nos municípios acima de 200 mil habitantes (82%), seguido das capitais (73%), municípios de porte médio (62%) e municípios de pequeno porte (39%), conforme o Gráfico 42.

GRÁFICO 42: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM COMSEA MUNICIPAL, EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DE MESMO PORTE POPULACIONAL



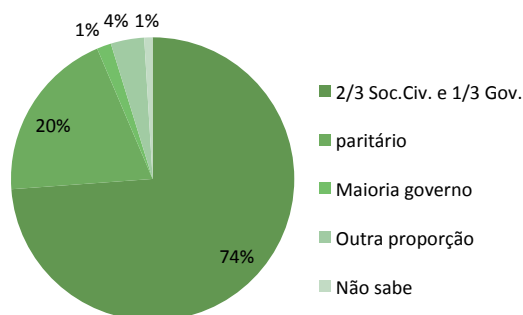
As áreas de governo com maior representatividade nos Comseas são: Assistência Social (93%), Educação (89%), Saúde (85%), Agricultura (74%), Direitos Humanos (35%) e Casa Civil (33%), conforme o Gráfico 43.

GRÁFICO 43: PERCENTUAL DE ÁREAS GOVERNAMENTAIS REPRESENTADAS NO COMSEA MUNICIPAL



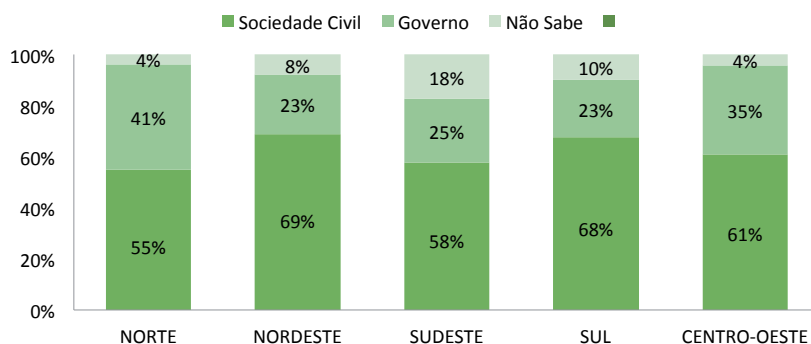
Dos 734 municípios que tem Comsea, a maioria (64,5%) tem a presidência composta por representante da sociedade civil conforme prediz a normativa. Já em relação à sua composição, 74% são compostos por 2/3 de membros sociedade civil e 1/3 do governo, tal como o conselho nacional. (Gráfico 44)

GRÁFICO 44: PROPORÇÃO ENTRE O NÚMERO DE MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL E DO GOVERNO REPRESENTANTES NO COMSEA, BRASIL



Ao se analisar os dados de representação da presidência dos Comseas municipais, levando-se em conta os municípios da mesma região, o Gráfico 45 mostra que em 62% dos municípios, a presidência do conselho é de representação da sociedade civil e em 29%, do setor governamental⁵.

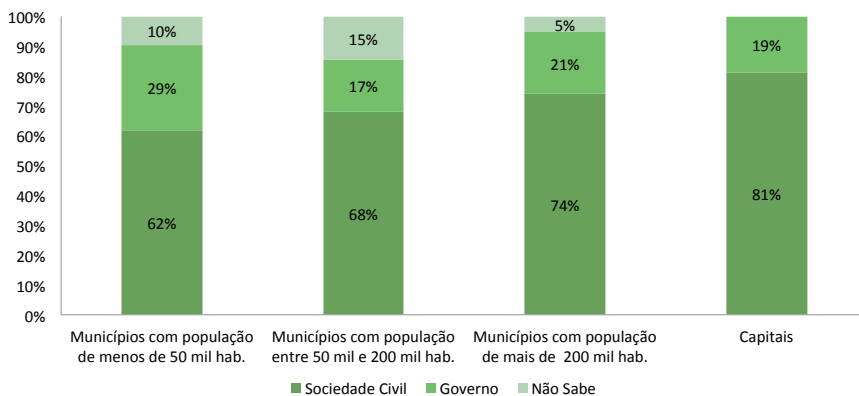
GRÁFICO 45: SETOR DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO COMSEA, POR REGIÃO



Quando se leva em consideração o porte populacional dos municípios com Comsea municipal, a representação da presidência mostra-se sensivelmente diferente, já que nas capitais 81% dos presidentes são da sociedade civil, nos municípios com menos de 50 mil habitantes são 62% com Comsea e 10% não sabem. Em 68% dos municípios respondentes com população entre 50 mil e 200 mil habitantes o Comsea é presidido por representante da sociedade civil e 15% não sabem. Já entre os municípios respondentes com mais de 200 mil habitantes, em 74% o Comsea é presidido por representante da sociedade civil, sendo que 5% não souberam responder. Veja a representação dos dados no Gráfico 46.

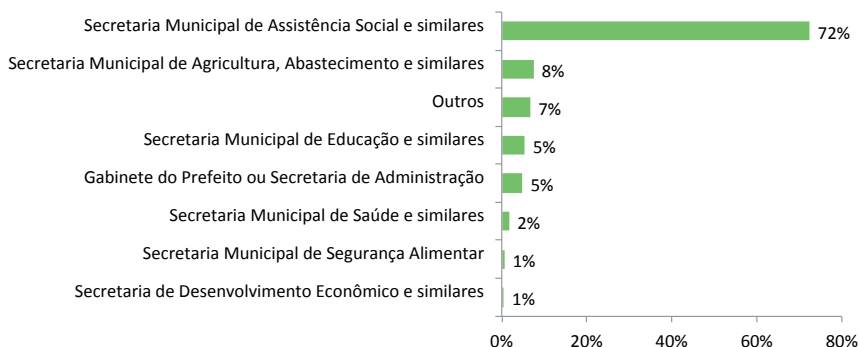
5 NA NORMATIVA QUE REGULAMENTA O SISAN E, CONSEQUENTEMENTE, O CONSEA NACIONAL, INCLUI A LOSAN E DECRETO Nº 6.272, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007. AMBAS DETERMINAM QUE A PRESIDÊNCIA DO CONSEA NACIONAL SEJA OBRIGATORIAMENTE DA SOCIEDADE CIVIL. A MAIORIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS SEGUE ESTA MESMA ORIENTAÇÃO. CONTUDO DADA A AUTONOMIA DOS ENTES FEDERATIVOS, OS CONSEAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PODEM, EVENTUALMENTE, TEREM COMO PRESIDENTES REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS. PORÉM, OU LEVAR-SE EM CONTA O PROCESSO DE ADESAO AO SISAN POR PARTE DOS ESTADOS SE MUNICÍPIOS, A RESOLUÇÃO Nº 9 DA CAISAN NACIONAL, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, DETERMINA QUE O ESTADO OU MUNICÍPIO ESTEJA EM ACORDO COM ESTA DETERMINAÇÃO, CASO CONTRÁRIO NÃO PODERÁ EFETIVAR A ADESAO AO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

GRÁFICO 46: SETOR DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO COMSEA, EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DE MESMO PORTE POPULACIONAL



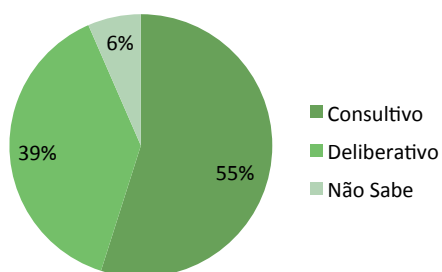
Na maioria dos municípios (72,4%), o Comsea municipal está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social. A Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e similares é o órgão ao qual o conselho está vinculado em 7,5% dos municípios. Em 5,5% dos municípios, o Comsea está vinculado administrativamente à Educação e em 4,9% ao Gabinete do Prefeito. Em menos de 1,8% dos casos o Comsea está vinculado à pasta da Saúde e em 0,7% a uma secretaria específica de Segurança Alimentar e Nutricional (Gráfico 47).

GRÁFICO 47: ÓRGÃO AO QUAL O COMSEA MUNICIPAL ESTÁ VINCULADO



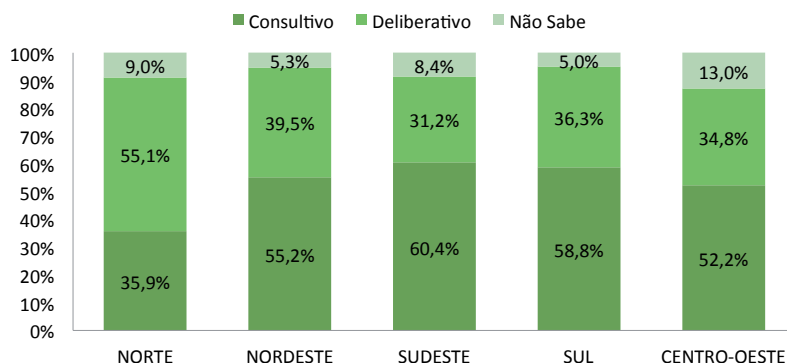
Os conselhos de políticas públicas podem ser de caráter consultivo ou deliberativo. No âmbito do SISAN os conselhos, geralmente, são de caráter consultivo, desempenhando funções de orientação, participação e controle social sobre as prioridades da política de SAN em consonância com as deliberações da Conferências de SAN nas três esferas de governo. Dentre os 734 municípios que afirmam ter Comsea Municipal, entre os que souberam responder 61% tem o caráter decisório do conselho consultivo e em 28% o deliberativo (Gráfico 48).

GRÁFICO 48: CARÁTER DECISÓRIO DO COMSEA, NACIONAL



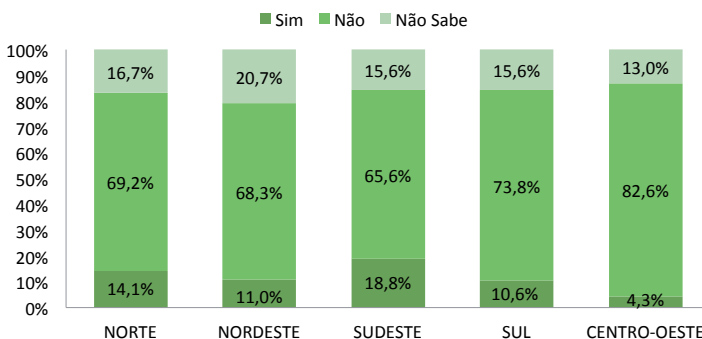
Ao se levar em consideração o caráter decisório dos Comseas municipais em relação aos municípios da mesma região, os dados do MapaSAN 2014 demonstram que na região Norte a maioria dos Comseas (55,1%) possui caráter deliberativo, ao contrário da tendência nacional que é consultivo (Gráfico 49).

GRÁFICO 49: CARÁTER DECISÓRIO DO COMSEA, POR REGIÃO



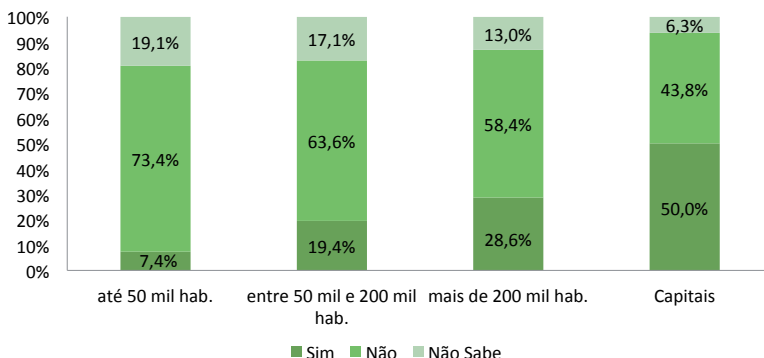
Conforme resultados relativos à disponibilidade de recursos orçamentários 18,8% dos municípios da região Sudeste dispõem de recursos orçamentários destinados ao funcionamento do Comsea municipal. A mesma situação, ocorre em 14,1% dos municípios da região Norte, em 11% no Nordeste, em 10,6% no Sul e em 4,3% no Centro-Oeste (Gráfico 50).

GRÁFICO 50: MUNICÍPIOS EM QUE O COMSEA DISPÕE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, POR REGIÃO



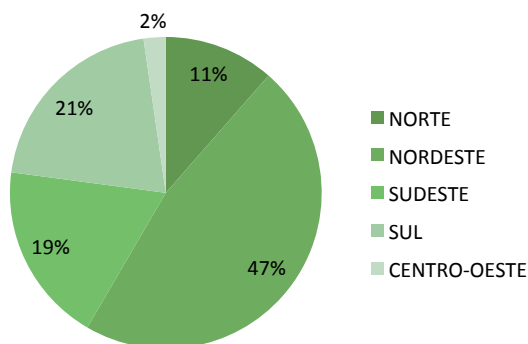
Quando se considera o porte populacional dos municípios cujo Comsea dispõe de recursos orçamentários para suas ações, o cenário apresenta-se da seguinte maneira: 50% das capitais dispõem de recursos orçamentários, enquanto estão nesta mesma condição 49% dos municípios com menos de 50 mil habitantes, 29% daqueles com população maior que 200 mil e 19% nos municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes (Gráfico 51).

GRÁFICO 51: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE O COMSEA DISPÕE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DE MESMO PORTE POPUCACIONAL



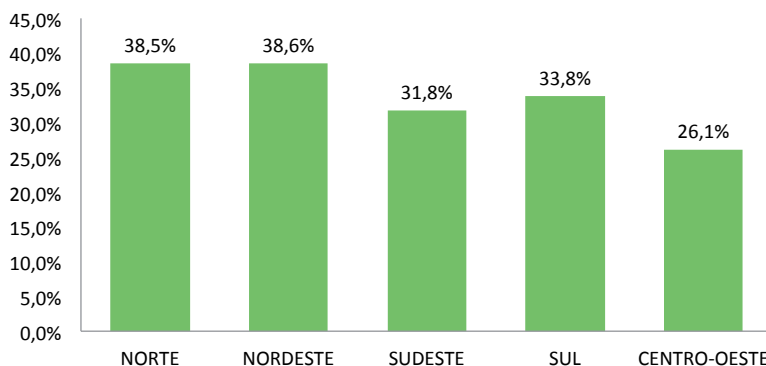
Entre os municípios estudados cujo Comsea tem uma secretaria executiva ocorrem em 47% dos casos no Nordeste, 21% na região Sul, 19% no Sudeste, 11% no Norte e 2% no Centro-Oeste (Gráfico 52).

GRÁFICO 52: DISTRIBUIÇÃO DOS COMSEAS QUE DISPÕEM DE UMA SECRETARIA EXECUTIVA ENTRE OS MUNICÍPIOS RESPONDENTES, POR REGIÃO



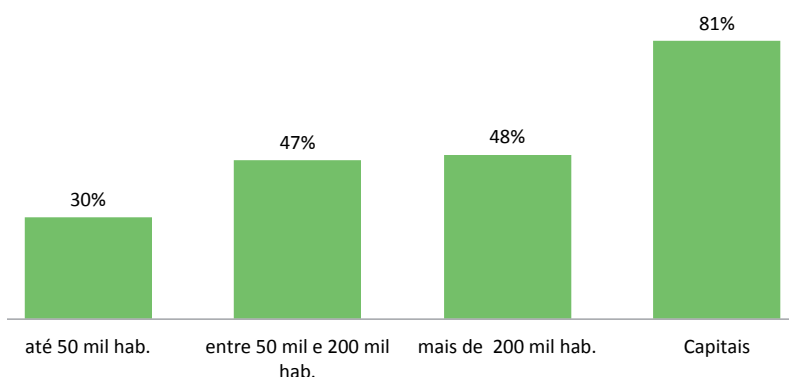
Já entre os municípios da mesma região, a análise demonstra que, na média, em 34% dos municípios brasileiros o Comsea dispõe de uma secretaria executiva. Em relação aos municípios que têm conselhos municipais de SAN, as regiões que se destacam são Norte e Nordeste, nas quais 38% e 39% dos municípios, respectivamente, o Comsea tem uma secretaria executiva (Gráfico 53).

GRÁFICO 53: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES CUJO COMSEA DISPÕE DE SECRETARIA EXECUTIVA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES DA MESMA REGIÃO



No que se refere ao porte populacional, conforme pode ser visto no Gráfico 54, os dados do MapaSAN 2014 apontam que entre as capitais, em 81% delas o Comsea dispõem de uma secretaria executiva e, nos municípios com mais de 200 mil habitantes e população entre 50 mil e 200 mil, foi informada a existência de secretaria executiva nos Comseas em, respectivamente, 48% e 47%. Já nos municípios com menos de 50 mil habitantes, 30% deles apresentam a mesma situação.

GRÁFICO 54: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS CUJO COMSEA DISPÕE DE UMA SECRETARIA EXECUTIVA, EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DE MESMO PORTE POPULACIONAL



Em média, entre 1 e 2 pessoas (1,7) trabalha nas secretarias executivas dos Comseas municipais. Dos 734 municípios que declararam a existência de Conselho de SAN, com Secretaria executiva, o Sudeste apresenta uma média maior (1,9 trabalhador) por Secretaria e o Centro-Oeste a menor média (1,5 trabalhador). Quando os dados consideram o porte populacional dos municípios, aqueles com menos de 50 mil habitantes possuem a menor média, de 1,5 trabalhador por Secretaria Executiva. Os Comseas de municípios com população de mais de 200 mil habitantes apresentam uma média de 2,2 trabalhadores e as Capitais de 2,1. As médias de trabalhadores nas Secretarias Executivas por região e segundo porte populacional dos municípios registrados no MapaSAN 2014 estão descritos nos Gráficos 55 e 56, a seguir.

GRÁFICO 55: QUANTIDADE MÉDIA DE PESSOAS QUE TRABALHAM NA SECRETARIA EXECUTIVA DO COMSEA, POR REGIÃO

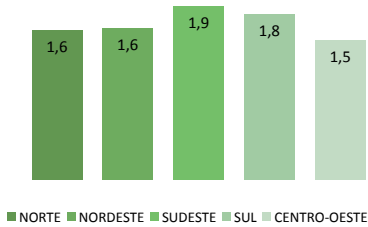
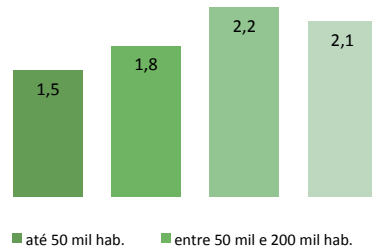
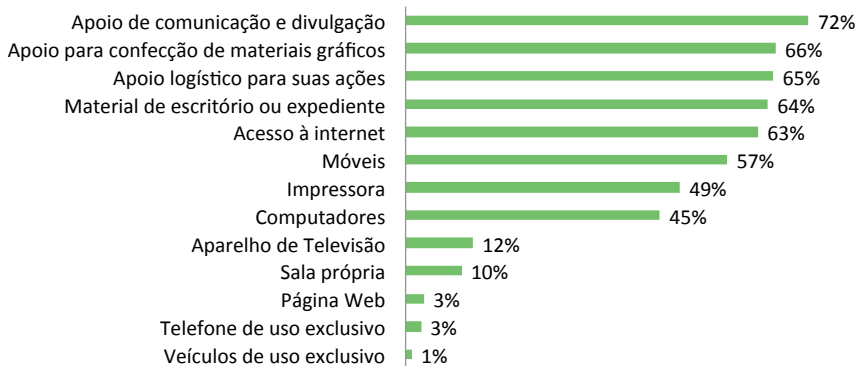


GRÁFICO 56: QUANTIDADE MÉDIA DE PESSOAS QUE TRABALHAM NA SECRETARIA EXECUTIVA DO COMSEA, SEGUNDO PORTE POPUCACIONAL



Quanto à estrutura física dos Comseas municipais, em 734 municípios, o apoio de comunicação e divulgação ocorre em 72% dos conselhos, 66% recebem apoio para confecção de materiais gráficos e 65% apoio logístico para suas ações. Material de expediente e acesso à internet foram constatados em 64% e 63% dos Comseas, respectivamente. Para 57% dos Comseas dispõem de móveis próprios, 49% de impressora e 45% têm computadores. Já aparelho de televisão está presente em apenas 12% dos Comseas municipais e apenas 10% deles possui sala própria.

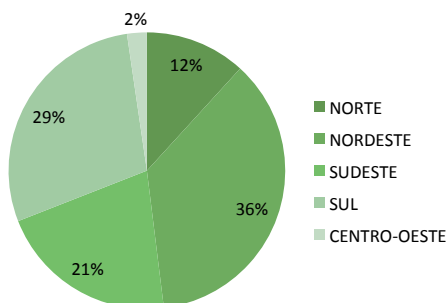
GRÁFICO 57: ESTRUTURA DOS COMSEAS MUNICIPAIS



E. CONFERÊNCIA DE SAN

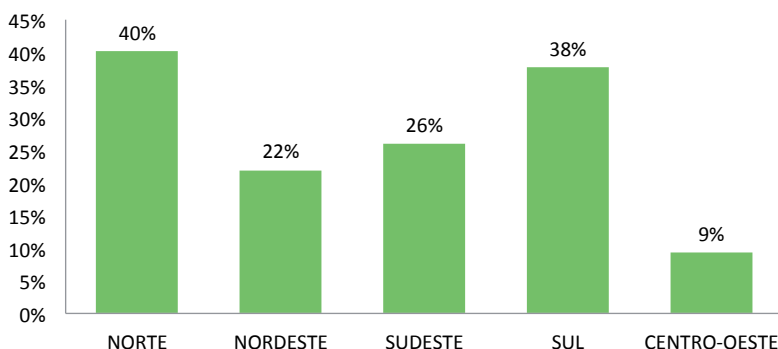
As conferências de SAN são espaços de debate e deliberação sobre as diretrizes, objetivos e de definição das prioridades da Política de SAN, bem como de aprimoramento do SISAN, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Dos municípios que participaram do mapeamento, 26% (n = 433) já realizaram uma ou mais conferências de SAN. Quanto à realização de conferência de SAN nos municípios, entre as macrorregiões brasileiras destacam-se o Nordeste (36%), seguido pela região Sul (29%), Sudeste (21%), Norte (12%) e Centro-Oeste (2%), conforme o Gráfico 58.

GRÁFICO 58: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM UMA OU MAIS CONFERÊNCIAS DE SAN, POR REGIÃO



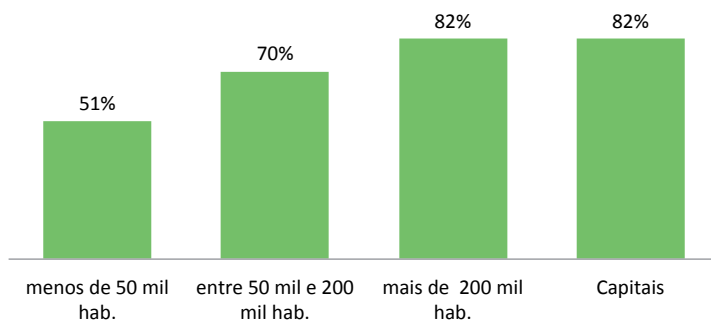
Ao analisar os dados, considerando os municípios que realizaram uma ou mais conferência de SAN da mesma região, destacam-se o maior percentual entre os municípios respondentes no Norte e do Sul, com 40% e 38%, respectivamente, conforme apresentado no Gráfico 59.

GRÁFICO 59: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM UMA OU MAIS CONFERÊNCIAS DE SAN, POR REGIÃO (ENTRE MUNICÍPIOS DA MESMA REGIÃO)



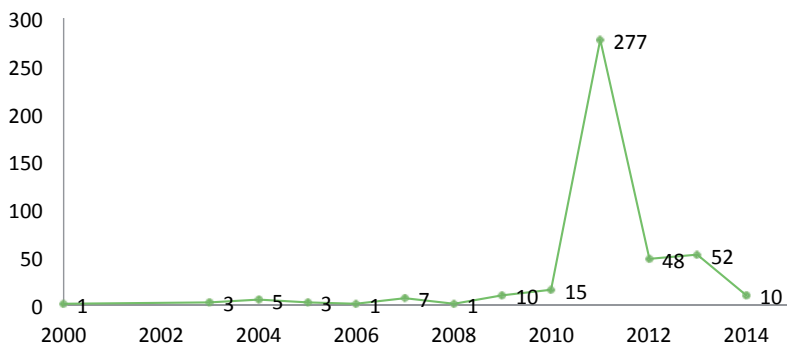
Na medida em que aumenta o porte populacional, aumenta o número de municípios que realizaram uma ou mais conferências de SAN (Gráfico 60). Sendo que 82% das capitais e dos municípios com mais de 200 mil habitantes afirmaram ter realizado uma ou mais conferências de SAN, 70% dos municípios respondentes com população entre 50 mil e 200 mil habitantes e 51% dos municípios com menos de 50 mil habitantes.

GRÁFICO 60: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM UMA OU MAIS CONFERÊNCIAS DE SAN EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DE MESMO PORTE POPULACIONAL



O ano de realização das conferências municipais de SAN foi uma das questões levantadas pelo MapaSAN 2014. Considerando o número de municípios que realizaram conferências por ano de realização, percebe-se que em 2011, mesmo ano da 4ª Conferência Nacional de SAN, foi o ano no qual se realizou a maior quantidade de Conferências de SAN sendo 277 do total de 433 relatados no mapeamento (Gráfico 61).

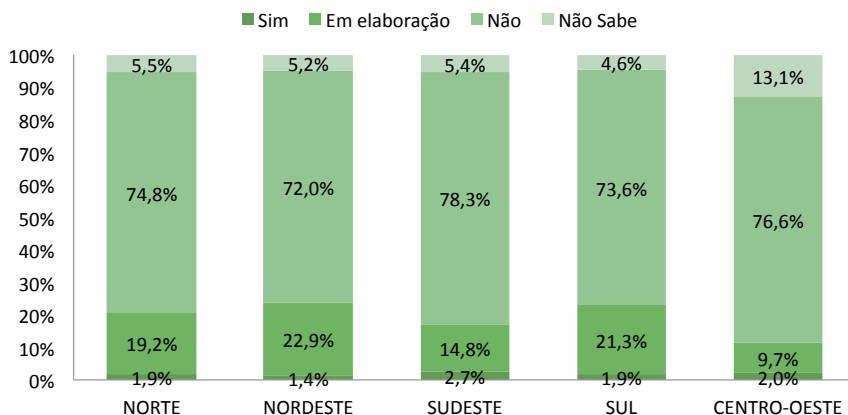
GRÁFICO 61: CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE SAN POR ANO DE REALIZAÇÃO



F. PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Entre os municípios que responderam o MapaSAN 2014, apenas 1,4 % (n = 25) afirmaram ter Plano de SAN. Outros 18,6 % (n = 303) dos municípios declararam que o Plano de SAN está em processo de elaboração e 80% dos municípios afirmaram não terem o plano ou não souberam responder. No Gráfico 62, é possível verificar as respostas distribuídas em relação aos municípios da mesma região.

GRÁFICO 62: MUNICÍPIOS QUE TÊM PLANSAN, POR REGIÃO



G. FINANCIAMENTO

Pouco menos que um quinto dos respondentes (19%) afirmou possuir recursos orçamentários destinados ao financiamento das ações de SAN contra 61% que afirmaram não dispor de recursos orçamentários para as ações de SAN e 20% que não souberam responder. Os Gráfico 63Gráfico 64 mostram a análise dos municípios com recursos para ações de SAN que foram ao menos previstos no orçamento levando-se em conta a região e o porte populacional.

GRÁFICO 63: MUNICÍPIOS RESPONDENTES COM RECURSOS PARA AS AÇÕES DE SAN PREVISTOS NO ORÇAMENTO, POR REGIÃO

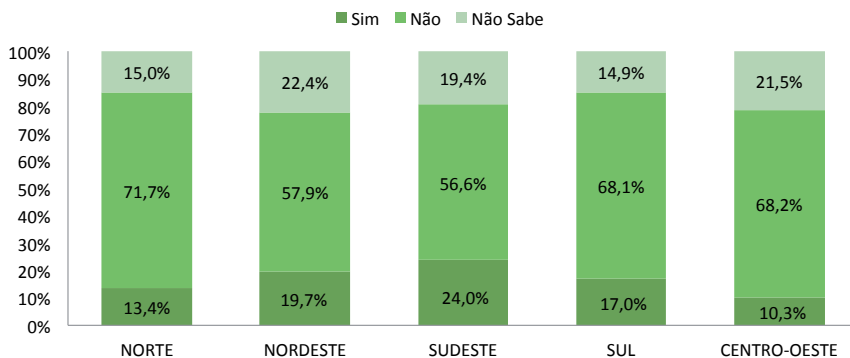
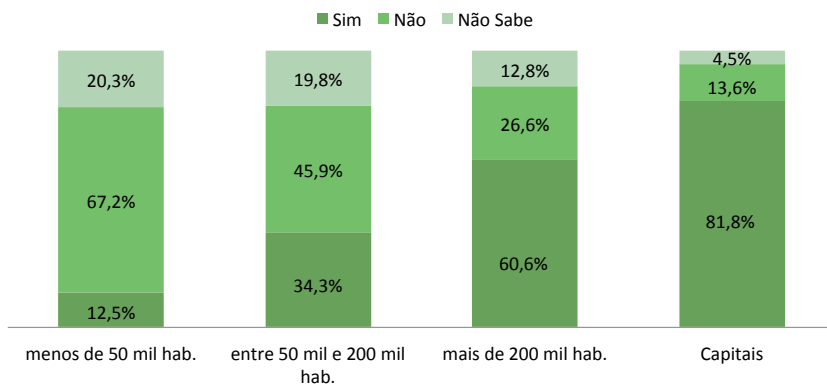


GRÁFICO 64: MUNICÍPIOS RESPONDENTES COM RECURSOS PARA AS AÇÕES DE SAN PREVISTOS NO ORÇAMENTO EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DE MESMO PORTE POPULACIONAL.



Dos 309 municípios que responderam quanto à disponibilidade de recursos para as ações de SAN, 78% (n = 188) declararam que os recursos foram previstos total ou parcialmente no Plano Plurianual Municipal (PPA). Outros 13% afirmaram não terem realizado essa previsão no PPA e 26% não souberam responder. Os dados agregados segundo os municípios por região e porte populacional estão representados nos gráficos 65 e 66.

GRÁFICO 65: MUNICÍPIOS RESPONDENTES QUE INCLUÍRAM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DE SAN NO PPA, POR REGIÃO

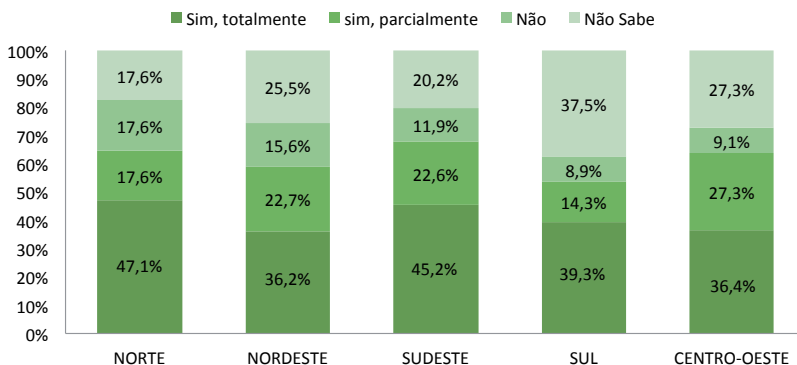
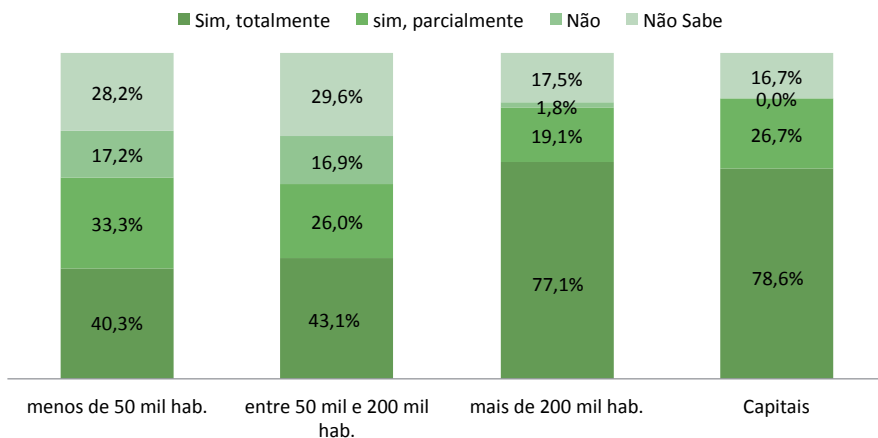
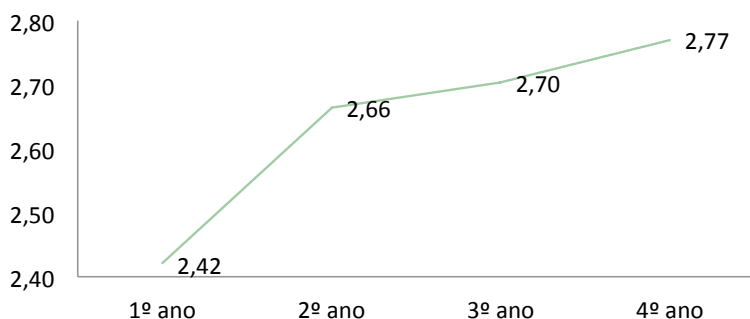


GRÁFICO 66: MUNICÍPIOS RESPONDENTES QUE INCLUÍRAM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO PPA EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DE MESMO PORTE POPULACIONAL



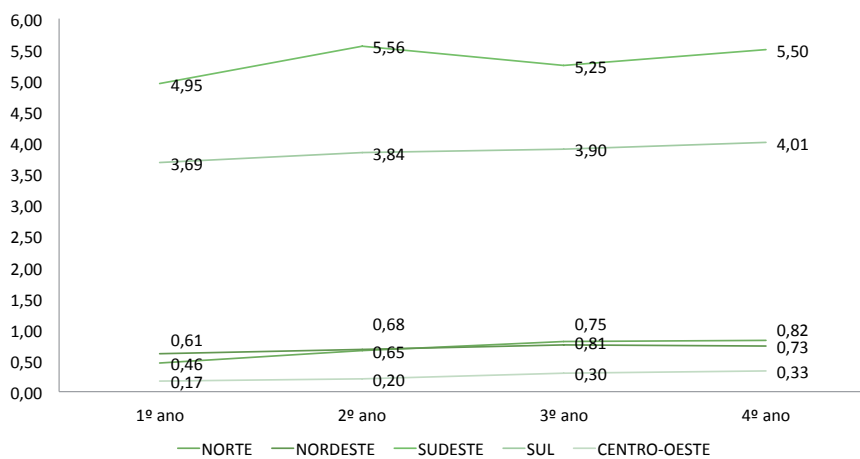
Considerando os municípios que têm previsão de recursos, o valor anual médio apresentado no PPA está apresentado no Gráfico 67, levando-se em conta os dados globais, e no Gráfico 68 agregando-os por região.

GRÁFICO 67: VALOR MÉDIO NACIONAL DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA AÇÕES DE SAN PREVISTOS NO PPA, POR ANO (EM MILHÕES DE REAIS)



A seguir o valor médio anual de recursos para as ações de SAN previsto no PPA dos municípios agregados por região:

GRÁFICO 68: VALOR MÉDIO ANUAL DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES PARA AÇÕES DE SAN PREVISTOS NO PPA, POR REGIÃO (EM MILHÕES DE REAIS).



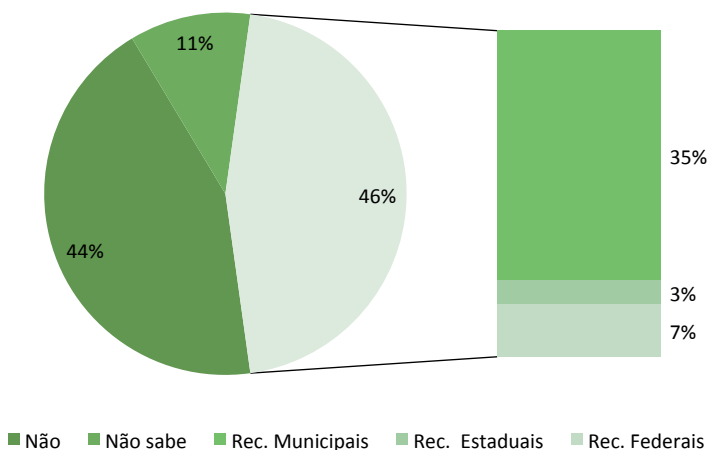
H. QUANTO ÀS AÇÕES DE SAN DESENVOLVIDAS NOS MUNICÍPIOS

No MapaSAN 2014 foram levantadas informações sobre algumas ações de SAN desenvolvidas pelo município, além da origem de financiamento destas ações. O município teve a opção de indicar uma ou mais fontes de financiamento das ações de SAN na forma de múltiplas respostas. Os dados foram analisados e sistematizados em função da região e do porte populacional dos municípios

APOIO LOGÍSTICO PARA TRANSPORTE DE ALIMENTOS PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES

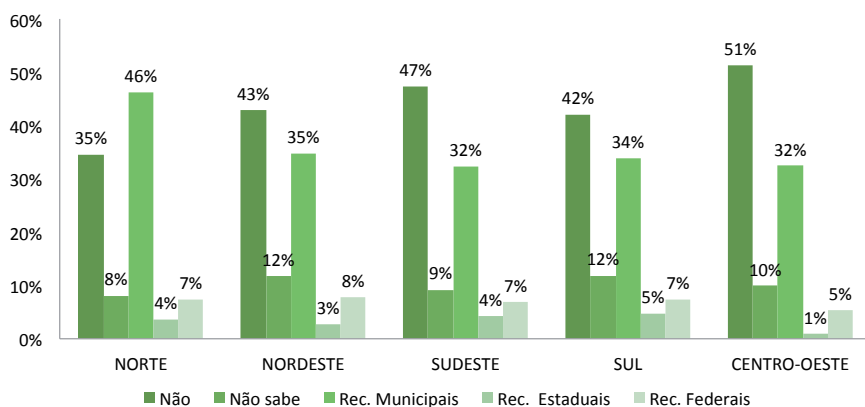
Dos 1.628 municípios respondentes, 45,6% promoveram apoio logístico para transporte de alimentos produzidos por agricultores familiares 43,6% não promovem e 10,8% não souberam responder, conforme apresentado no Gráfico 69. Dentre aqueles municípios que promovem esta ação de SAN, em média, 34,8% o fazem com recursos próprios, 3,4% com recursos estaduais e 7,3% com recursos federais.

GRÁFICO 69: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES QUE PROMOVEM APOIO LOGÍSTICO PARA TRANSPORTE DE ALIMENTOS PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, SEGUNDO ORIGEM DE RECURSOS - BRASIL



Entre as regiões, o Gráfico 70 mostra que a distribuição percentual das fontes de financiamento para este tipo de ação de SAN apresenta-se bastante similar. A média dos municípios que realizam o apoio logístico para transporte de alimentos produzidos por agricultores familiares está de acordo com os dados nacionais e não varia substancialmente de região para região, com exceção da região Norte onde, em média, 46% dos municípios financiam esta ação com recursos próprios. Na região Centro-Oeste 1% dos municípios financia esta ação com recursos estaduais, ficando ligeiramente abaixo da média de 3% da esfera nacional.

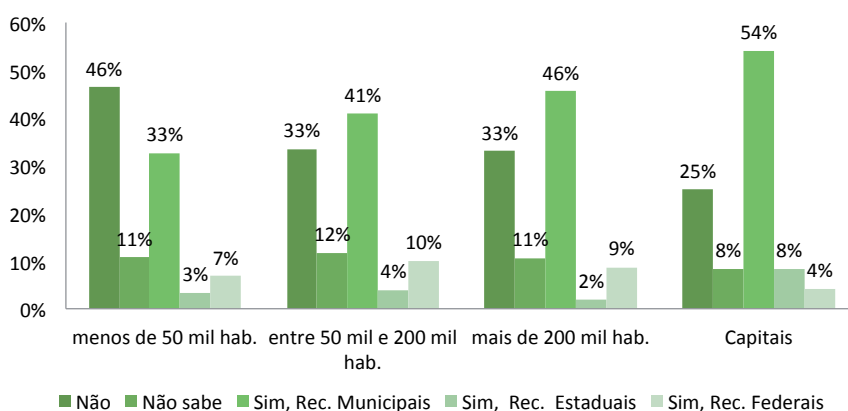
GRÁFICO 70: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES QUE PROMOVEM APOIO LOGÍSTICO PARA TRANSPORTE DE ALIMENTOS PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR REGIÃO



Considerando-se o porte populacional dos municípios que promovem apoio logístico para o transporte de alimentos produzidos por agricultores familiares, o Gráfico 71 demonstra que 33% dos municípios com menos de 50 mil habitantes financiam esta ação com recursos próprios. Já entre os municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes, este percentual é de 41%; e nos municípios com mais de 200 mil habitantes representa 46%, sendo que 54% das capitais financiam com recursos próprios este tipo de ação de SAN. Isto significa que quanto maior o porte populacional do município mais recursos municipais são destinados ao apoio logístico para o transporte de alimentos produzidos por

agricultores familiares. A utilização de recursos estaduais e federais para esta ação se mantém com algumas variações entre os municípios em relação ao porte populacional, com destaque para financiamento com recursos estaduais em 8% das capitais, já em relação a utilização de recursos municipais para este tipo de ação, é possível constatar que quanto maior é o porte populacional do município maior é o aporte de recursos municipais.

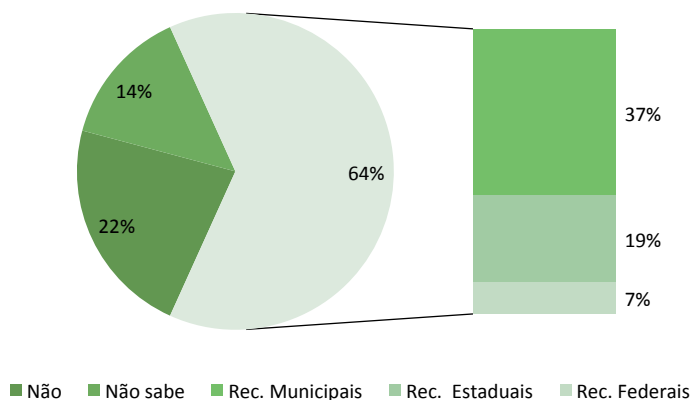
GRÁFICO 71: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES QUE PROMOVEM APOIO LOGÍSTICO PARA TRANSPORTE DE ALIMENTOS PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR PORTE POPULACIONAL



ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) PARA AGRICULTURA FAMILIAR

O Gráfico 72 apresenta os dados dos municípios respondentes do MapaSAN 2014, demonstrando que aqueles que promovem ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores familiares somaram 64%, sendo que 37% o fazem com recursos municipais, 19% com recursos estaduais e 7% com recursos federais. Em 22% não promovem ATER e 14% não souberam responder.

GRÁFICO 72: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES QUE REALIZAM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS – BRASIL.



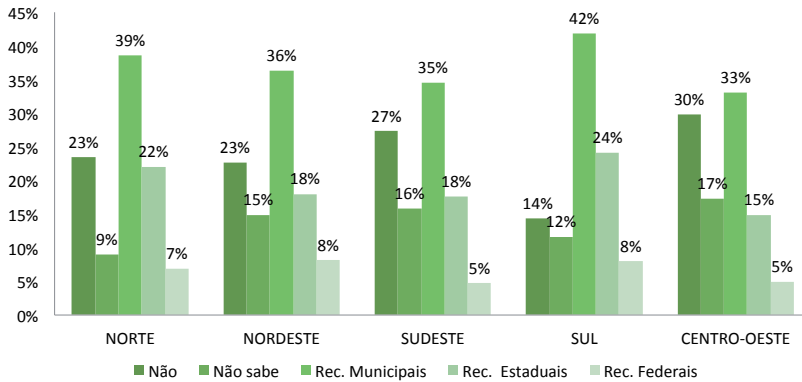
CABE FRISAR QUE DESDE A PROMULGAÇÃO DA LEI 12.188/2010 O GOVERNO FEDERAL, VIA MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, EXECUTA ATER POR MEIO DE CONTRATOS FIRMADOS COM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COM ESSE MODELO DE CONTRATAÇÃO, AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS, DEVIDO A SEU CARÁTER LEGAL NÃO PODEM SER CONTRATADAS.

NESSO PONTO, A ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA ATER COMO FINANCIADORA DOS SERVIÇOS NÃO ENVOLVE DIRETAMENTE AS PREFEITURAS MUNICIPAIS, MESMO QUE ATUEM EM SUAS ÁREAS (OS VALORES SÃO PAGOS DIRETAMENTE AS ENTIDADES PRESTADORAS DO SERVIÇO).

Ao se analisar os dados por região, apresentam-se os seguintes resultados, conforme demonstrado no Gráfico 73: 74% dos municípios respondentes do Sul realizam ATER com recursos municipais (42%), estaduais (24%) ou federais (8%); 68% dos municípios respondentes do Norte; 62% do Nordeste 62%; 58% do Sudeste; e no Centro-Oeste foi encontrado 53% dos municípios respondentes.

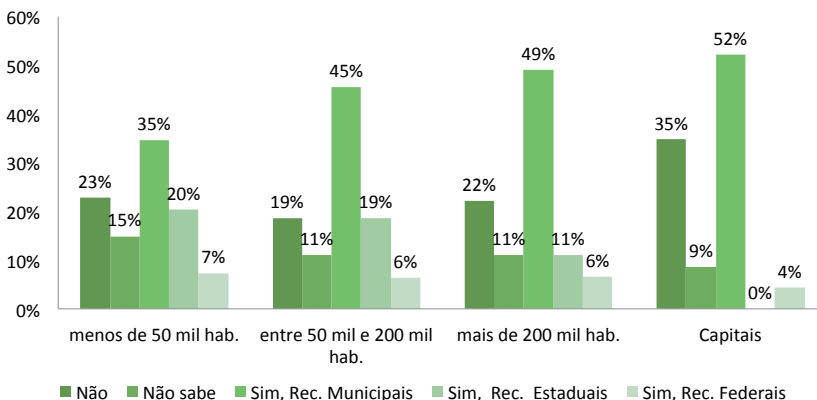
Em todas as regiões brasileiras a média de fontes de financiamento deste tipo de ação se mantém relativamente constante para as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, conforme apresentado no Gráfico 72. As regiões Sul e Norte apresentam um percentual de financiamento próprio para a assistência técnica a agricultores familiares ligeiramente maior que as demais regiões.

GRÁFICO 73: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR REGIÃO.



Quando os dados relativos às fontes de financiamento da assistência técnica rural para agricultores familiares são classificados segundo o porte populacional dos municípios, é possível identificar que na medida em que cresce o porte populacional, decresce a utilização de recursos estaduais e, ao mesmo tempo, aumenta a utilização de recursos municipais para este tipo de ação nos municípios respondentes do MapaSAN 2014. O Gráfico 74 apresenta os dados em função do porte populacional dos municípios respondentes, no qual se observa que o percentual de municípios que realizam ATER utilizando recursos próprios cresce de 35% entre os municípios com menos de 50 mil habitantes até 52% entre as capitais. O inverso ocorre com a utilização de recursos estaduais que descessem de 20% a 0%.

GRÁFICO 74: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR PORTE POPUCIONAL

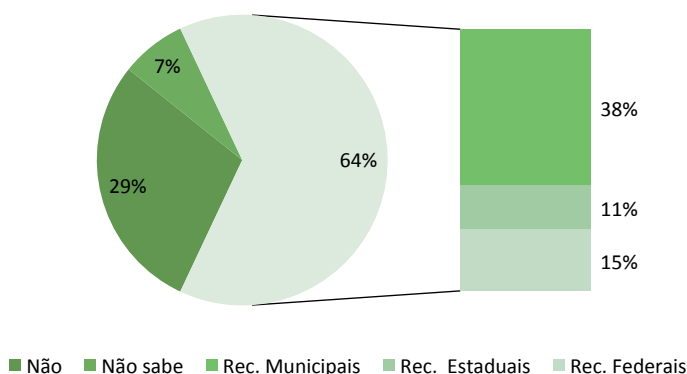


Destaca-se o fato de nas capitais não existir ATER financiada com recursos estaduais e apresentar o maior percentual (52%) de financiamento com recursos do erário municipal. Já os municípios com menos de 50 mil habitantes apresentam o maior percentual de financiamento da ATER com recursos estaduais (20%), bastante similar ao percentual dos municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes (19%) para fontes de recursos estaduais. Já quando aos recursos municipais, a diferença entre os municípios com menos de 50 mil habitantes e aqueles com população entre 50 mil e 200 mil habitantes, é de 10%, para o financiamento da ATER nos municípios respondentes.

DOAÇÕES DE ALIMENTOS, CESTAS DE ALIMENTOS OU SUBSÍDIOS AOS ALIMENTOS (INDUSTRIALIZADOS, EM GRÃO OU IN NATURA).

Entre as ações de SAN promovidas pelos municípios, o MapaSAN 2014 realizou o levantamento de informações sobre as fontes de financiamento de iniciativas de doação de alimentos, fornecimento de cestas básicas ou subsídios aos alimentos, sejam industrializados, em grão ou in natura. No cenário nacional, 64% dos municípios respondentes afirmaram realizar este tipo de ação. Deste percentual 38% utilizam recursos próprios, 11% recorrem a fontes de recursos estaduais e 15% financiam também com recursos federais, como apresentado no Gráfico 75.

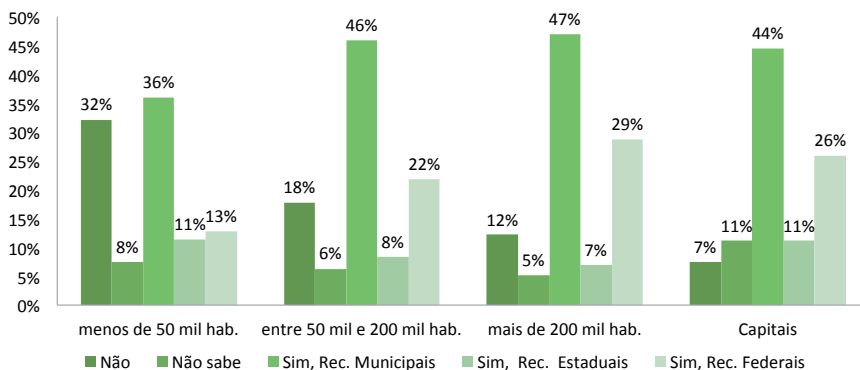
GRÁFICO 75: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE FAZEM DOAÇÕES DE ALIMENTOS, FORNECEM CESTAS DE ALIMENTOS OU SUBSIDIAM ALIMENTOS (INDUSTRIALIZADOS, EM GRÃO OU IN NATURA), SEGUNDO FONTE DE RECURSOS - BRASIL



Nas regiões este percentual não se altera significativamente, a não ser quanto à utilização de recursos estaduais no Nordeste, que representa 14% dos municípios e de fontes de financiamento do governo federal no Centro-Oeste, que são utilizadas por 19% dos municípios desta região.

O Gráfico 76 apresenta os dados sobre as fontes de financiamento utilizadas pelos municípios respondentes para viabilizar este tipo de ação. A tendência crescente dos percentuais de recursos municipais utilizados para financiamento das doações, assistência alimentar ou subsídios aos alimentos, demonstra novamente que na medida em que aumenta o porte populacional dos municípios, também aumenta a utilização de recursos próprios. A mesma tendência ocorre com a utilização de recursos federais, mantendo-se constante o recurso ao erário dos estados.

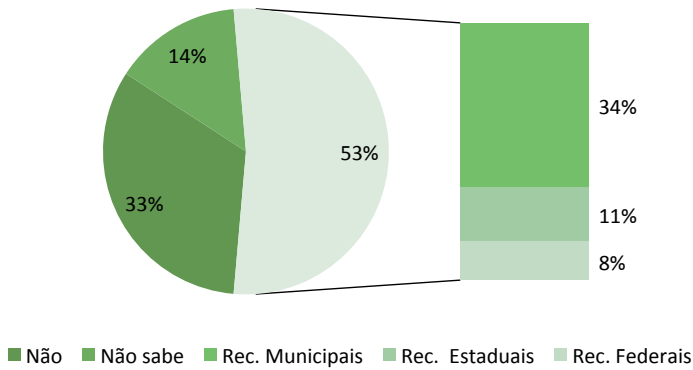
GRÁFICO 76: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE FAZEM DOAÇÕES DE ALIMENTOS, FORNECEM CESTAS DE ALIMENTOS OU SUBSIDIAM ALIMENTOS (INDUSTRIALIZADOS, EM GRÃO OU IN NATURA), SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR PORTE POPUCACIONAL



CAPACITAÇÃO, FOMENTO OU INCENTIVO À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

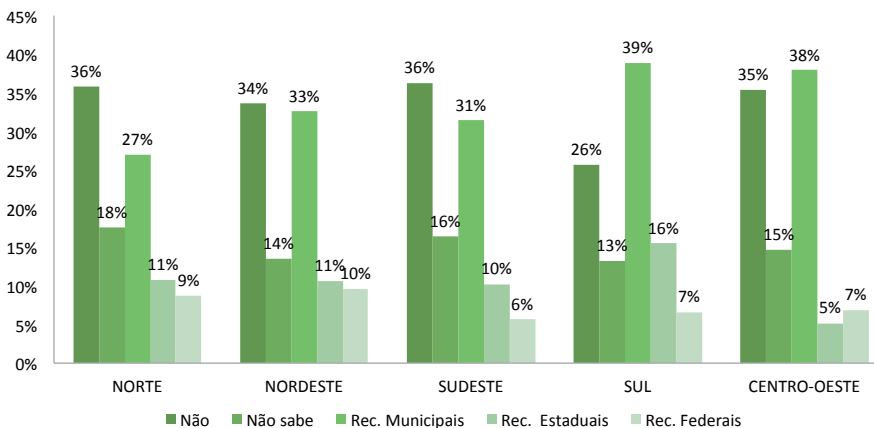
Entre os municípios respondentes do MapaSAN 2014, 53% realizam atividades/ações de capacitação, fomento ou incentivo à produção agroecológica, dividindo-se este percentual, quanto às fontes de financiamento, em 34% de origem municipal, 11% do erário estadual e 8% do governo federal, conforme pode-se constatar no Gráfico 77.

GRÁFICO 77: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE PROMOVEM ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO, FOMENTO OU INCENTIVO À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS - BRASIL



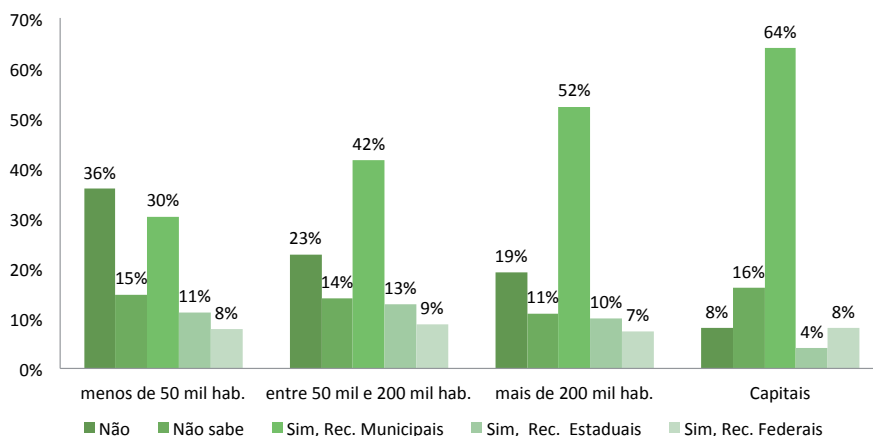
A média nacional de municípios que realizam este tipo de ação de SAN, incluindo a distribuição percentual das fontes de financiamento, não se altera significativamente, como apresentado no Gráfico 78. O maior percentual de municípios respondentes que declararam realizar este tipo de ação está na região Sul (62%), entre os quais 39% dos municípios financiam com recursos próprios, 16% com recursos estaduais e 7% com recursos federais.

GRÁFICO 78: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE PROMOVEM ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO, FOMENTO OU INCENTIVO À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR REGIÃO



Os dados agregados conforme o porte populacional dos municípios apresenta um cenário no qual, na medida em que aumenta a população, aumenta também o percentual de municípios que realizam ações de capacitação, fomento ou incentivo à produção agroecológica. Quanto às fontes de financiamento a linha de tendência que demarca os percentuais de utilização de fontes orçamentárias municipais cresce significativamente na medida em que aumenta o porte populacional do município, sendo maior nas capitais. A utilização de fontes estaduais decresce e de fontes federais se mantém estável. Este cenário é apresentado no Gráfico 79, a seguir.

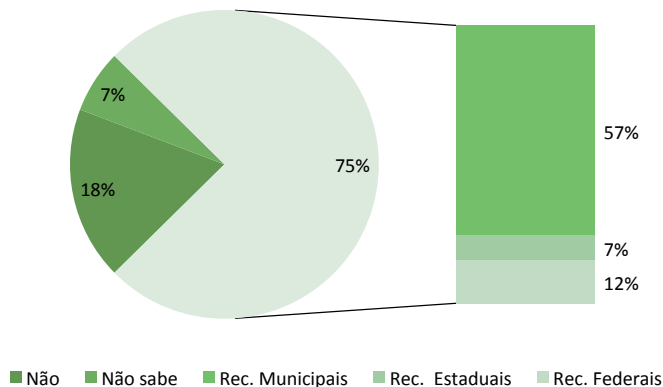
GRÁFICO 79: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE PROMOVEM ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO, FOMENTO OU INCENTIVO À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR PORTE POPULACIONAL



AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

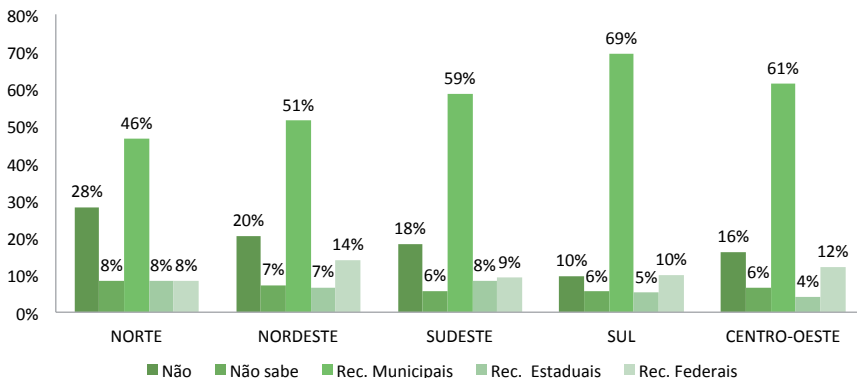
No MapaSAN 2014 foram levantadas informações sobre ações de Educação Alimentar e Nutricional, constatando-se que 76% dos municípios respondentes promovem este tipo de ação. Deste total de municípios 57% utilizam recursos próprios, 7% recorrem ao erário estadual e 12% utilizam recursos de fonte orçamentária federal.

GRÁFICO 80: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE PROMOVEM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS - BRASIL



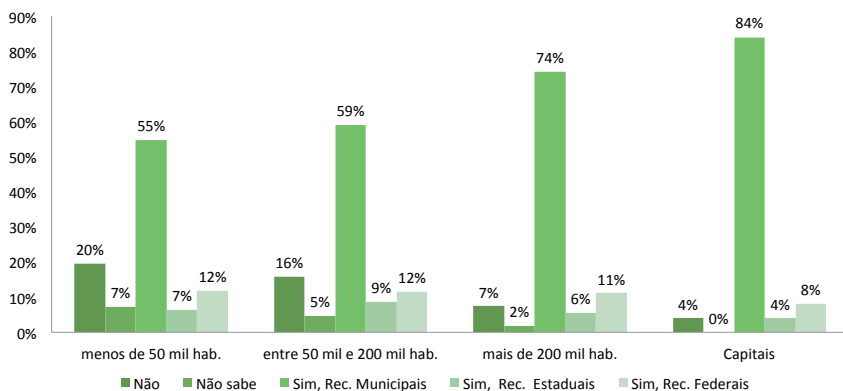
Nas regiões, o Gráfico 81 indica diferenças significativas quanto às fontes de recursos utilizadas e em relação ao percentual de municípios que promovem ações de Educação Alimentar e Nutricional. Na região Sul 85% dos municípios promovem este tipo de ação, sendo este percentual igual a 77% no Centro-Oeste, 76% no Sudeste, 72% no Nordeste e 63 % na região Norte. Dentre os municípios que promovem ações de Educação Alimentar e Nutricional no Sul, 69%, utilizam recursos próprios, sendo que no Norte este percentual é de 46%. Já, no Nordeste, está a maior quantidade de municípios, somando 14% que utilizam recursos federais para financiamento de ações de educação alimentar e nutricional.

GRÁFICO 81: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE PROMOVEM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR REGIÃO



Os dados agregados segundo porte populacional dos municípios revela que a tendência de crescimento de utilização de recursos próprios para financiamento de ações de educação alimentar e nutricional ocorre à medida em que aumenta a população, sendo a maior proporção nas capitais (84%).

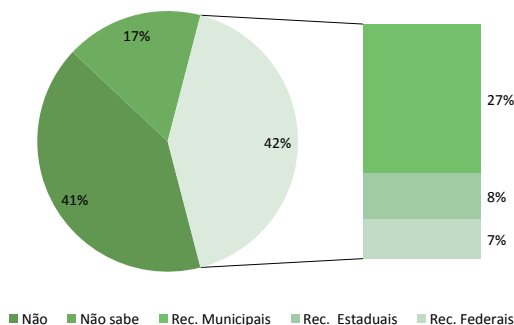
GRÁFICO 82: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE PROMOVE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR PORTE POPULACIONAL



APOIO ÀS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA

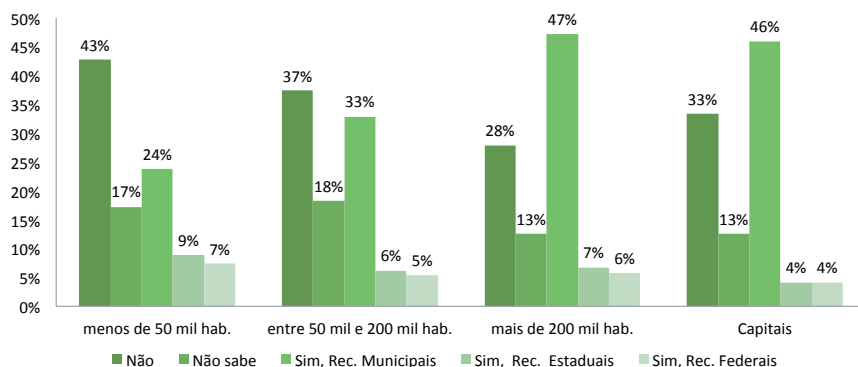
Ações de apoio às práticas de agricultura urbana - que podem incluir o financiamento de água, luz, terra, composto, ferramentas ou sementes - são promovidas em 42% dos municípios respondentes, sendo este percentual subdividido em 27% de municípios que declararam realizá-las com financiamento próprio, 8% com recursos estaduais e 7% com recursos federais.

GRÁFICO 83: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE APOIAM A PRÁTICA DE AGRICULTURA URBANA (ÁGUA, LUZ, TERRA, COMPOSTO, FERRAMENTAS OU SEMENTES), SEGUNDO FONTE DE RECURSOS - BRASIL



Os dados com os percentuais de municípios que promovem ações de apoio às práticas de agricultura urbana nas regiões estão em consonância com os percentuais apresentados no Gráfico 83 para o território nacional, incluindo os percentuais de fontes de financiamento utilizadas, sem maiores variações. Já o Gráfico 84 apresenta os dados agregados segundo o porte populacional dos municípios, indicando que a tendência de aumento nos percentuais de utilização de fontes municipais para o financiamento deste tipo de ação acompanha o aumento da população. Tanto os percentuais de financiamento de fontes estaduais quanto federais apresenta um leve decréscimo na medida em que aumenta o porte populacional dos municípios respondentes.

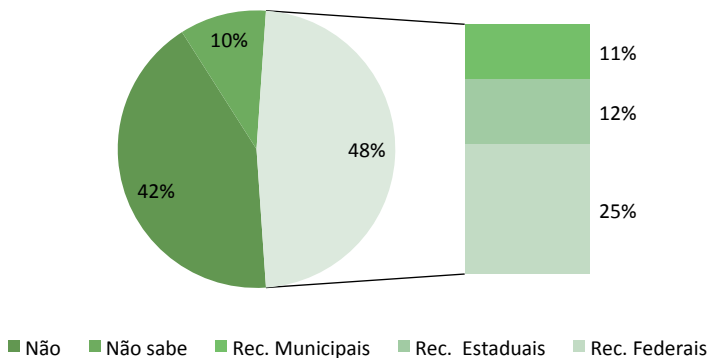
GRÁFICO 84: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE APOIAM A PRÁTICA DE AGRICULTURA URBANA (ÁGUA, LUZ, TERRA, COMPOSTO, FERRAMENTAS OU SEMENTES), SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR PORTE POPUCACIONAL



IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS PARA ACESSO À ÁGUA

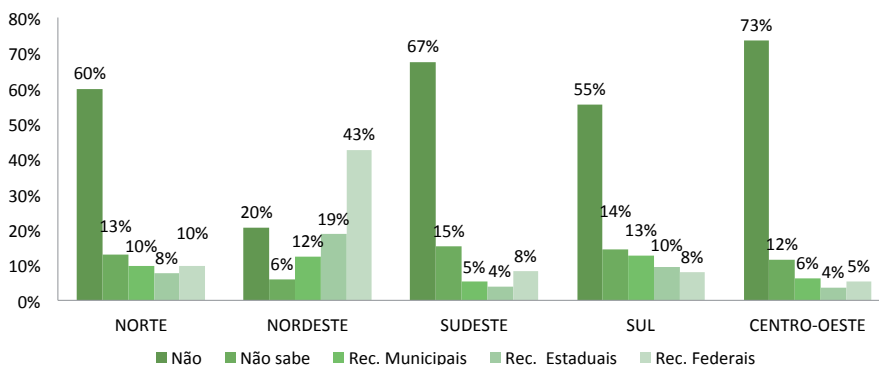
A implantação de cisternas para garantia de acesso à água consistiu em uma das ações de SAN sobre as quais foram levantadas informações no MapaSAN 2014. Conforme apresentado no Gráfico 85, dos 1.628 municípios respondentes, 48% declarou que realiza este tipo de ação, sendo que deste total, 11% utilizam recursos próprios, 12% utilizam recursos estaduais e 25% dos municípios utilizam recursos do governo federal.

GRÁFICO 85: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE IMPLANTAM CISTERNAS PARA A POPULAÇÃO TER ACESSO À ÁGUA, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS - BRASIL



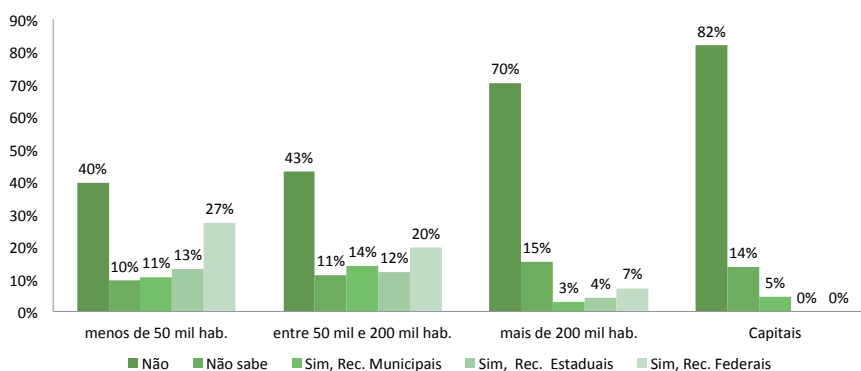
Entre as regiões, o Nordeste é o que mais realiza ações deste tipo, totalizando 74% dos municípios respondentes. Na região Sul 30% dos municípios implantam cisternas para acesso à água, sendo este percentual igual a 27% no Norte, 17% no Sudeste e 15% no Centro-Oeste. No Nordeste, 43% dos municípios utilizam recursos federais para financiamento destas ações, 19% recorrem a recursos oriundos dos estados e 12% a recursos municipais.

GRÁFICO 86: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE IMPLANTAM CISTERNAS PARA A POPULAÇÃO TER ACESSO À ÁGUA, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR REGIÃO



Com relação às ações de implantação de cisternas, ao se analisar os dados agregados segundo o porte populacional dos municípios é possível constatar que na medida em que aumenta a população do município diminui o percentual de municípios que promove este tipo de ação. Entre os municípios com população menor que 50 mil habitantes metade deles declarou implantar cisternas para garantia de abastecimento de água. Já nos municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes este percentual é de 46%. Nos municípios com mais de 200 mil habitantes apenas 14% realizam ações de implantação de cisternas e nas capitais somente 5%. O Gráfico 87, a seguir, apresenta os dados referentes aos municípios que afirmaram implantar cisternas, agregados segundo o porte populacional.

GRÁFICO 87: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE IMPLANTA CISTERNAS PARA POPULAÇÃO TER ACESSO À ÁGUA, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR PORTE POPULACIONAL



3.2 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAN - EPSAN

Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do DHAA e da SAN, destinados à oferta, à distribuição e à comercialização de refeições ou de alimentos. Dividem-se os EPSAN em equipamentos de acesso à alimentação saudável e adequada e nos de apoio ao abastecimento, à distribuição e à comercialização de alimentos.

Os EPSAN de acesso à alimentação saudável e adequada se caracterizam por espaços públicos que produzem e ofertam refeições, constituindo-se como um

serviço de alimentação. Dentre estes, são exemplos as estruturas que produzem e disponibilizam refeições aos cidadãos, no âmbito das redes públicas de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança pública, com destaque para as cozinhas comunitárias, os Restaurantes Populares, restaurantes universitários, além dos serviços de produção de refeições das escolas, creches, hospitais e penitenciárias.

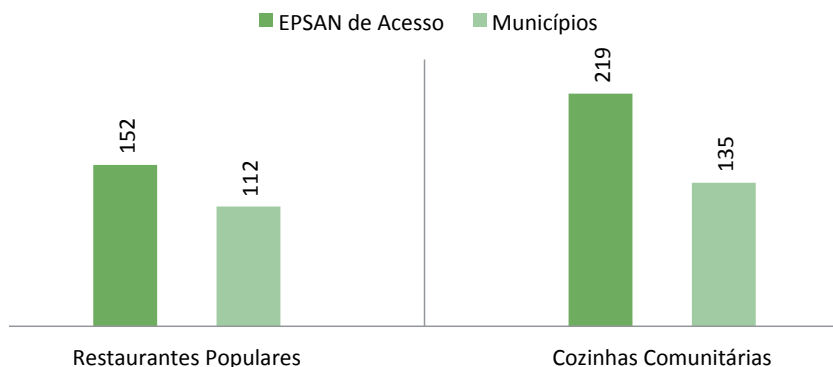
Os EPSAN de apoio ao abastecimento, à distribuição e à comercialização de alimentos se caracterizam por serem espaços e serviços públicos de integração entre a produção e o consumo, constituindo-se como potenciais ações para a estruturação de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo. Dentre eles estão as Centrais de Recebimento e de Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar (Centrais) ou Unidades de Beneficiamento da Agricultura Familiar; os Banco de Alimentos; as Centrais de Abastecimento (Ceasa); as Feiras; e os Mercados Públicos.

O MapaSAN 2014 teve como objetivo identificar somente as estruturas presentes nos municípios que não existem nas bases de dados nacionais, quais sejam: Bancos de Alimentos, Centrais, feiras, mercados e sacolões, cozinhas comunitárias e Restaurantes Populares, conforme os resultados apresentados a seguir.

A. QUANTO AOS EPSAN DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA

No universo dos (1.628) municípios respondentes do MapaSAN, 112 municípios dispõem de 152 Restaurantes Populares; e 135 municípios declararam 219 Cozinhas Comunitárias. Estes dados são representados no Gráfico 88.

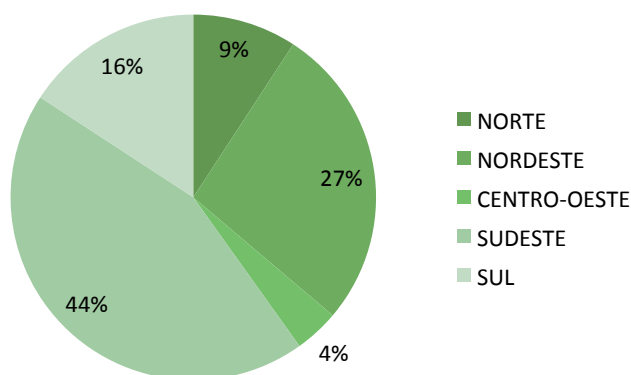
GRÁFICO 88: QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM EPSAN DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO E QUANTIDADE DE EPSAN



Os Restaurantes Populares são estruturas físicas de produção e oferta de refeição com capacidade de atender a mais de 1.000 pessoas com oferta de refeições diárias, em municípios com mais de 100 mil habitantes.

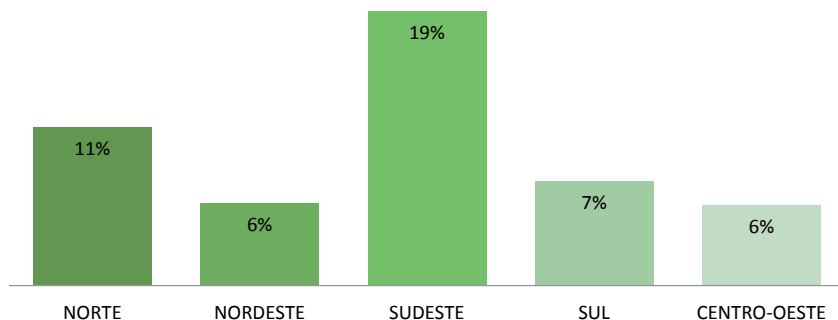
Dos 1.628 municípios, 7,6% (N = 124) responderam que tem um ou mais Restaurantes Populares. No entanto, de acordo com os critérios de validação (coerência das informações prestadas), foram considerados como registros válidos 152 Restaurantes Populares em 112 municípios (desconsiderando informações sobre restaurantes populares em 12 municípios), os quais estão distribuídos nas cinco regiões, conforme o Gráfico 89.

GRÁFICO 89 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM UM OU MAIS RESTAURANTES POPULARES, POR REGIÃO



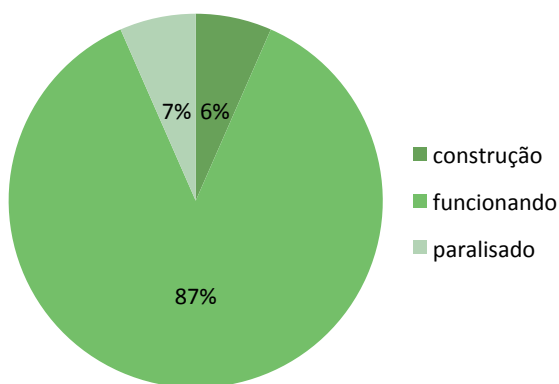
Ao se considerar o número de municípios que declararam ter um ou mais Restaurantes Populares em relação aos municípios que responderam em cada região, destaca-se o Sudeste e o Norte, respectivamente com 19% e 11%, conforme o Gráfico 90:

GRÁFICO 90 - PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM UM OU MAIS RESTAURANTES POPULARES, POR MUNICÍPIOS DA MESMA REGIÃO



Dos 152 Restaurantes Populares informados, 86,8% (n = 132) estão em funcionamento, 6,6% (n = 10) estão paralisados e 6,6% (n = 10) em construção.

GRÁFICO 91 - SITUAÇÃO DOS RESTAURANTES POPULARES

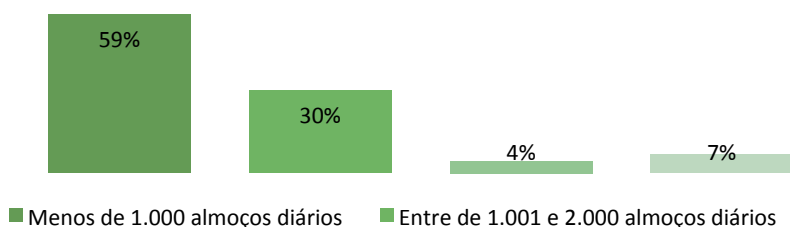


A maioria dos restaurantes (54%, n = 82) está situada em municípios acima de 200 mil habitantes, enquanto que 19,7% dos restaurantes estão situados em capitais ou municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes.

Os restaurantes dos municípios respondentes do MapaSAN 2014, dependendo do porte, atendem de 100 a 15 mil usuários no horário do almoço, totalizando mais de 170 mil refeições ofertadas diariamente, garantindo o acesso a alimentação adequada e saudável nestes municípios estudados o que corresponde a

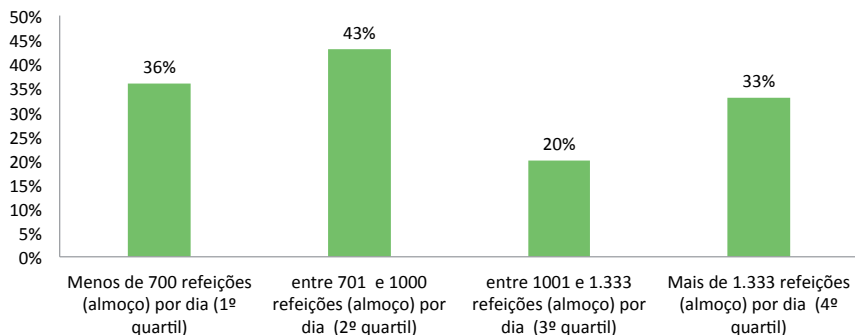
mais de 5,1 milhões de refeições, por mês. Em média, os 132 Restaurantes Populares disponibilizam aproximadamente 1,3 mil refeições diariamente na hora do almoço. O Gráfico 92 apresenta a distribuição de Restaurantes Populares segundo a quantidade de refeições ofertadas, diariamente, na hora do almoço. Ao levar-se em conta a distribuição dos equipamentos em função da quantidade de refeições (em milhares) oferecidas diariamente na hora do almoço, constatou-se que 59% dos restaurantes oferecem menos de mil refeições, 30% oferecem entre 1.001 e 2.000 refeições todos os dias, 4% disponibilizam entre 2.001 e 3.000 refeições, e 7% disponibilizam mais de 3.000.

GRÁFICO 92 - DISTRIBUIÇÃO DE RESTAURANTES POPULARES SEGUNDO QUANTIDADE DE ALMOÇOS DIÁRIOS OFERTADOS



Todas as 132 unidades de Restaurantes Populares, em funcionamento, informaram a quantidade de refeições oferecidas diariamente na hora do almoço. Agregando os dados por quartil (vide Gráfico 93), obtém-se que 36 destes equipamentos (27,3%) oferecem menos de 700 refeições diárias, na hora do almoço. No segundo quartil de dados, estão os 43 (32,5%) restaurantes que oferecem entre 701 e 1.000 refeições/dia. 20 Restaurantes Populares (15,2%), segundo os municípios respondentes, disponibilizam entre 1.001 e 1.333 refeições diariamente. Já, no último quartil, estão 33 dos restaurantes (25%), que oferecem mais de 1.333 refeições na hora do almoço.

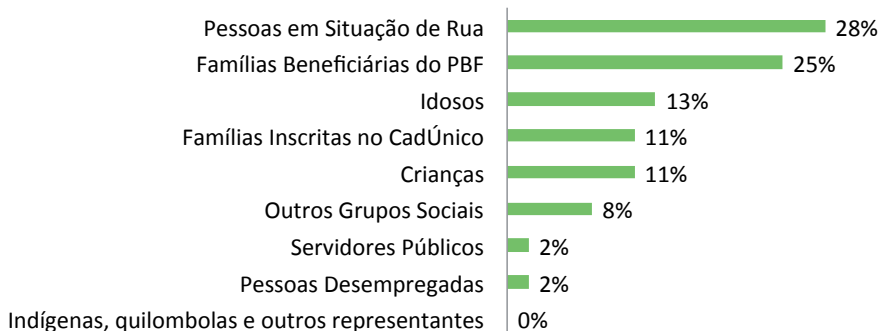
GRÁFICO 93. DISTRIBUIÇÃO DOS RESTAURANTES POPULARES SEGUNDO QUANTIDADE DE REFEIÇÕES OFERECIDAS, DIARIAMENTE, NA HORA DO ALMOÇO (POR QUARTIL)



O preço médio cobrado por refeição é de R\$ 1,51 entre os municípios respondentes do Mapa SAN, variando entre R\$ 0,50 a R\$ 5,00, com o custo médio da refeição de R\$ 5,20 (variando entre R\$ 1,00 e R\$ 20,00). Considerando os dados de 88 municípios que forneceram a informação sobre o orçamento de 2014 no que se refere ao custeio do Restaurante Popular, em média, tais municípios despendem mensalmente o equivalente a R\$ 206.731,23 para o custeio destes equipamentos públicos.

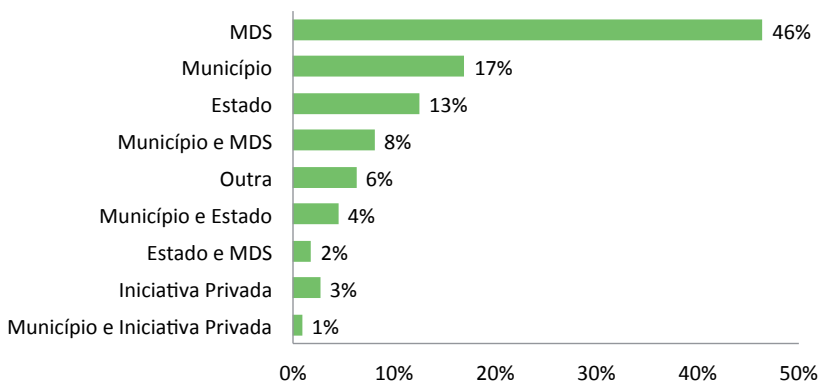
Dos 132 Restaurantes Populares identificados no MapaSAN 2014, apenas 18% garante preços diferenciados para grupos sociais específicos, 77% não garantem e 5% não soube responder a esta questão. Dentre os equipamentos que garantem um preço diferenciado para determinados grupos sociais, destacam-se pessoas em situação de rua, e beneficiários do Programa Bolsa Família, indicando a articulação intersetorial dos programas de SAN. O Gráfico 94 apresenta o percentual de Restaurantes Populares que garantem preços diferenciados segundo o grupo populacional.

GRÁFICO 94. PERCENTUAL DE RESTAURANTES POPULARES QUE GARANTEM PREÇOS DIFERENCIADOS, POR GRUPO SOCIAL.



O Gráfico 95 apresenta a participação de diferentes fontes de financiamento para construção dos Restaurantes Populares, indicando que o MDS (46%), enquanto governo federal, é o ente federativo que mais investe neste tipo de equipamento, seguido dos recursos provenientes do município (17%) e do estado (13%). A associação de recursos do MDS com fontes municipais, representa 8% e estaduais 2%. Já a iniciativa privada representa 3% dos investimentos neste tipo de equipamento e a associação entre recursos municipais de da iniciativa privada ocorrem em 1% dos casos.

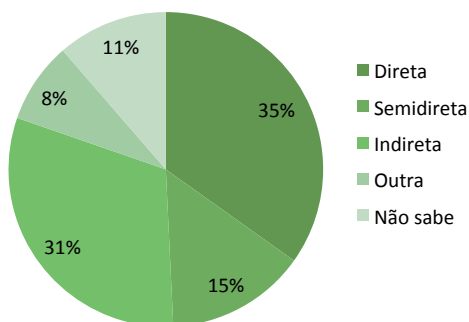
GRÁFICO 95. FONTE DE FINANCIAMENTO DOS RESTAURANTES POPULARES (EM PERCENTUAL)



DE 2003 A 2011, O MDS LANÇOU EDITAIS PÚBLICOS DE APOIO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTES POPULARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS. FORAM ALOCADOS APROXIMADAMENTE R\$ 175 MILHÕES NA INSTALAÇÃO DE 139 UNIDADES, COM UM CUSTO MÉDIO DE R\$ 1,5 MILHÃO, DAS QUAIS 98 ESTÃO EM FUNCIONAMENTO COM A PRODUÇÃO DE APROXIMADAMENTE 132 MIL REFEIÇÕES POR DIA.

O regime de gestão dos Restaurantes Populares, conforme apresentado no Gráfico 96, entre os que estão em funcionamento, em 35% dos casos é direta. Ainda, 31% dos equipamentos tem gestão indireta, 15%, semidireta, 8% tem outro tipo de regime de gestão e 11% dos respondentes não conheciam esta informação.

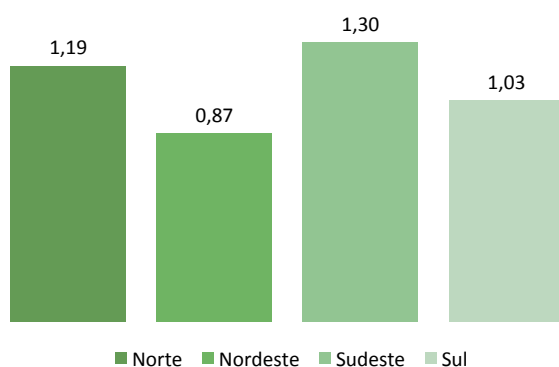
GRÁFICO 96. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESTAURANTES POPULARES SEGUNDO O REGIME DE GESTÃO



No ano de 2014, o custeio e a manutenção de 88 (67%) Restaurantes Populares foi garantido no orçamento municipal. Já 17% dos equipamentos não dispõem de recursos para as despesas correntes fixados no orçamento do município. Em 16% dos casos, os respondentes não conheciam esta informação. Em média, R\$ 2,48 milhões, são destinados no orçamento municipal, para os 132 Restaurantes Populares identificados em 88 municípios. O valor orçamentário previsto para 2014, de acordo com as informações declaradas pelos municípios respondentes, apresenta uma grande variação entre R\$ 2,8 mil e R\$ 118,8 milhões por equipamento.

Ao se considerar os valores orçamentários municipais médios, por região, o Centro-Oeste, disponibiliza R\$ 40,36 milhões anuais para dois equipamentos, apresentando um valor significativamente superior para custeio dos Restaurantes Populares em relação às demais regiões. O Gráfico 97 apresenta os valores médios dos recursos orçamentários municipais disponibilizados por equipamento em cada região, com exceção do Centro-Oeste, cujo dado já foi apresentado.

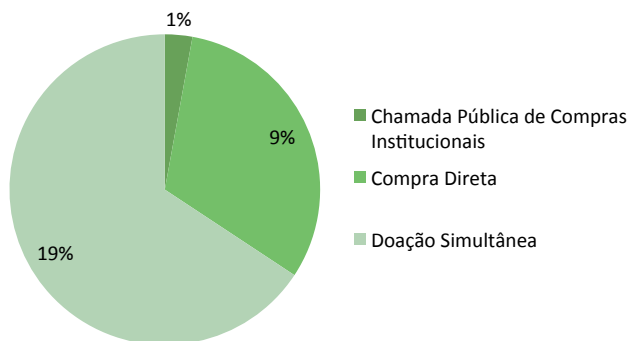
GRÁFICO 97. VALOR MÉDIO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS MUNICIPAIS DISPONIBILIZADOS PARA CUSTEIO E MANUTENÇÃO DE RESTAURANTES POPULARES, POR REGIÃO (EM MILHÕES DE REAIS).



Os Restaurantes Populares podem receber alimentos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ao responder esta questão no MapaSAN 2014, 28% dos municípios afirmaram que estes equipamentos recebem tais alimentos, em algumas das três modalidades que o PAA disponibiliza. Já 57% dos municípios não disponibilizam alimentos adquiridos via PAA para o preparo das refeições nos Restaurantes Populares dos seus municípios e 15% não souberam responder.

O Gráfico 98 apresenta os dados distribuídos dentre aqueles municípios que destinam alimentos adquiridos via PAA para o Restaurante Popular, segundo a modalidade: 19% o fazem pela modalidade "Doação simultânea", 9% via "Compra direta" e 1% por "Chamada pública de Compras Institucionais".

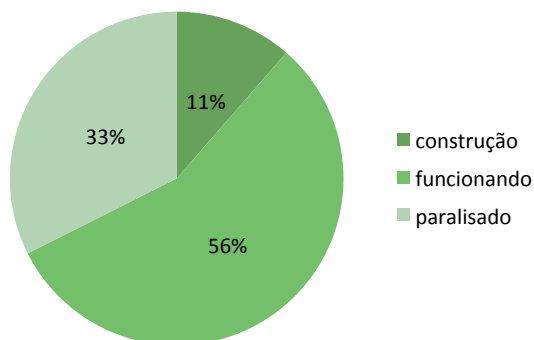
GRÁFICO 98. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE ADQUIREM ALIMENTOS DO PAA PARA O PREPARO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES POPULARES, SEGUNDO MODALIDADE DO PAA



As Cozinhas Comunitárias são estruturas físicas de produção e oferta de refeição com capacidade de atender no mínimo 100 (cem) pessoas por dia e, normalmente, estão distribuídas em bairros com população considerada de maior vulnerabilidade nas cidades.

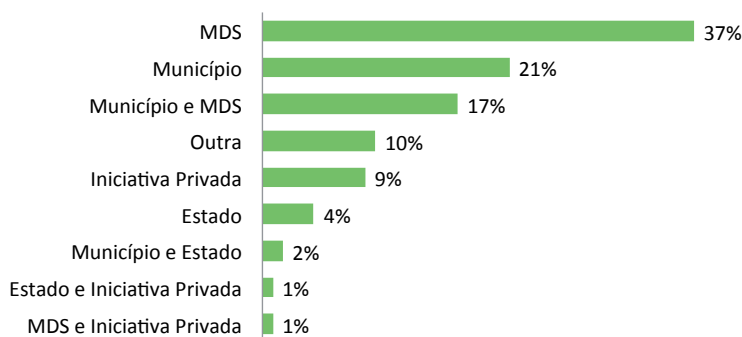
Dos 1.628 municípios, 8,6% (n = 140) declararam possuir uma ou mais Cozinhas Comunitárias. No entanto, de acordo com os critérios de validação, foram consideradas como registros válidos 219 cozinhas comunitárias distribuídas em 135 municípios. Dessas cozinhas, 56% (n = 123) estão em funcionamento, 33% (n = 71) estão paralisadas e 11% (n = 25) em construção.

GRÁFICO 99 - SITUAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS (EM PERCENTUAL)



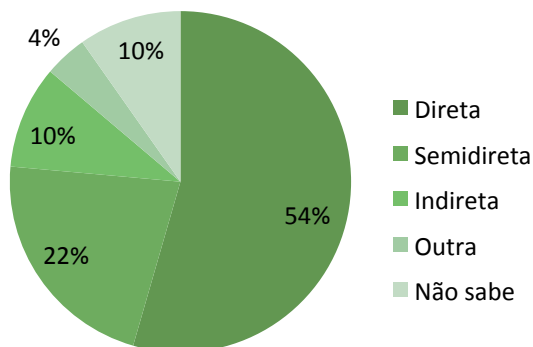
A maior parte dessas cozinhas (36,1%, n = 79 cozinhas) está situada em municípios acima de 200 mil habitantes, enquanto que 27,4% (n = 60) estão situadas nos municípios de 50 a 200 mil habitantes. O MDS contribuiu com o financiamento de 39% (n = 42) das cozinhas informadas e as restantes foram financiadas por diferentes fontes, conforme mostrado no Gráfico 100.

GRÁFICO 100 - FONTE DE FINANCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA



No universo de 123 cozinhas comunitárias em funcionamento o regime de gestão direta ocorre em 54% dos equipamentos. Em 22% das cozinhas, o regime é de gestão semidireta, 10% indireta e 4% outro tipo de gestão. Em 10% dos equipamentos identificados os municípios respondentes não conheciam tal informação (Gráfico 101).

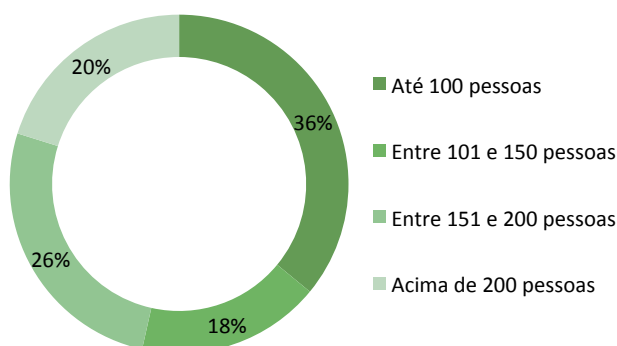
GRÁFICO 101. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE COZINHAS COMUNITÁRIAS, EM FUNCIONAMENTO, SEGUNDO O REGIME DE GESTÃO.



Para 62 das 123 cozinhas comunitárias mapeadas⁶, que estão em funcionamento e declararam informação sobre orçamento previsto para 2014 totalizaram cerca de R\$ 10 milhões. Em média, cada equipamento dispõe de R\$ 162 mil para financiar o custeio e a manutenção dos equipamentos, mas este valor difere bastante entre um equipamento e outro variando entre R\$ 1 mil a R\$ 1,9 milhões no ano de 2014.

Diariamente, no horário do almoço, 36% das cozinhas comunitárias possibilitam o acesso a, no máximo, 100 pessoas. 18% delas atendem entre 101 e 150 pessoas neste período do dia. Já 26% garantem o acesso para um total diário de pessoas que varia entre 151 e 200 pessoas, e 20%, acima de 200 pessoas. As cozinhas comunitárias em funcionamento, identificadas no MapaSAN 2014, juntas, atendem a 20.697 pessoas diariamente no horário do almoço. Gráfico 102

GRÁFICO 102. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE COZINHAS COMUNITÁRIAS SEGUNDO A QUANTIDADE DE PESSOAS QUE ACESSAM DIARIAMENTE AS REFEIÇÕES OFERTADAS NO HORÁRIO DO ALMOÇO.



Uma parcela significativa dos municípios declarou que suas cozinhas comunitárias não cobram nenhum valor pelas refeições, representando 66% do total⁷ dos equipamentos em funcionamento. Conforme identificado na pesquisa, das

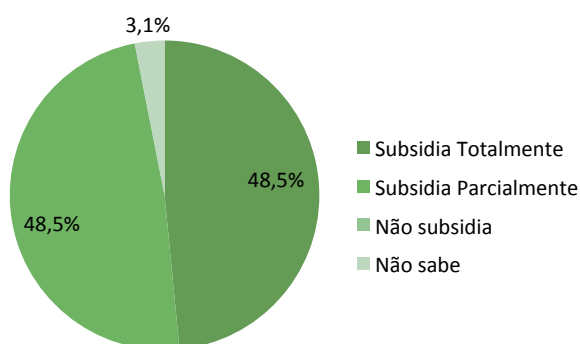
6 CINCO VALORES DO CONJUNTO DE DADOS DESTA VARIÁVEL FORAM DESCONSIDERADOS EM FUNÇÃO DO DESVIO PADRÃO E APRESENTAREM VALORES QUE EXTRAPOLAM A CURVA NORMAL (VALORES NULOS OU ABAIXO DE R\$ 1.000,00).

7 RESSALTE-SE QUE NÃO HÁ UM CAMPO ESPECÍFICO NO FORMULÁRIO PARA QUE O MUNICÍPIO RESPONDENTE DECLARE QUE AS REFEIÇÕES OFERTADAS PELO EQUIPAMENTO NÃO SÃO COBRADAS. O QUE LEVA A ESTA AFIRMAÇÃO É O FATO DE QUE EM 81 (66%) DOS EQUIPAMENTOS EM FUNCIONAMENTO, O MUNICÍPIO INFORMOU QUE O VALOR COBRADO PELA REFEIÇÃO É IGUAL A ZERO.

cozinhas que cobram algum valor pela refeição ofertada, a média é de R\$ 2,73, com valores que variam⁸ entre R\$ 0,50 e R\$ 7,00. O custo médio das refeições, em 97 cozinhas comunitárias⁹ em funcionamento, é de R\$ 4,44, variando entre R\$ 1,5 e R\$ 12,3.

Os municípios subsidiam, totalmente, o custo das refeições produzidas em 49% das cozinhas comunitárias e, parcialmente, em 48%, conforme apresentado no Gráfico 103.

GRÁFICO 103: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL COZINHAS COMUNITÁRIAS QUE RECEBEM SUBSÍDIO PARA CUSTEIO DAS REFEIÇÕES.

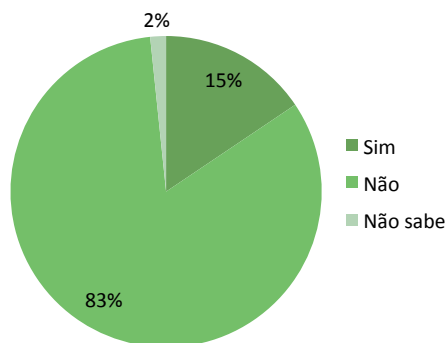


Das cozinhas comunitárias, em funcionamento, 15% pratica preços diferenciados das refeições para grupos sociais específicos, 83% não estabelece esta diferenciação e 2% não souberam responder Gráfico 104.

8 FORAM EXCLUÍDOS TRÊS VALORES APRESENTADOS NO CONJUNTO DE DADOS DA VARIÁVEL (ZERO, R\$ 12,00, COM DESVIO-PADRÃO DE 2,3, E R\$ 15,00, COM DESVIO-PADRÃO DE 2,4, O DOBRO DA MÉDIA DE DESVIO-PADRÃO IGUAL A 1,2, CALCULADO PARA OS DADOS VÁLIDOS DESTA VARIÁVEL), POR APRESENTAREM UM DESVIO PADRÃO MUITO ALTO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS VALORES, O QUE PODE TER SIDO RESULTADOS DE ERRO NO PREENCHIMENTO. TAIS VALORES NÃO FORAM VALIDADOS, ATRAVÉS DE CONFIRMAÇÃO DO PRÓPRIO MUNICÍPIO RESPONDENTE EM MOMENTO POSTERIOR À REALIZAÇÃO DA PESQUISA. ANUALMENTE OS MUNICÍPIOS TERÃO QUE CONFIRMAR ESTAS INFORMAÇÕES, TENDO A OPORTUNIDADE DE RETIFICÁ-LAS OU RATIFICA-LAS.

9 PARA O CÁLCULO DO CUSTO MÉDIO DAS REFEIÇÕES DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS, FORAM DESCONSIDERADOS VALORES NULOS (14 REGISTROS) E VALORES COM DESVIO PADRÃO MUITO ALTO (11 REGISTROS), TENDO SIDO CONSIDERADOS 97 VALORES COMO VÁLIDOS.

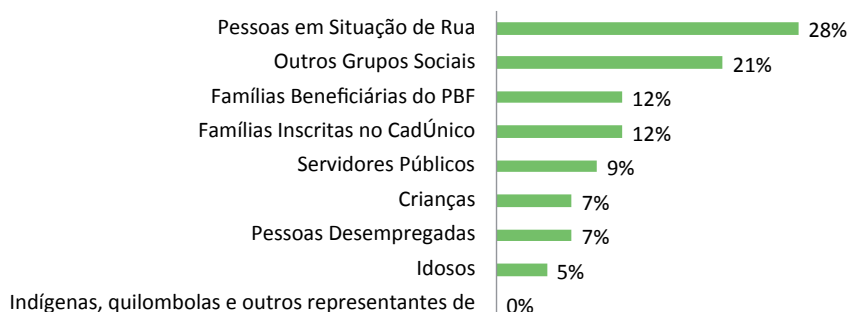
GRÁFICO 104. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE COZINHAS COMUNITÁRIAS QUE ESTABELECEM PREÇOS DIFERENCIADOS PARA GRUPOS SOCIAIS ESPECÍFICOS.



DE 2003 A 2011, O MDS LANÇOU EDITAIS PÚBLICOS DE APOIO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE COZINHAS COMUNITÁRIAS. FORAM ALOCADOS APROXIMADAMENTE R\$ 93 MILHÕES NA INSTALAÇÃO DE 337 UNIDADES NO TERRITÓRIO NACIONAL, NAS QUAIS 158 ESTÃO EM FUNCIONAMENTO COM A PRODUÇÃO DE APROXIMADAMENTE 24 MIL REFEIÇÕES POR DIA.

Nos 19 equipamentos que declararam praticar preços diferenciados para um ou mais grupos populacionais específicos, o Gráfico 105 apresenta os dados, em que se verifica que 28% garante este benefício de redução do preço nas refeições para pessoas em situação de rua, 25% para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 13% para idosos, 11% para famílias inscritas no Cadastro único da Assistência Social. 11% das cozinhas estabelecem preços mais baixos para crianças, 8% para outros grupos sociais e 2% para servidores públicos.

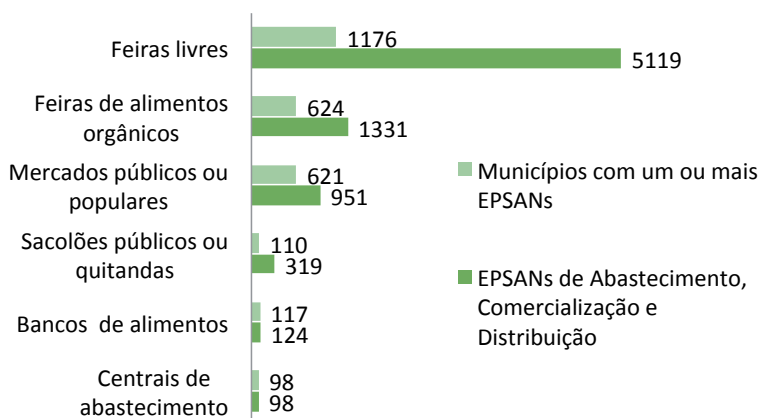
GRÁFICO 105. PERCENTUAL DE COZINHAS COMUNITÁRIAS QUE PRATICAM PREÇOS DIFERENCIADOS, POR GRUPO SOCIAL



B. QUANTO AOS EPSANS DE ABASTECIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS

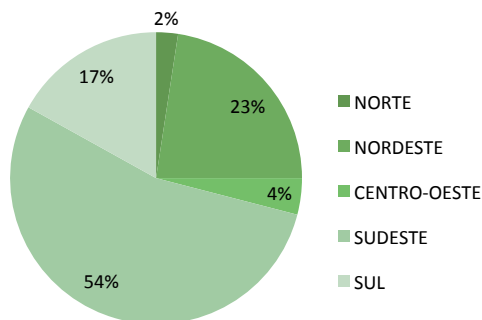
O total de EPSANS de abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos informados pelos 1.628 municípios respondentes do MapaSAN 2014 estão representados no Gráfico 106. O Gráfico expressa a quantidade de EPSANS e o número de municípios que afirmaram possuir um ou mais equipamentos.

GRÁFICO 106: QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM EPSANS ABASTECIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E QUANTIDADE DE EPSANS



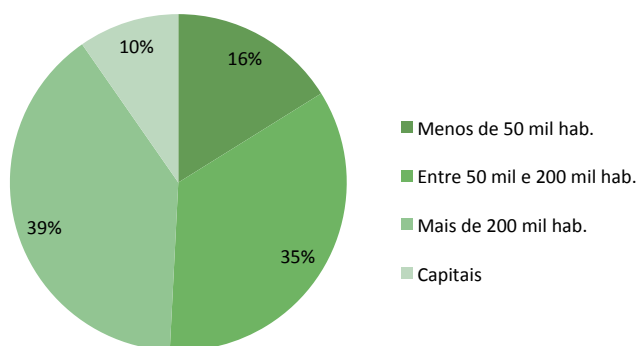
Os Bancos de Alimentos são estruturas físicas que ofertam o serviço de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos e que são direcionados a entidades ou Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. Foram informados 124 Bancos de Alimentos distribuídos em 117 municípios, que distribuídos por região, estão representados no Gráfico 107:

GRÁFICO 107: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE BANCO DE ALIMENTOS POR REGIÃO



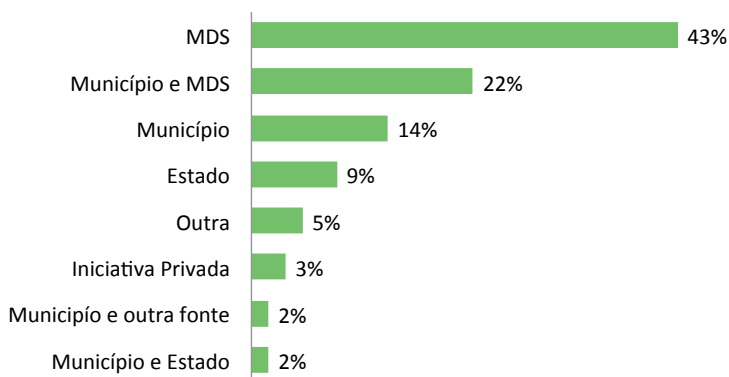
Dos 124 Bancos de Alimentos, 84% (n = 104) estão em funcionamento, 7% (n = 9) estão paralisados e 9% (n = 11) em construção. A maioria dos bancos está situada em municípios acima de 50 mil habitantes (74%, n = 92), dos quais 39% (n = 49) estão em municípios com mais de 200 mil habitantes e 35% (n = 43) em municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes, 16% em municípios com menos de 50 mil habitantes e 10% nas capitais Gráfico 108.

GRÁFICO 108: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE BANCOS DE ALIMENTOS POR PORTE DOS MUNICÍPIOS



Com relação ao financiamento dos Bancos de Alimentos, 44% dos municípios não souberam responder a origem. Excluindo-se este percentual, as fontes de financiamento dos Bancos de Alimentos, informadas pelos municípios respondentes, apresenta-se, conforme o Gráfico 109.

GRÁFICO 109: FONTE DE FINANCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS (EM P.P.)

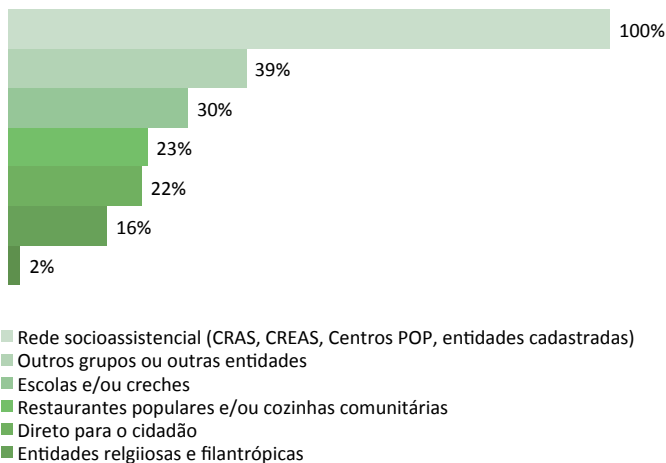


DE 2003 A 2012, O MDS LANÇOU EDITAIS PÚBLICOS DE APOIO A ESTADOS E MUNICÍPIOS NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, CARROS, UTENSÍLIOS E/OU CONSTRUÇÃO DE BANCOS DE ALIMENTOS. FORAM ALOCADOS APROXIMADAMENTE R\$ 55 MILHÕES NA INSTALAÇÃO DE 112 UNIDADES, COM UM CUSTO MÉDIO QUE VARIOU DE R\$ 100.000,00 A 430.000,00 POR UNIDADE. ATUALMENTE 78 UNIDADES ESTÃO EM FUNCIONAMENTO EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS E 34 UNIDADES ESTÃO EM FASE DE CONSTRUÇÃO. OS BANCOS DE ALIMENTOS ESTÃO PRESENTES EM 24 ESTADOS, 16 CAPITAIS, COM UMA COBERTURA DE 60% DOS MUNICÍPIOS ACIMA DE 300 MIL HABITANTES. ÀS CAPITAIS, REGIÕES METROPOLITANAS E MUNICÍPIOS DE MAIOR PORTE SÃO LOCALIDADES ESTRATÉGICAS PARA O PROGRAMA, UMA VEZ QUE CONCENTRAM GRANDES REDES VAREJISTAS, ALÉM DE INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS E CEASA, ESPAÇOS ONDE AS PERDAS DE ALIMENTOS SÃO ALARMANTES.

As entidades beneficiadas pelos repasses de alimentos foram identificadas no MapaSAN 2014, registrando-se que 100% dos Bancos de Alimentos repassam alimentos às entidades da rede socioassistencial dos municípios, 39% a outros grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. Já 30% dos Bancos de Alimentos repassam às escolas ou creches, 23% aos Restaurantes Populares ou cozinhas comunitárias, 22% direto à população, 16% para entidades religiosas e filantrópicas e 2% dos respondentes não souberam responder a esta questão. Veja os resultados no Gráfico 110.

Dos 124 Bancos de Alimentos, 76% (n = 95) informou que, em média, são distribuídas mensalmente mais de 402 toneladas de alimentos, totalizando mais de 38 mil toneladas por mês, que beneficiam, em torno de 4.928 entidades (distribuídas conforme Gráfico 110) e 11,7 milhões de pessoas.

GRÁFICO 110 – ENTIDADES BENEFICIADAS PELO REPASSE DE ALIMENTOS DOS BANCOS DE ALIMENTOS (EM P.P.)



As Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar caracterizam-se como espaços físicos estruturados e equipados com a finalidade de auxiliar a distribuição dos gêneros alimentícios, no município e/ou na região, preferencialmente aqueles oriundos da agricultura familiar e/ou adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

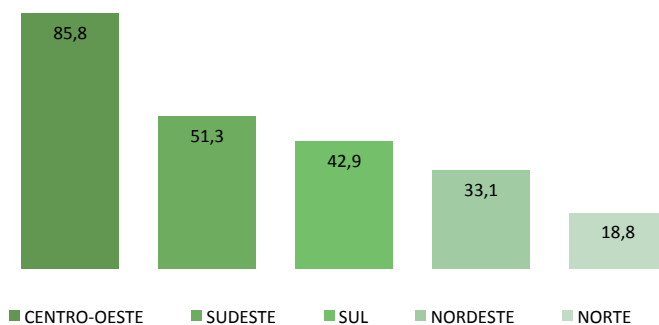
Foi identificado que em 20% (n = 331) dos municípios existem 291 Centrais. Contudo, alguns registros apresentaram inconsistências, relacionadas principalmente à compreensão dos respondentes sobre o que sejam estas Centrais. Desta forma, somente foram validados 118 registros, os quais serão objeto de detalhamento posteriormente.

EM 2011 E 2012, O MDS PUBLICOU EDITAIS PÚBLICOS COM O OBJETIVO DE FINANCIAR A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS, CHAMADOS DE UNIDADES DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR (OU CENTRAIS DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR), COM A FINALIDADE DE AUXILIAR OS MUNICÍPIOS NO ABASTECIMENTO LOCAL DE ALIMENTOS PRODUZIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR, OFERECENDO SUPORTE OPERACIONAL E LOGÍSTICO PARA O PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E PARA A COMERCIALIZAÇÃO EM FEIRAS POPULARES E NO MERCADO VAREJISTA LOCAL. AO TODO, FORAM APOIADAS 87 UNIDADES, QUE ESTÃO EM CONSTRUÇÃO, EM 68 MUNICÍPIOS PERTENCENTES AOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, EM REGIÕES DE BAIXO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH). EM 2013 E 2014, A AÇÃO FOI DIRECIONADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, COM APOIOU A 1452 MUNICÍPIOS EM 22 ESTADOS DO BRASIL, PERFAZENDO UM MONTANTE DE APROXIMADAMENTE R\$ 145 MILHÕES.

As Feiras livres ou populares são espaços de comercialização de alimentos produzidos localmente que beneficiam especialmente agricultores familiares, possibilitando a geração de renda e evitando o desperdício e prejuízo dos produtores. Ao mesmo tempo, facilitam o acesso a alimentos saudáveis e adequados para a população em geral, além da possibilidade de troca de informações entre quem produz e o consumidor final.

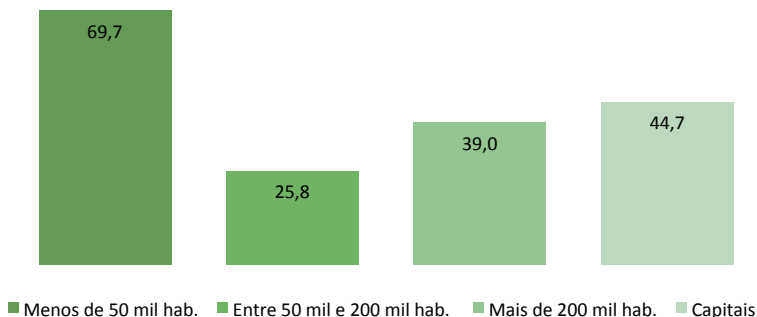
Dos 1.628 municípios que participaram do MapaSAN, 72,2% (n = 1.176) informaram a existência de 5.119 feiras, sendo a maioria com periodicidade semanal (83%). Isso significa que, em média, há 43,8 feiras para cada milhão de habitantes. O cálculo da quantidade média de feiras livres para cada 1 milhão de habitantes foi feito considerando-se a população dos municípios respondentes. O Centro-Oeste destaca-se com 85,8 feiras para cada milhão de habitantes e as regiões Sudeste e Sul apresentam, respectivamente, médias de 51,3 e 42,9 feiras. Os municípios respondentes do Nordeste e do Norte do país podem contar com 33,1 e 18,8 feiras para cada milhão de habitantes, respectivamente, conforme apresentado no Gráfico 111.

GRÁFICO 111: QUANTIDADE MÉDIA DE FEIRAS LIVRES PARA CADA 1 MILHÃO DE HABITANTES, POR REGIÃO



Apesar das feiras livres estarem mais disponíveis nas capitais (36%), seguidas por municípios acima de 200 mil habitantes (27,4%), observa-se que os municípios com menos de 50 mil habitantes estão com uma maior cobertura populacional. Ou seja, aproximadamente 70 feiras para cada milhão de habitante, conforme apresentado pelo Gráfico 112. Destacam-se alguns estados: MT apresenta uma média de 163,8 feiras para cada milhão de habitantes; SE, MS e GO possuem entre 53 e 59 feiras para cada milhão de habitantes.

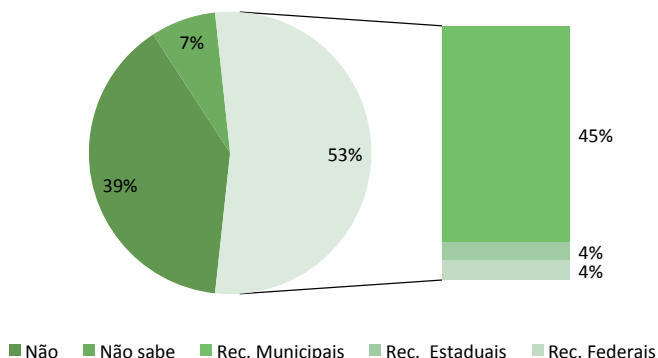
GRÁFICO 112: QUANTIDADE MÉDIA DE FEIRAS LIVRES PARA CADA 1 MILHÃO DE HABITANTES, POR PORTE (NACIONAL)



SUORTE PARA FEIRAS LIVRES (TRANSPORTE, LOCAL COBERTO, BARRACAS, EQUIPAMENTOS)

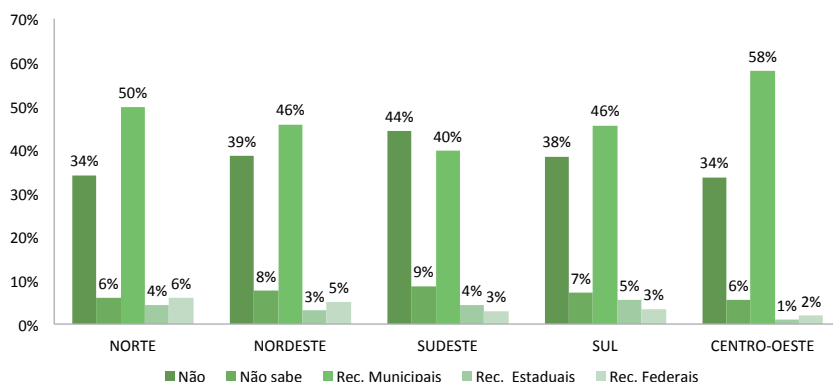
Dos municípios respondentes do MapaSAN 2014, 53% afirmaram que garantem suporte para feiras livres na forma de transporte, infraestrutura ou equipamentos. Como resultado da análise, o Gráfico 113 demonstra que, deste percentual, 45% dos municípios utilizam recursos próprios, 4% recursos de origem estadual e 4% recursos do governo federal para viabilizar o suporte às feiras nos municípios.

GRÁFICO 113: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE DISPONIBILIZAM SUORTE PARA FEIRAS LIVRES (TRANSPORTE, LOCAL COBERTO, BARRACAS, EQUIPAMENTOS), SEGUNDO FONTE DE RECURSOS - BRASIL



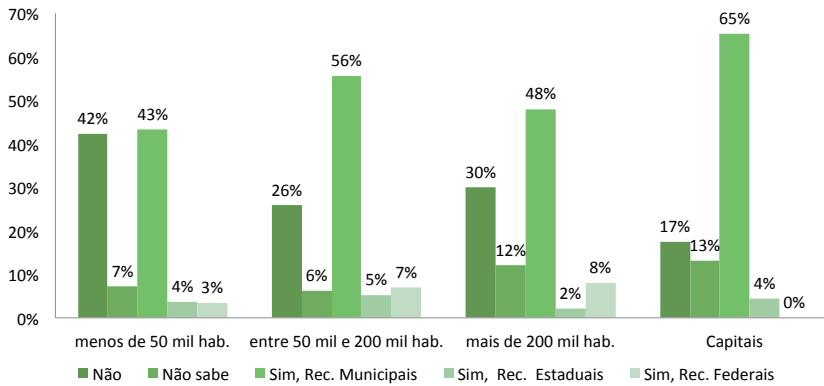
Nas cinco regiões os percentuais não se alteram significativamente, mantendo-se dentro da média de distribuição relativos às fontes de financiamento do suporte às feiras livres, como se pode observar no Gráfico 114. As maiores variações relativas ocorrem no Centro-Oeste e no Norte, cujos percentuais de financiamento com recursos municipais são, respectivamente, 58% e 50%. Com relação ao suporte às feiras com recursos estaduais, apenas 1% dos municípios respondentes do Centro-Oeste, utilizam-se desta fonte de financiamento, sendo que 2% dos municípios utilizam também fontes de recursos do governo federal.

GRÁFICO 114: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE DISPONIBILIZAM SUPORTE PARA FEIRAS LIVRES (TRANSPORTE, LOCAL COBERTO, BARRACAS, EQUIPAMENTOS), SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR REGIÃO



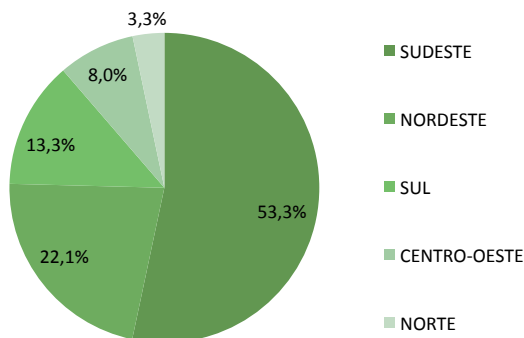
O suporte às feiras livres, quando analisado do ponto de vista do porte populacional dos municípios respondentes, apresenta um cenário distinto. Entre os municípios com menos de 50 mil habitantes 43% utilizam recursos municipais, 4% financiam este tipo de ação de SAN com recursos estaduais e 3% com recursos federais. A análise desta fonte de financiamento mostra que na medida em que o porte populacional cresce, diretamente, aumenta a utilização de recursos próprios por parte dos municípios (Gráfico 115). Dos municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes, 56% utilizam recursos municipais, 5% dos municípios utilizam recursos estaduais e 7% recorrem a fontes federais.

GRÁFICO 115: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE DISPONIBILIZAM SUPORTE PARA FEIRAS LIVRES (TRANSPORTE, LOCAL COBERTO, BARRACAS, EQUIPAMENTOS), SEGUNDO FONTE DE RECURSOS, POR PORTE POPUCIONAL



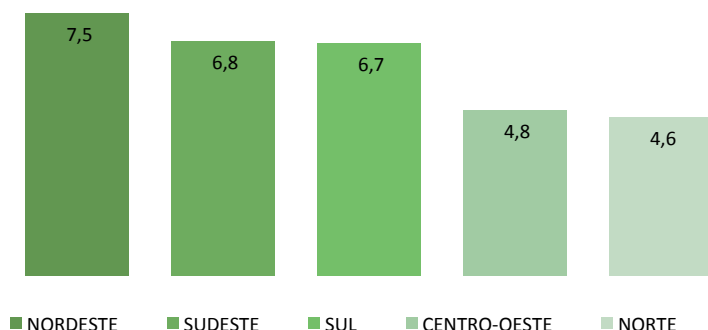
Com relação a Feiras agroecológicas (produção sustentável que potencializa a biodiversidade e a diversidade de alimentos) ou com produção orgânica (produção sem agrotóxicos), foi destacada a existência de 1.331 feiras distribuídas em 624 municípios. A maioria destas feiras está disponível nas regiões Sudeste (43%) e Nordeste (32%), conforme o Gráfico 116. Considerando o porte populacional, as feiras estão mais presentes nos municípios de pequeno porte, abaixo de 50 mil habitantes (44%), seguidos pelas capitais (32,5%).

GRÁFICO 116: DISTRIBUIÇÃO DE FEIRAS LIVRES DE PRODUTOS ORGÂNICOS OU AGROECOLÓGICOS POR REGIÃO



A média nacional é de 6,6 feiras agroecológicas ou de produtos orgânicos para cada milhão de habitantes. Nas regiões brasileiras, considerando-se o universo dos municípios respondentes, 7,5 feiras estão disponíveis para cada milhão de habitantes no Nordeste, 6,8 no Sudeste, 6,7 no Sul, 4,8 no Centro-Oeste e 4,6 no Norte. Os estados que mais se destacam na quantidade de feiras orgânicas ou agroecológicas para cada milhão de habitantes são: TO (90,4), PI (79,4) MT (69) e MA (58); GO, SE, RJ, CE, RO e AC disponibilizam entre 30 e 47 feiras.

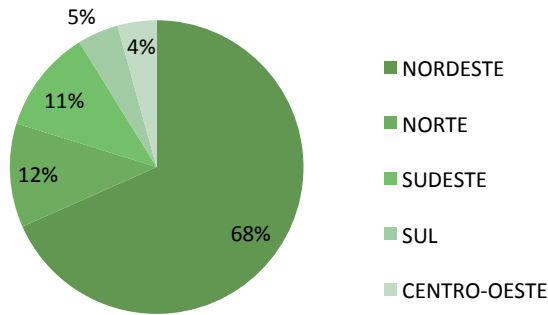
GRÁFICO 117: QUANTIDADE MÉDIA DE FEIRAS LIVRES ORGÂNICAS OU AGROECOLÓGICAS PARA CADA 1 MILHÃO DE HABITANTES, POR REGIÃO



Os Mercados Populares são espaços que comercializam alimentos não perecíveis e outros itens de primeira necessidade a preços acessíveis, prioritariamente a famílias em situação de vulnerabilidade social, que podem ser ou não subsidiados pelo Poder Público. Ao todo, foram informados 951 mercados públicos estruturados em 38% (n = 621) dos municípios. O restante dos municípios (59%) não dispõe ou não soube informar (2,6%).

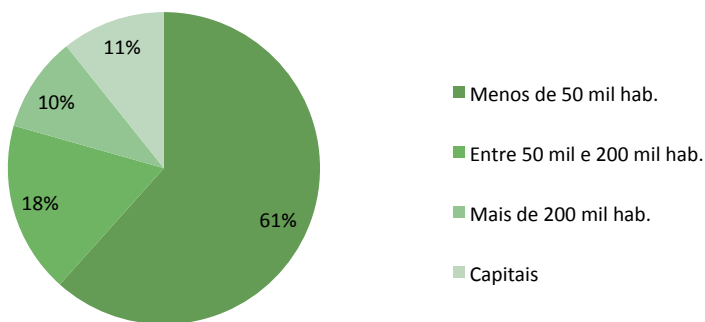
A maioria dos mercados está localizada na região Nordeste (68%), em municípios de pequeno porte (61,6%) e não são subsidiados pelo poder público (75%). O Gráfico 118 apresenta a distribuição destes EPSANs por região.

GRÁFICO 118: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MERCADOS PÚBLICOS POR REGIÃO



Ao analisar a distribuição de mercados populares em função do porte populacional dos municípios respondentes obteve-se o seguinte resultado: os municípios de pequeno porte concentram 61% deste tipo de equipamento, 18% estão disponíveis nos municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes, 10% estão localizados nas cidades com mais de 200 mil e 11% nas capitais. Veja representação destes dados no Gráfico 119:

GRÁFICO 119 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MERCADOS PÚBLICOS POR PORTE



Apenas 6% dos mercados públicos são subsidiados no universo dos municípios estudados. A maioria está no Nordeste (58%), 13,2% estão no Norte, sendo que no Sul e Sudeste, ambos subsidiam o equivalente a 10,5% desse tipo de EPSAN, e o Centro-Oeste subsidia 8% dos mercados identificados. No que se refere ao porte populacional, quando se distribui o percentual de mercados públicos subsidiados, 81,6% estão em municípios com menos de 50mil habitantes.

Os Sacolões públicos/quitandas são locais públicos de comercialização atacadista ou varejista de produtos hortifrutigranjeiros. Somente 6,8% (n = 110) informaram que dispõem de sacolões públicos. Ao todo, são 319 sacolões públicos distribuídos de forma majoritária nas regiões Nordeste (46,5%) e Sudeste (33%), concentrados em municípios de pequeno porte (67,7%), seguidos da capital (20%). Apenas 9% dos sacolões são subsidiados pelo poder público.

1.4. EQUIPAMENTOS BENEFICIADOS COM O PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) disponibiliza recursos para financiar a aquisição de alimentos da agricultura familiar que podem ser doados aos Equipamentos Públicos de SAN, seja por acesso, abastecimento ou distribuição. As modalidades disponibilizadas pelo programa são: chamada pública, compra direta e compra com doação simultânea.

A Chamada Pública é o instrumento de Compra Institucional e foi uma inovação do Decreto nº 7.775/2012. Sua finalidade é garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Podem ser adquiridos pela Modalidade produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar "in natura" ou processados. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. Após a definição da demanda, o órgão comprador elabora Edital de Chamada Pública, que deve ser divulgado em locais de fácil acesso a organizações da agricultura familiar. As organizações da agricultura familiar elaboram suas propostas de venda de acordo com os critérios da Chamada Pública. O órgão comprador habilita as propostas que contenham todos os documentos exigidos no edital e preços de venda dos produtos compatíveis com o mercado.

A Compra Direta tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de es-

toques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação. Dentre os produtos adquiridos pela Modalidade estão o arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral, castanha de caju, castanha-do-brasil e outros que venham a ser definidos pelo Grupo Gestor do PAA. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. Para execução dessa Modalidade, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, responsável pela operacionalização.

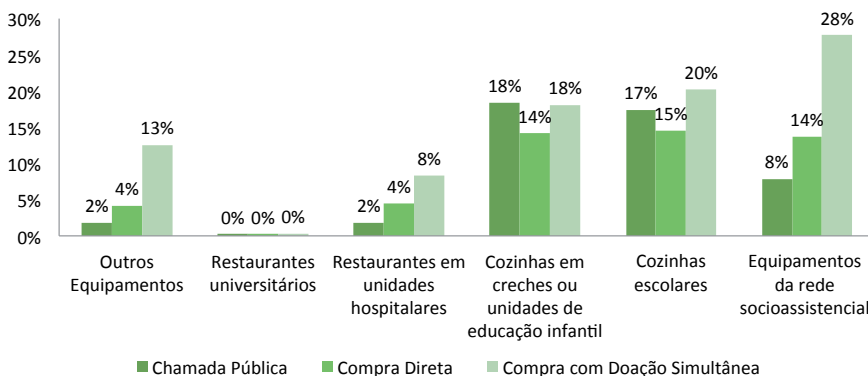
A Compra com Doação Simultânea tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada. A Modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino. Podem ser adquiridos pela Modalidade produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar in natura ou processados. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. Esta Modalidade é executada apenas com recursos do MDS, que pode utilizar dois tipos de instrumentos para sua implementação: Celebração de Termos de Adesão com órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos; Formalização de Termo de Cooperação com a Conab.

Em relação a estas modalidades do PAA, o MapaSAN 2014 identificou que, em média, 59% dos municípios respondentes informaram que os equipamentos pesquisados (cozinhas escolares, cozinhas em creches ou unidades de educação infantil, restaurantes universitários, restaurantes em unidades hospitalares, equipamentos da rede socioassistencial e outros) não recebem alimentos adquiridos pelo PAA. Já 15% dos municípios são beneficiados com a modalidade

“Compra com doação simultânea”. Em 9% dos municípios a aquisição de alimentos do PAA é realizada por meio da compra direta e, em 8% pela compra institucional por meio de chamada pública. Alguns municípios (10%) não souberam responder conforme apresentado no Gráfico 120

O Gráfico 120 mostra a relação entre o PAA e os EPSANs beneficiados, segundo cada uma das modalidades. Verifica-se, por exemplo, que a “Compra com Doação Simultânea” é a modalidade que mais beneficia os EPSANs. Ou seja, em 28% dos municípios, os equipamentos da rede socioassistencial recebem alimentos através desta modalidade. Enquanto que 20% dos municípios destinam alimentos para as cozinhas escolares e 18% para as cozinhas de creches.

GRÁFICO 120: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE EPSANs BENEFICIADOS COM O PAA, POR MODALIDADE



CONCLUSÃO

Este documento apresenta os resultados do Mapeamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) na esfera nacional. Cabe ressaltar que houve uma adesão bastante significativa com a participação de 89% dos estados e de 29% dos municípios brasileiros, considerando que o mapeamento é voluntário e requer processos de articulação e organização local para responder às diversas questões propostas, que se referem tanto à organização institucional dos estados e municípios como também às ações de SAN que são desenvolvidas localmente.

O contexto político-institucional em que se insere a proposta de desenvolvimento e consolidação do MapaSAN, objetiva subsidiar as estratégias e ações de fortalecimento e ampliação do Sisan, permitindo elaborar e articular políticas de segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional, distrital, estadual e municipal, bem como monitorar e avaliar as mudanças que ocorreram na situação de implantação dos sistemas de SAN e das políticas no âmbito local ao longo do tempo. Uma das diretrizes do Sisan determina verificar o impacto dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional sobre a população para a qual se destina a política. Assim, com base nos dados coletados pelo MapaSAN, os órgãos governamentais das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e as organizações da sociedade civil poderão atuar conjuntamente na formulação e implementação de programas e ações da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como das estratégias de fortalecimento e ampliação do Sisan em todo o território nacional.

Registra-se que este foi o primeiro levantamento organizado de forma nacional, trazendo alguns dados inéditos para a gestão da Política Nacional de SAN e para a continuidade do processo de implementação do Sisan. É fundamental reconhecer e agradecer aos gestores, conselheiros e profissionais dos estados e municípios que participaram desta edição do MapaSAN 2014 e, ao mesmo tempo, apontar para a próxima versão do levantamento a ser feito em 2015, que trará novas informações, bem como possibilitará a análise de tendências e comparações na evolução da Política de SAN, da gestão das ações e da consolidação do Sisan.

ANEXO I - DADOS AGREGADOS POR ESTADO E REGIÃO

A. COMPONENTES DO SISAN

TABELA 1. QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS (E NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) QUE DISPÕEM DE UM OU MAIS COMPONENTES DO SISAN, AGREGADOS POR ESTADO E REGIÃO.

REG		COMPONENTES DO SISAN								
		UF	LEI MUNICIPAL DE SAN		CAISAN		COMSEA		PLAMSAN	
			N	%	N	%	N	%	N	%
N	AC	0	0%	1	1%	1	0%	0	0%	
	AM	1	0%	0	0%	2	0%	0	0%	
	AP	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
	PA	3	1%	5	3%	11	1%	0	0%	
	RO	1	0%	1	1%	4	1%	0	0%	
	RR	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
	TO	23	5%	4	2%	60	8%	2	8%	
SUBTOTAL		29	6%	11	6%	78	11%	2	8%	
NE	AL	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
	BA	48	11%	10	6%	70	10%	0	0%	
	CE	57	13%	26	14%	73	10%	5	20%	
	MA	35	8%	15	8%	42	6%	1	4%	
	PB	12	3%	2	1%	36	5%	0	0%	
	PE	13	3%	2	1%	26	4%	1	4%	
	PI	46	10%	40	22%	46	6%	0	0%	
	RN	4	1%	1	1%	8	1%	1	4%	
	SE	10	2%	5	3%	18	2%	0	0%	
SUBTOTAL		226	50%	101	56%	319	43%	8	32%	
CO	GO	6	1%	2	1%	11	1%	2	8%	
	MS	6	1%	0	0%	4	1%	0	0%	
	MT	3	1%	0	0%	8	1%	0	0%	
SUBTOTAL		15	3%	2	1%	23	3%	2	8%	
SE	ES	14	3%	2	1%	21	3%	0	0%	
	MG	28	6%	4	2%	38	5%	5	20%	
	RJ	6	1%	0	0%	13	2%	1	4%	
	SP	30	7%	10	6%	82	11%	2	8%	
SUBTOTAL		78	17%	16	9%	154	21%	8	32%	

S	PR	69	15%	33	18%	77	10%	4	16%
	RS	14	3%	5	3%	31	4%	1	4%
	SC	23	5%	13	7%	52	7%	0	0%
SUBTOTAL		106	23%	51	28%	160	22%	5	20%
TOTAL		454	100%	181	100%	734	100%	25	100%

B. CAISAN MUNICIPAL – INSTITUCIONALIDADE E FINANCIAMENTO

TABELA 2. QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM CAISANS MUNICIPAIS QUE DISPÕEM DE SECRETARIA EXECUTIVA, ORÇAMENTO E QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM ESPAÇO INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO DAS AÇÕES DE SAN, POR ESTADO E REGIÃO.

CAISAN - INSTITUCIONALIDADE E FINANCIAMENTO									
REG.	UF	CAISAN		SEC. EXEC. CAISAN		ORÇAMENTO CAISAN*		ESPAÇO INST. DE SAN	
		N	%	N	%	N	%	N	%
N	AC	1	1%	0	0%	0	0%	1	0%
	AM	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%
	AP	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	PA	5	3%	1	0%	0	0%	11	2%
	RO	1	1%	1	0%	0	0%	4	1%
	RR	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	TO	4	2%	2	0%	0	0%	14	3%
SUBTOTAL		11	6%	4	1%	0	0%	31	7%
NE	AL	0	0%	0	0%	0	0%	6	1%
	BA	10	6%	3	0%	0	0%	43	9%
	CE	26	14%	19	3%	2	0%	31	7%
	MA	15	8%	10	1%	2	0%	25	6%
	PB	2	1%	2	0%	1	0%	14	3%
	PE	2	1%	1	0%	0	0%	16	4%
	PI	40	22%	14	2%	0	0%	15	3%
	RN	1	1%	0	0%	0	0%	5	1%
	SE	5	3%	5	1%	1	0%	5	1%
SUBTOTAL		101	56%	54	7%	6	1%	160	35%
CO	GO	2	1%	1	0%	0	0%	8	2%
	MS	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%
	MT	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
SUBTOTAL		2	1%	1	0%	0	0%	9	2%

SE	ES	2	1%	0	0%	0	0%	9	2%
	MG	4	2%	1	0%	2	0%	27	6%
	RJ	0	0%	0	0%	0	0%	10	2%
	SP	10	6%	4	1%	3	0%	33	7%
SUBTOTAL		16	9%	5	1%	5	1%	79	17%
S	PR	33	18%	12	2%	4	1%	26	6%
	RS	5	3%	1	0%	1	0%	14	3%
	SC	13	7%	6	1%	1	0%	11	2%
SUBTOTAL		51	28%	19	3%	6	1%	51	11%
TOTAL		181	100%	83	11%	17	2%	330	73%

* SIM + SIM, MAS NÃO SABE QUANTO

TABELA 3. QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM SECRETARIA EXECUTIVA, E ORÇAMENTO E QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM UMA OU MAIS CONFERÊNCIAS DE SAN, POR ESTADO E REGIÃO.

REG.	UF	COMSEA (INSTITUCIONALIDADE E FINANCIAMENTO) E CONFERÊNCIA DE SAN							
		COMSEA		SEC. EXEC. COM-SEA		ORÇAMENTO COMSEA		REALIZOU CONFERÊNCIA	
		N	%	N	%	N	%	N	%
N	AC	1	0%	1	0%	0	0%	1	0%
	AM	2	0%	2	0%	1	0%	2	0%
	AP	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	PA	11	1%	4	1%	3	0%	16	4%
	RO	4	1%	1	0%	0	0%	5	1%
	RR	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	TO	60	8%	22	3%	7	1%	27	6%
SUBTOTAL		78	11%	30	4%	11	1%	51	11%
NE	AL	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%
	BA	70	10%	20	3%	7	1%	44	10%
	CE	73	10%	49	7%	12	2%	36	8%
	MA	42	6%	14	2%	5	1%	19	4%
	PB	36	5%	3	0%	2	0%	8	2%
	PE	26	4%	9	1%	6	1%	14	3%
	PI	46	6%	15	2%	2	0%	28	6%
	RN	8	1%	0	0%	0	0%	3	1%
SE	18	2%	13	2%	1	0%	4	1%	
SUBTOTAL		319	43%	123	17%	35	5%	157	35%

CO	GO	11	1%	3	0%	1	0%	2	0%
	MS	4	1%	1	0%	0	0%	4	1%
	MT	8	1%	2	0%	0	0%	4	1%
SUBTOTAL		23	3%	6	1%	1	0%	10	2%
SE	ES	21	3%	10	1%	4	1%	21	5%
	MG	38	5%	12	2%	11	1%	27	6%
	RJ	13	2%	5	1%	4	1%	12	3%
	SP	82	11%	22	3%	10	1%	31	7%
SUBTOTAL		154	21%	49	7%	29	4%	91	20%
S	PR	77	10%	29	4%	6	1%	82	18%
	RS	31	4%	10	1%	8	1%	24	5%
	SC	52	7%	15	2%	3	0%	18	4%
SUBTOTAL		160	22%	54	7%	17	2%	124	27%
TOTAL		734	100%	262	36%	93	13%	433	95%

TABELA 4. QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM PLANO MUNICIPAL DE SAN, OU COM PLAMSAN EM FASE DE ELABORAÇÃO, COM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E INCLUSÃO NO PPA MUNICIPAL, POR ESTADO E REGIÃO.

PLAMSAN - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E INCLUSÃO NO PPA									
REG.	UF	PLAMSAN		EM ELABORAÇÃO*		PREV. ORÇAMENTÁRIA		INCLUSÃO NO PPA**	
		N	%	N	%	N	%	N	%
N	AC	0	0%	1	0%	1	0%	1	0%
	AM	0	0%	1	0%	1	0%	1	0%
	AP	0	0%	0	0%	1	0%	1	0%
	PA	0	0%	12	2%	8	1%	4	1%
	RO	0	0%	1	0%	1	0%	0	0%
	RR	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	TO	2	8%	8	1%	5	1%	4	1%
SUBTOTAL		2	8%	23	3%	17	2%	11	1%
NE	AL	0	0%	2	0%	3	0%	2	0%
	BA	0	0%	37	5%	38	5%	18	2%
	CE	5	20%	32	4%	34	5%	25	3%
	MA	1	4%	30	4%	16	2%	9	1%
	PB	0	0%	12	2%	8	1%	4	1%
	PE	1	4%	7	1%	19	3%	14	2%
	PI	0	0%	26	4%	10	1%	4	1%
	RN	1	4%	2	0%	8	1%	6	1%
SE	0	0%	7	1%	5	1%	1	0%	
SUBTOTAL		8	32%	155	21%	141	19%	83	11%

CO	GO	2	8%	6	1%	8	1%	5	1%
	MS	0	0%	2	0%	3	0%	2	0%
	MT	0	0%	1	0%	0	0%	0	0%
SUBTOTAL		2	8%	9	1%	11	1%	7	1%
SE	ES	0	0%	3	0%	12	2%	7	1%
	MG	5	20%	16	2%	24	3%	19	3%
	RJ	1	4%	7	1%	11	1%	7	1%
	SP	2	8%	23	3%	37	5%	24	3%
SUBTOTAL		8	32%	49	7%	84	11%	57	8%
S	PR	4	16%	38	5%	25	3%	12	2%
	RS	1	4%	9	1%	17	2%	9	1%
	SC	0	0%	20	3%	14	2%	9	1%
SUBTOTAL		5	20%	67	9%	56	8%	30	4%
TOTAL		25	100%	303	41%	309	42%	188	26%

* PLAMSAN EM FASE DE ELABORAÇÃO

** TOTAL OU PARCIALMENTE

TABELA 5. NÚMERO DE COZINHAS COMUNITÁRIAS E RESTAURANTES POPULARES POR ESTADO E REGIÃO.

EPSAN DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA					
REG.	UF	COZINHA COMUNITÁRIA		RESTAURANTE POPULAR	
		N	%	N	%
N	AC	0	0%	1	1%
	AM	6	3%	4	3%
	AP	0	0%	1	1%
	PA	1	0%	5	3%
	RO	0	0%	0	0%
	RR	0	0%	0	0%
	TO	7	3%	5	3%
	SUBTOTAL		14	6%	16
NE	AL	1	0%	3	2%
	BA	9	4%	11	7%
	CE	45	21%	7	4%
	MA	5	2%	2	1%
	PB	17	8%	6	4%
	PE	12	5%	2	1%
	PI	1	0%	3	2%
	RN	4	2%	7	4%
SUBTOTAL		94	43%	41	26%

CO	GO	0	0%	4	3%
	MS	0	0%	0	0%
	MT	1	0%	3	2%
SUBTOTAL		1	0%	7	4%
SE	ES	2	1%	4	3%
	MG	16	7%	20	13%
	RJ	15	7%	8	5%
	SP	17	8%	37	23%
SUBTOTAL		50	23%	69	43%
S	PR	14	6%	14	9%
	RS	42	19%	8	5%
	SC	4	2%	4	3%
SUBTOTAL		60	27%	26	16%
TOTAL		219	100%	159	100%

TABELA 6. NÚMERO DE BANCOS DE ALIMENTOS, FEIRAS LIVRES E FEIRAS LIVRES DE PRODUTOS ORGÂNICOS, POR ESTADO E REGIÃO.

EPSAN DE ABASTECIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS									
REG.	UF	BANCO DE ALIMENTOS		FEIRA LIVRE			FEIRA LIVRE PROD. ORG.		
		N	%	N	%	N/MI. HAB.	N	%	N/MI. HAB.
N	AC	1	1%	32	1%	68,3	13	1%	29,83
	AM	-	0%	14	0%	5,7	8	1%	3,63
	AP	-	0%	-	0%	0,0	-	0%	-
	PA	1	1%	55	1%	13,4	25	2%	7,68
	RO	1	1%	16	0%	37,8	9	1%	30,41
	RR	-	0%	1	0%	22,6	-	0%	-
	TO	-	0%	51	1%	47,8	24	2%	90,38
SUBTOTAL		3	2%	169	3%	28,0	79	6%	23,1
NE	AL	1	1%	30	1%	17,7	15	1%	11,93
	BA	5	4%	444	9%	44,1	151	11%	24,87
	CE	7	6%	164	3%	23,1	60	5%	34,91
	MA	4	3%	90	2%	26,1	40	3%	57,89
	PB	6	5%	85	2%	33,4	32	2%	21,58
	PE	4	3%	165	3%	29,8	59	4%	12,77
	PI	-	0%	69	1%	39,2	27	2%	79,38
	RN	1	1%	58	1%	36,9	26	2%	18,56
SE	-	0%	25	0%	59,3	14	1%	42,70	
SUBTOTAL		28	23%	1.130	22%	34,4	424	32%	33,8

CO	GO	2	2%	103	2%	53,0	37	3%	46,98
	MS	1	1%	76	1%	53,2	12	1%	9,20
	MT	1	1%	232	5%	163,8	10	1%	68,98
SUBTOTAL		4	3%	411	8%	90,0	59	4%	41,7
SE	ES	3	2%	139	3%	47,5	25	2%	10,95
	MG	29	23%	335	7%	36,0	73	5%	13,12
	RJ	4	3%	422	8%	34,3	387	29%	41,60
	SP	32	26%	1.834	36%	63,9	90	7%	3,96
SUBTOTAL		68	55%	2.730	53%	45,4	575	43%	17,4
S	PR	7	6%	276	5%	38,4	69	5%	14,93
	RS	10	8%	239	5%	45,3	71	5%	18,36
	SC	4	3%	164	3%	48,5	54	4%	19,45
SUBTOTAL		21	17%	679	13%	44,1	194	15%	17,6
TOTAL		124	100%	5.119	100%	48,4	1.331	100%	26,7

TABELA 7. NÚMERO DE MERCADOS PÚBLICOS, SACOLÕES OU QUITANDAS E CESASA, POR ESTADO E REGIÃO.

EPSAN DE ABASTECIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS									
REG.	UF	MERCADO PÚBLICO			SACOLÃO OU QUITANDA			CESASA	
		N	%	N/MI. HAB.	N	%	N/MI. HAB.	N	%
N	AC	13	1%	27,76	0	0%	-	2	2%
	AM	19	2%	7,73	0	0%	-	0	0%
	AP	1	0%	2,24	0	0%	-	0	0%
	PA	54	6%	13,19	2	1%	0,49	2	2%
	RO	1	0%	2,36	0	0%	-	0	0%
	RR	0	0%	-	0	0%	-	0	0%
	TO	21	2%	19,68	12	4%	11,24	2	2%
	SUBTOTAL		109	11%	10,42	14	4%	1,68	6
NE	AL	16	2%	9,46	5	2%	2,96	1	1%
	BA	189	20%	18,78	27	8%	2,68	22	22%
	CE	114	12%	16,03	42	13%	5,90	6	6%
	MA	69	7%	20,02	16	5%	4,64	3	3%
	PB	63	7%	24,75	10	3%	3,93	4	4%
	PE	87	9%	15,71	4	1%	0,72	7	7%
	PI	63	7%	35,82	40	13%	22,74	0	0%
	RN	32	3%	20,34	4	1%	2,54	1	1%
SUBTOTAL		650	68%	22,36	148	46%	5,78	45	46%

CO	GO	26	3%	13,38	13	4%	6,69	1	1%
	MS	7	1%	4,90	0	0%	-	1	1%
	MT	8	1%	5,65	0	0%	-	0	0%
SUBTOTAL		41	4%	7,98	13	4%	5,39	2	2%
SE	ES	7	1%	2,39	1	0%	0,34	5	5%
	MG	34	4%	3,66	33	10%	3,55	8	8%
	RJ	14	1%	1,14	26	8%	2,11	5	5%
	SP	53	6%	1,85	45	14%	1,57	12	12%
SUBTOTAL		108	11%	2,26	105	33%	1,85	30	31%
S	PR	15	2%	2,09	20	6%	2,78	8	8%
	RS	13	1%	2,47	10	3%	1,90	4	4%
	SC	15	2%	4,44	9	3%	2,66	3	3%
SUBTOTAL		43	5%	3,00	39	12%	2,35	15	15%
TOTAL		951	100%	9,20	319	100%	3,41	98	100%

TABELA 8. NÚMERO DE MUNICÍPIOS QUE UTILIZAM RECURSOS DO PAA, SEGUNDO MODALIDADE E TIPO DE EQUIPAMENTO BENEFICIADO (MÚLTIPLA ESCOLHA), POR ESTADO E REGIÃO.

	NORTE	CHAMADA PÚBLICA	COMPRA DIRETA	COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA	NÃO OPERA PAA	NÃO SABE					
AC	COZINHAS ESCOLARES	0	0%	0	0%	2	67%	1	33%	0	0%
	COZINHAS EM CRECHES	0	0%	0	0%	2	67%	1	33%	0	0%
	RESTAURANTES UNIVER-SITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	4	80%	1	20%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	0	0%	0	0%	2	50%	1	25%	1	25%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	0	0%	0	0%	2	67%	1	33%	0	0%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	1	25%	0	0%	2	50%	0	0%	1	25%
	SUBTOTAL	1	5%	0	0%	10	45%	8	36%	3	14%
AM	COZINHAS ESCOLARES	1	25%	0	0%	1	25%	2	50%	0	0%
	COZINHAS EM CRECHES	1	25%	1	25%	0	0%	1	25%	1	25%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	1	10%	8	80%	1	10%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	0	0%	1	14%	3	43%	2	29%	1	14%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	1	17%	1	17%	3	50%	1	17%	0	0%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	0	0%	2	22%	2	22%	5	56%
	SUBTOTAL	3	8%	3	8%	10	25%	16	40%	8	20%

AP	COZINHAS ESCOLARES	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	COZINHAS EM CRECHES	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%	0	0%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%	0	0%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%	0	0%
SUBTOTAL		0	0%	0	0%	3	60%	2	40%	0	0%
PA	COZINHAS ESCOLARES	4	13%	2	6%	4	13%	18	58%	3	10%
	COZINHAS EM CRECHES	5	15%	2	6%	2	6%	21	64%	3	9%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	1	3%	36	97%	0	0%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	1	3%	2	5%	1	3%	31	84%	2	5%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	2	6%	4	12%	15	44%	12	35%	1	3%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	0	0%	10	27%	20	54%	7	19%
SUBTOTAL		12	6%	10	5%	33	16%	138	66%	16	8%
RO	COZINHAS ESCOLARES	2	17%	2	17%	5	42%	0	0%	3	25%
	COZINHAS EM CRECHES	2	17%	2	17%	3	25%	2	17%	3	25%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	1	8%	10	83%	1	8%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	1	8%	1	8%	1	8%	7	58%	2	17%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	2	17%	0	0%	5	42%	3	25%	2	17%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	0	0%	1	8%	6	50%	5	42%
SUBTOTAL		7	10%	5	7%	16	22%	28	39%	16	22%
RR	COZINHAS ESCOLARES	0	0%	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%
	COZINHAS EM CRECHES	0	0%	0	0%	0	0%	3	75%	1	25%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%	0	0%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%	0	0%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	0	0%	0	0%	1	25%	3	75%	0	0%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	0	0%	0	0%	3	75%	1	25%
SUBTOTAL		0	0%	0	0%	2	8%	19	79%	3	13%
TO	COZINHAS ESCOLARES	3	7%	34	77%	1	2%	3	7%	3	7%
	COZINHAS EM CRECHES	2	4%	33	70%	2	4%	7	15%	3	6%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	60	98%	1	2%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	1	2%	5	8%	0	0%	51	84%	4	7%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	3	6%	37	73%	1	2%	6	12%	4	8%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	2	3%	12	21%	2	3%	32	55%	10	17%
SUBTOTAL		11	3%	121	38%	6	2%	159	49%	25	8%
		34	5%	139	20%	80	12%	370	53%	68	10%

NORDESTE		CHAMADA PÚBLICA		COMPRA DIRETA		COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA		NÃO OPERA PAA		NÃO SABE	
AL	COZINHAS ESCOLARES	3	14%	1	5%	1	5%	16	73%	1	5%
	COZINHAS EM CRECHES	3	14%	2	9%	2	9%	13	59%	2	9%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	23	92%	2	8%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	2	8%	0	0%	2	8%	18	75%	2	8%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	1	4%	1	4%	8	35%	12	52%	1	4%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	0	0%	4	17%	15	63%	5	21%
	SUBTOTAL	9	6%	4	3%	17	12%	97	69%	13	9%
BA	COZINHAS ESCOLARES	25	48%	2	4%	4	8%	18	35%	3	6%
	COZINHAS EM CRECHES	25	47%	2	4%	2	4%	21	40%	3	6%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	1	3%	36	97%	0	0%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	2	5%	2	5%	1	3%	31	82%	2	5%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	11	26%	4	9%	15	35%	12	28%	1	2%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	3	8%	0	0%	10	25%	20	50%	7	18%
	SUBTOTAL	66	25%	10	4%	33	13%	138	52%	16	6%
CE	COZINHAS ESCOLARES	12	13%	16	17%	34	35%	32	33%	2	2%
	COZINHAS EM CRECHES	12	12%	11	11%	39	39%	33	33%	4	4%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	1	1%	0	0%	1	1%	109	97%	1	1%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	1	1%	9	8%	28	26%	67	61%	4	4%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	5	5%	13	12%	45	43%	41	39%	1	1%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	11	10%	25	23%	65	59%	9	8%
	SUBTOTAL	31	5%	60	10%	172	27%	347	55%	21	3%
MA	COZINHAS ESCOLARES	2	4%	9	17%	19	35%	20	37%	4	7%
	COZINHAS EM CRECHES	8	14%	6	11%	24	42%	16	28%	3	5%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	1	2%	0	0%	62	97%	1	2%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	1	2%	5	8%	16	26%	35	57%	4	7%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	2	3%	8	14%	22	38%	23	40%	3	5%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	4	6%	0	0%	9	15%	42	68%	7	11%
	SUBTOTAL	17	5%	29	8%	90	25%	198	56%	22	6%
PB	COZINHAS ESCOLARES	20	29%	6	9%	8	12%	25	36%	10	14%
	COZINHAS EM CRECHES	21	30%	9	13%	7	10%	26	37%	8	11%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	73	94%	5	6%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	2	3%	4	5%	2	3%	65	83%	5	6%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	9	12%	11	15%	11	15%	37	51%	5	7%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	1	1%	4	5%	50	66%	21	28%
	SUBTOTAL	52	12%	31	7%	32	7%	276	62%	54	12%

NORDESTE		CHAMADA PÚBLICA		COMPRA DIRETA		COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA		NÃO OPERA PAA		NÃO SABE	
PE	COZINHAS ESCOLARES	6	10%	5	8%	12	20%	25	42%	11	19%
	COZINHAS EM CRECHES	8	13%	6	10%	13	21%	26	43%	8	13%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	62	97%	2	3%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	3	5%	3	5%	4	6%	45	71%	8	13%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	10	16%	2	3%	15	24%	27	43%	9	14%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	2	3%	1	2%	10	16%	38	59%	13	20%
	SUBTOTAL	29	8%	17	5%	54	14%	223	60%	51	14%
PI	COZINHAS ESCOLARES	10	15%	20	29%	3	4%	25	37%	10	15%
	COZINHAS EM CRECHES	9	12%	10	13%	4	5%	39	52%	13	17%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	1	1%	0	0%	78	96%	2	2%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	2	3%	3	4%	2	3%	69	87%	3	4%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	4	6%	21	31%	8	12%	25	37%	10	15%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	1	1%	6	8%	5	6%	54	68%	13	16%
	SUBTOTAL	26	6%	61	14%	22	5%	290	64%	51	11%
RN	COZINHAS ESCOLARES	2	7%	19	66%	2	7%	5	17%	1	3%
	COZINHAS EM CRECHES	2	7%	18	60%	2	7%	5	17%	3	10%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	36	92%	3	8%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	0	0%	6	17%	3	8%	22	61%	5	14%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	0	0%	18	53%	4	12%	8	24%	4	12%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	1	3%	4	11%	24	63%	9	24%
	SUBTOTAL	4	2%	62	30%	15	7%	100	49%	25	12%
SE	COZINHAS ESCOLARES	1	5%	2	10%	8	38%	5	24%	5	24%
	COZINHAS EM CRECHES	0	0%	1	5%	6	29%	8	38%	6	29%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	20	91%	2	9%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	1	5%	1	5%	0	0%	17	77%	3	14%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	1	5%	1	5%	7	33%	10	48%	2	10%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	0	0%	2	9%	14	64%	6	27%
	SUBTOTAL	3	2%	5	4%	23	18%	74	57%	24	19%
		237	8%	279	9%	458	15%	1.743	58%	277	9%

CENTRO-OESTE		CHAMADA PÚBLICA		COMPRA DIRETA		COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA		NÃO OPERA PAA		NÃO SABE	
GO	COZINHAS ESCOLARES	13	31%	8	19%	11	26%	5	12%	5	12%
	COZINHAS EM CRECHES	14	30%	11	23%	9	19%	8	17%	5	11%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	20	83%	4	17%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	2	6%	4	13%	2	6%	17	53%	7	22%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	10	23%	7	16%	10	23%	10	23%	7	16%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	1	3%	2	5%	3	8%	14	36%	19	49%
		40	18%	32	14%	35	15%	74	32%	47	21%
MS	COZINHAS ESCOLARES	4	27%	1	7%	4	27%	6	40%	0	0%
	COZINHAS EM CRECHES	4	27%	1	7%	4	27%	6	40%	0	0%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	16	100%	0	0%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	1	6%	1	6%	0	0%	13	81%	1	6%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	1	7%	2	13%	5	33%	5	33%	2	13%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	0	0%	0	0%	3	19%	9	56%	4	25%
	10	11%	5	5%	16	17%	55	59%	7	8%	
MT	COZINHAS ESCOLARES	6	25%	0	0%	5	21%	9	38%	4	17%
	COZINHAS EM CRECHES	6	25%	0	0%	4	17%	10	42%	4	17%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	27	96%	1	4%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	0	0%	0	0%	3	11%	22	79%	3	11%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	3	11%	0	0%	5	19%	14	52%	5	19%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	1	3%	0	0%	3	10%	16	55%	9	31%
	16	10%	0	0%	20	13%	98	61%	26	16%	
		66	14%	37	8%	71	15%	227	47%	80	17%

SUDESTE		CHAMADA PÚBLICA		COMPRA DIRETA		COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA		NÃO OPERA PAA		NÃO SABE	
ES	COZINHAS ESCOLARES	8	25%	2	6%	6	19%	12	38%	4	13%
	COZINHAS EM CRECHES	9	27%	1	3%	6	18%	13	39%	4	12%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	31	94%	2	6%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	1	3%	1	3%	6	18%	21	64%	4	12%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	3	9%	1	3%	16	50%	10	31%	2	6%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	1	3%	1	3%	8	24%	16	48%	7	21%
		22	11%	6	3%	42	21%	103	53%	23	12%
MG	COZINHAS ESCOLARES	30	23%	6	5%	27	21%	56	43%	12	9%
	COZINHAS EM CRECHES	29	22%	8	6%	27	21%	55	43%	10	8%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	1	1%	0	0%	141	97%	3	2%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	0	0%	2	1%	8	6%	125	86%	10	7%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	12	8%	9	6%	37	26%	76	54%	8	6%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	6	4%	3	2%	16	11%	93	65%	26	18%
		77	9%	29	3%	115	14%	546	65%	69	8%
RJ	COZINHAS ESCOLARES	7	27%	1	4%	1	4%	13	50%	4	15%
	COZINHAS EM CRECHES	8	30%	0	0%	0	0%	15	56%	4	15%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	24	86%	4	14%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	1	4%	0	0%	0	0%	22	79%	5	18%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	1	4%	1	4%	2	7%	20	71%	4	14%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	1	4%	0	0%	0	0%	19	68%	8	29%
		18	11%	2	1%	3	2%	113	68%	29	18%
SP	COZINHAS ESCOLARES	38	28%	4	3%	23	17%	57	43%	12	9%
	COZINHAS EM CRECHES	44	33%	8	6%	14	11%	55	41%	12	9%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	1	1%	1	1%	2	1%	130	90%	10	7%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	4	3%	1	1%	8	6%	120	84%	10	7%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	18	13%	7	5%	47	33%	54	38%	15	11%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	1	1%	2	1%	17	12%	91	64%	31	22%
		106	13%	23	3%	111	13%	507	61%	90	11%
	223	11%	60	3%	271	13%	1269	62%	211	10%	

	SUL	CHAMADA PÚBLICA		COMPRA DIRETA		COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA		NÃO OPERA PAA		NÃO SABE	
PR	COZINHAS ESCOLARES	12	11%	45	41%	20	18%	22	20%	12	11%
	COZINHAS EM CRECHES	14	12%	46	39%	22	19%	23	20%	12	10%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	142	93%	10	7%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	2	1%	18	13%	10	7%	99	71%	10	7%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	5	4%	44	32%	29	21%	43	32%	15	11%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	1	1%	22	15%	12	8%	82	55%	31	21%
		34	4%	175	22%	93	12%	411	51%	90	11%
RS	COZINHAS ESCOLARES	22	25%	7	8%	7	8%	46	52%	6	7%
	COZINHAS EM CRECHES	23	25%	7	8%	4	4%	51	56%	6	7%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	2	2%	0	0%	0	0%	93	96%	2	2%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	0	0%	0	0%	1	1%	91	95%	4	4%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	10	11%	6	6%	18	19%	53	57%	6	6%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	3	3%	1	1%	8	8%	65	67%	20	21%
		60	11%	21	4%	38	7%	399	71%	44	8%
SC	COZINHAS ESCOLARES	16	21%	1	1%	23	31%	29	39%	6	8%
	COZINHAS EM CRECHES	18	24%	2	3%	17	23%	33	44%	5	7%
	RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	0	0%	0	0%	0	0%	87	98%	2	2%
	RESTAURANTES EM UNIDADES HOSPITALARES	2	2%	0	0%	15	17%	67	75%	5	6%
	EQUIPAMENTOS DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL	6	7%	5	6%	32	39%	31	37%	9	11%
	OUTROS EQUIPAMENTOS	2	2%	1	1%	14	16%	53	60%	18	20%
		44	9%	9	2%	101	20%	300	60%	45	9%
	138	7%	205	11%	232	12%	1110	60%	179	10%	

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



WWW.MDS.GOV.BR

0800 707 2003